



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CAMPUS I- CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**CURSO DE JORNALISMO**

**MARYANNE MARQUES GONÇALVES PAULINO DE SOUSA**

**OS DADOS COMO GUIA DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE GÊNERO:  
ANÁLISE DA REVISTA DIGITAL GÊNERO E NÚMERO**

CAMPINA GRANDE- PB,  
2019

MARYANNE MARQUES GONÇALVES PAULINO DE SOUSA

**OS DADOS COMO GUIA DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE GÊNERO:  
ANÁLISE DA REVISTA DIGITAL GÊNERO E NÚMERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba, sob orientação do Prof. Doutor Fernando Firmino da Silva.

CAMPINA GRANDE- PB,

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725d Sousa, Maryanne Marques Gonçalves Paulino de.  
Os dados como guia de narrativas jornalísticas sobre gênero [manuscrito] : análise da revista digital gênero e número / Maryanne Marques Gonçalves Paulino de Sousa. - 2019.  
109 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.  
"Orientação : Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva ,  
Coordenação do Curso de Jornalismo - CCSA."  
1. Jornalismo de dados. 2. Desigualdade de gênero. 3. Revista digital. 4. Gênero na mídia. 5. Narrativas jornalísticas. I.  
Título

21. ed. CDD 070.4

MARYANNE MARQUES GONÇALVES PAULINO DE SOUSA

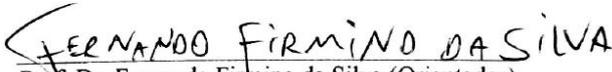
**OS DADOS COMO GUIA DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE GÊNERO:  
ANÁLISE DA REVISTA DIGITAL GÊNERO E NÚMERO**

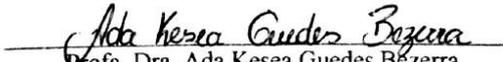
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Jornalismo.

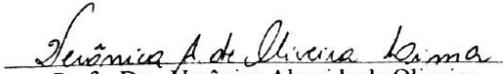
Área de concentração: Jornalismo Digital e Ciberultura.

Aprovada em: 25/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Fernando Firmino da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Profa. Dra. Ada Keesa Guedes Bezerra  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Profa. Dra. Verônica Almeida de Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família e amigos. Graças a vocês, sei de onde venho, onde estou e para onde vou.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, imensamente. Faltam palavras. “Seja forte e corajoso” (Josué 1:9).

Aos meus pais, Mércia Marques e Zilmarc (Pepê) Paulino, por serem tudo na minha vida, por não cortarem minhas asas quando eu quis/quero voar. Pelo incentivo, confiança, apoio de todas as formas. Grata por toda a educação e pelas oportunidades que me proporcionaram. Amo vocês.

À minha família, que sempre acreditou em mim e me ensinou sobre a vida, e por entender minhas ausências. Em especial, aos meus irmãos: Zilmarc, Zirelly e Débora.

Aos meus avós, Maria Paulino e Zé Rodrigues (*In Memoriam*) e Jura e Dezinho, por cada palavra, abraço e sorriso a cada visita, ligação, lembrança.

À vovó Maria, vovô Zé Rodrigues, Morenna, tio Marcinho, tio Vavá e Fátima mainha (todos *In Memoriam*). Vocês sempre serão especiais e, assim, lhes dedico. “Te amo para sempre. Você mora no meu coração”.

À Lucas, namorado, companheiro e amigo, por tudo. Por ser alicerce, incentivo, inspiração, pelas ajudas pessoais, acadêmicas e profissionais, pelos ensinamentos, pelo colo, paciência e amor. Obrigada por nós. Amo você.

Aos meus amigos, que sempre apoiaram e incentivaram minha jornada. Obrigada pelo carinho, tempo, risadas e lágrimas. Gostaria de agradecer mais amorosamente à Daniella, Beatriz, Isabela, Camila e Felipe.

Às crianças que fazem minha vida mais feliz: Débora Maria (irmã), José Luccas (afilhado), Maria Júlia (afilhada de coração), Isaac e Pietro (sobrinhos).

À família Antonino, pela acolhida, carinho e suporte.

Ao professor Fernando Firmino, pela orientação e paciência. Também pelo Repórter Junino, um dos pilares da minha formação, me acolhendo desde o primeiro período.

À ‘digníssima’ professora Ada Guedes, por todas as contribuições, orientações, parcerias, aventuras e lições acadêmicas e pessoais. Em especial, por sua amizade.

A todos que fazem a Universidade Estadual da Paraíba, muito obrigada. Vocês fizeram esse sonho possível. Aqui me desenvolvi como profissional e como ser humano.

Às professoras e professores com quem tive a honra que conviver e aprender (e por que não ensinar?) um pouco. Pelos norteamentos e por acreditarem no meu

potencial e incentivarem o voo. Em especial, àqueles que me orientaram em projetos de extensão e pesquisa durante toda minha trajetória, proporcionando experiências profissionais e pessoais inesquecíveis.

À Coordenação e Departamento de Comunicação Social (Jornalismo), e a todos os servidores e técnicos da UEPB (em especial, aos do DECOM), pelos serviços, auxílios e sorrisos. Thiago D'Angelo, grata pelo cuidado e atenção de sempre.

À “Wesley da xerox”, Toinha, Valério e Neide, pelos aperreios, ajuda e alegria.

À turma do Sesc em Campina Grande, especialmente Lizandra Alcântara, pela acolhida, incentivo, carinho e paciência.

Um agradecimento especial aos colegas e companheiros de turma por toda convivência, por aguentarem muitas vezes minhas chatices e insistências, pelas parcerias e por todos as trocas. Cada um, ao seu modo, deixou sua marca. Vocês fazem parte da minha história. Obrigada e até breve. Mais calorosamente, minha gratidão à Alessandra Clementino, pessoa que posso chamar de amiga e dizer que sinto orgulho de tudo que vivemos, produzimos, sonhamos e lutamos (acadêmica e pessoalmente). Obrigada por ter sido minha dupla e, por tantas vezes, meu suporte aqui em Campina Grande. Obrigada por cada abraço, cada palavra de cuidado, pelo refúgio em Areia, pelejas, conversas e reflexões. Você é especial.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram na minha vida pessoal e acadêmica e fizeram esse sonho se tornar possível.

Agradeço aos que abriram um sorriso, e também aos que se espantaram, quando me ouviram falar do encontro das narrativas jornalísticas guiadas por dados com as questões de gênero.

Às mulheres que vieram antes de mim, pela força e luta.

À minha ansiedade. Companheira inseparável. Você me ensina.

Tenho o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto. — Manoel de Barros, em *Menino do Mato*.

## RESUMO

Esta pesquisa descritiva e quali-quantitativa visa compreender a utilização dos dados para o debate promovido pelo jornalismo sobre questões de gênero. A análise parte do estudo de caso da revista digital Gênero e Número e o *modus operandi* para produção e consumo das informações orientadas por dados e como elas promovem o emprego de técnicas e tecnologias próprias, adequadas aos aspectos do ambiente digital. A pesquisa se ancora nos conceitos de Dados, Jornalismo Guiado por Dados, Gênero e Empoderamento e é baseada na observação direta das narrativas da revista, mapeamento de experimentações e aplicação de ficha de coleta de dados. Espera-se identificar as características dos dados apresentados nas narrativas, formatos, potencialidades e contribuições para o jornalismo e para efetivação de ações e políticas públicas em prol da equidade de gênero. Os resultados indicam que o jornalismo guiado por dados é uma vertente em expansão nas redações e corporações de mídia e com grande importância ao debate de gênero, tendo em vista que diversos dados relevantes à tal discussão ainda não têm visibilidade.

**Palavras-chave:** Jornalismo Guiado por Dados; Jornalismo de Dados; Gênero; Gênero na mídia; Gênero e Número.

## ABSTRACT

This descriptive and qualitative-quantitative research aims to understand the use of data for the debate promoted by journalism about gender issues. The analysis starts from the case study of the digital magazine *Gênero e Número* and the *modus operandi* for the production and consumption of data-oriented information and how they promote the use of their own techniques and technologies, appropriate to the aspects of the digital environment. The research is anchored in the concepts of Data, Data-Driven Journalism, Gender and Empowerment and is based on the direct observation of the magazine's narratives, experimentation mapping and application of the data collection sheet. It's hoped to identify the characteristics of the data presented in the narratives, formats, potentialities and contributions to journalism and for effective actions and public policies in favor of gender equity. The results indicate that data-driven journalism is an expanding strand in newsrooms and media corporations, and with great importance on gender debate, given that important data for this discussion has no visibility.

**Keywords:** Data Driven Journalism; Data Journalism; Gender; Gender in the media; *Gênero e Número*.

## RESUMEN

Esta investigación descriptiva y cuantitativa pretende comprender la utilización de los datos para el debate promovido por el periodismo sobre cuestiones de género. El análisis parte del estudio de caso de la revista digital *Género e Número* y el *modus operandi* para producción y consumo de las informaciones orientadas a datos y cómo ellas promueven el empleo de técnicas y tecnologías propias, adecuadas a los aspectos del ambiente digital. La investigación se ancla en los conceptos de Datos, Periodismo Guiado por Datos, Género y Empoderamiento y se basa en la observación directa de las narrativas de la revista, mapeo de experimentaciones y aplicación de ficha de recopilación de datos. Se espera identificar las características de los datos presentados en las narrativas, formatos, potencialidades y contribuciones al periodismo y para la efectividad de acciones y políticas públicas en favor de la equidad de género. Los resultados indican que el periodismo guiado por datos es una vertiente en expansión en las redacciones y corporaciones de medios y con gran importancia al debate de género, teniendo en cuenta que diversos datos pertinentes a tal discusión aún no tienen visibilidad.

**Palabras clave:** Periodismo Guiado por Datos; Periodismo de Datos; Género; Género en los medios; Género y Número.

## APÊNDICE

<b>Apêndice A - Ficha de observação.....</b>	<b>104</b>
--	------------

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Modelo de Jornalismo de Dados proposto por Silver (2014).....	55
Figura 2- Modelo de Jornalismo de Dados proposto por Stray (2014).....	57
Figura 3- Interface gráfica do Basômetro.....	69
Figura 4- Interface da seção “Gráfico” do Nexo Jornal.....	71
Figura 5- Exemplo de matéria de jornalismo de dados do Nexo Jornal, “Onde vive e onde não vive ninguém no Brasil”.....	72
Figura 6- Página inicial da revista digital Gênero e Número.....	81
Figura 7- Interface da G&N.....	81

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 2018.....	33
Gráficos 2 e 3- Proporção quantidade de mestres e doutores no Brasil, respectivamente, por gênero e idade, considerando os registrados na plataforma Lattes, em 2016.....	34
Gráfico 4 e 5- Proporção quantidade de mestres e doutores no Brasil, respectivamente, por gênero e ano de conclusão, considerando os registrados na plataforma Lattes, em 2016.....	35
Gráfico 6- Representação do impacto da campanha desenvolvida por O Estado de S. Paulo para o Dia da Mulher.....	69
Gráfico 7- Pesquisa e visualização interativa feito pelo Volt Data Lab para a Revista Piauí sobre o aumento da rejeição de vistos de turismo para cidadãos brasileiros em meio à crise econômica e instabilidade política do país.....	73
Gráfico 8- Formato de armazenamento dos dados utilizados nas narrativas.....	86
Gráfico 9- Nível de participação da equipe quanto à extração e/ou organização dos dados.....	87
Gráfico 10- Nível de argumentação dos dados na narrativa.....	88
Gráfico 11- Formatos de apresentação dos dados apresentados nas narrativas.....	89
Gráfico 12- Tipos e quantidade de visualizações imagéticas.....	90
Gráfico 13- Espaço destinado às visualizações imagéticas na narrativa.....	91
Gráfico 14- Nível de utilização das visualizações imagéticas na narrativa.....	91
Gráfico 15- Dado de bolso sobre raça na ciência brasileira entre bolsistas do CNPq..	92
Gráfico 16- Gráfico animado que compõe o documentário “Fator F” .....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 GÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL</b> .....	19
1.1 ALGUNS DADOS SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO.....	31
1.2 O GÊNERO NAS MÍDIAS.....	36
<b>2 NÚMEROS QUE CONTAM HISTÓRIAS</b> .....	43
2.1 CONCEITUANDO JORNALISMO GUIADO POR DADOS.....	43
2.2 CLASSIFICAÇÕES E DIMENSÕES DOS DADOS.....	61
2.3 INICIATIVAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS.....	65
<b>3 CORPUS E CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	76
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99
<b>APÊNDICE</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

Desde antes do surgimento das chamadas “ondas feministas”, a situação da mulher enquanto sujeito social passou a ser questionada. Um dos fenômenos decorrentes dessa atuação e da busca pelo espaço público para a discussão dessa pauta no Brasil foi a ascensão de ONGs feministas a partir dos anos 90. Estas instituições, que se multiplicaram com o passar dos anos, passam a atuar de modo cada vez mais efetivo para estabelecer espaços na agenda social para a discussão, inclusive na mídia.

Das ruas às mesas de seminários acadêmicos (nas mais diferentes áreas das ciências humanas e sociais, além das ciências da saúde) o debate sobre questões e relações de gênero ganhou novos atores sociais e mais espaço, inclusive na mídia.

No entanto, apesar dos avanços no que se refere à luta por direitos, pela atenção das diferentes esferas da sociedade, bem como pelo espaço na agenda midiática, ainda vivemos uma realidade longe da ideal de igualdade. A própria mídia se exime do debate ou o faz de forma simplista, superficial e até mesmo estereotipada e machista, fato que tenho percebido ao longo de quase dois anos de pesquisa, fruto de programa de iniciação científica<sup>1</sup>, e que tem me despertado maior interesse. O uso de dados para qualificar e aprofundar a discussão se constitui como estratégia ainda pouco explorada.

No que se refere à política, por exemplo, embora em 2019 tenham sido eleitas mais 26 mulheres para a câmara dos deputados, em relação à 2014, as mulheres ainda são apenas 15% da Câmara<sup>2</sup>. Quanto à ciência, segundo dados do CNPq, Inep e Parente in Science, embora elas sejam maioria na graduação (57%), iniciação científica (55%), mestrado (52%) e empatem com os homens no doutorado (50%), são minorias nos postos de maior prestígio: liderança em grupo de pesquisa (47%), docência na universidade (46%), bolsa produtividade em pesquisa (36%)<sup>3</sup>. Estes são

---

<sup>1</sup> Jornalismo e violência contra a mulher em sites paraibanos de notícias. Programa Institucional de Iniciação Científica UEPB/CNPq. Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Ada Kesea Guedes Bezerra.

<sup>2</sup> ASSIS, Carolina de; FERRARI, Marília; LEÃO, Natália. Disponível em <http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019>. Acesso em 07 mar. 2019.

<sup>3</sup> ASSIS, Carolina de; DATADOT. Disponível em <http://www.generonumero.media/infografico-os-caminhos-de-mulheres-e-homens-na-ciencia-brasileira>. Acesso em 07 mar. 2019.

só alguns dos exemplos de campos de onde há grande diferença entre os gêneros, podendo citar ainda: educação, segurança, esportes, trabalho e outros.

No campo midiático tais debates de gênero estão longe de acabar. Pelo contrário, com a centralidade dos meios de comunicação no espaço social, se faz emergente não apenas debater, elucidar e informar, mas fazer isso de modo apropriado e em profundidade, e em consonância com a realidade social. Temáticas como igualdade entre os gêneros, representação social de identidade de gênero, e demais questões desta natureza, são muitas vezes abordadas pelo jornalismo de forma superficial, ignorando a problemática maior, em torno da qual estão inseridas. Nada de novo é trazido para o debate, nenhuma nova forma de abordagem.

Nesse ponto, vale ressaltar que pensar a atividade jornalística pressupõe considerar a responsabilidade e o papel desta prática na construção social da realidade. “A influência da mídia é sutil e pode ser exercida de várias maneiras, diretas ou indiretas, valorizando certos modelos ou papéis sociais, insistindo em certos estereótipos, sugerindo comportamentos socialmente aprovados etc” (BRETON E PROULX, 2006, p. 150). Portanto, um debate raso e que dê brechas a questionamentos pode contribuir para o reforço de estereótipos de gêneros e, conseqüentemente, aumento da desigualdade entre gêneros em diversas esferas.

Por outro lado, há uma constante tentativa de deslegitimação de informações e debates sobre o tema, afirmando que não há como provar que, de fato, existe desigualdade entre gêneros no âmbito profissional, esportivo, da música, entre outros, por exemplo. Nesse sentido, o Jornalismo Guiado por Dados (JGD) surge como uma forma de produzir reportagens com menor chance de erro, a partir de dados concretos a serem analisados, correlacionados a outros e apresentados de forma didática e analítica. Dados são provas e na maioria das vezes são ignorados enquanto tal. Muitos deles não ganham visibilidade. As pessoas, incluindo jornalistas, desconhecem sua existência ou não sabem onde encontrá-los, como manipulá-los ou ainda não os compreendem.

Além disso, num cenário no qual as notícias são quase instantâneas, partindo não só de jornalistas como também de “pessoas comuns” e, muitas vezes percebidas como notícias reais sem que haja qualquer preocupação em checá-las antes, essa prática jornalística se ergue como solução à veracidade e credibilidade das informações, agindo como ferramenta de *fact-checking* (“checagem de fatos”), uma vez que verifica, comprova e aponta informações através dos dados. Ademais, atua

como possibilidade não só de melhorar a qualidade do debate de gênero e também de propor e experimentar novos formatos de narrativas. Tal prática exige tanto do mercado quanto da academia a observação, estudo e experimentação a fim de entender se consiste em uma possibilidade realmente aplicável ao debate, suas potencialidades e formatos, e quais as implicações para a área.

Apesar de hoje, com a cultura de dados abertos na web, as informações serem abundantes, processá-las tornou-se mais importante. “O problema deixa de ser encontrar a informação, mas saber qual deve ser buscada, analisada e utilizada para subsidiar a notícia jornalística (FLEW et al., 2012, apud MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 70)”. Dados trazem consistência e permitem sair do jornalismo factual, superficial, declaratório. Podem ser apresentados de forma bruta, em formato visual — mapas e infográficos, por exemplo — ou transformados em narrativas escritas, por exemplo.

É importante destacar que o uso de dados pelo jornalismo não é algo atual, que surgiu com as novas tecnologias. O que se presencia, atualmente, é uma reconfiguração e forma inovadora no uso dos dados que é potencializada através da geração, disponibilidade, tratamento e análise de bancos de dados, e que serve de base e guia para produção de conteúdos noticiosos, e não apenas para enriquecer as matérias. Para tanto, requer capacitação das redações e dos profissionais.

No debate de gênero, iniciativas de utilização de dados para embasar e guiar reportagens, contar histórias que cercam o debate ainda são pouco vistas e estudadas. A ação mais conhecida no Brasil é a revista digital Gênero e Número (G&N)<sup>4</sup>, concebida exclusivamente “para dar visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero”, como descreve o próprio site, e cujos conteúdos são pensados e produzidos para o ambiente digital. Outras experimentações também são feitas, mas de forma pontual, a exemplo da Agência Volt Data Lab e do estúdio de design Datadot, que produzem e vendem histórias, sobre temas diversos, baseadas em dados para outros veículos, principalmente através de infográficos interativos, e infografia e narrativas visuais, respectivamente. Com isso, estudos acerca dessa relação, quanto ao modo de produção especialmente, do mesmo modo ainda não são encontrados.

---

<sup>4</sup> Revista digital Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/>. Acesso em 02 de maio de 2019.

Do ponto de vista tecnológico, a maior disponibilidade e popularização de bancos de dados, por vezes tornados públicos mediante leis de dados abertos, a exemplo do Brasil (Lei nº 12.527/2011), permitem aos jornalistas o acesso a um volume de informações concretas e seu uso na construção de narrativas. Estas também ganham novos formatos, a fim de facilitar o entendimento e a interação com os leitores.

Todavia, sabemos que as experiências e estudos sobre a relação entre JGD e debate de gênero são incipientes. Assim, tanto do ponto de vista da academia quanto do mercado, essa relação carece de investigações para constatar sua real viabilidade e potencialidades na construção de narrativas.

Diante da ascensão da temática de dados, estudos e uso pelo jornalismo, no cenário brasileiro e mundial, e por ser uma das habilidades que muitos especialistas e pesquisas relacionam com os profissionais do futuro, venho despertando o interesse pelo tema há algum tempo, acompanhando algumas plataformas e projetos de jornalismo de dados, e já tendo realizado alguns cursos e minicursos, online e presenciais. Quanto à temática de gênero, esta me acompanha desde a adolescência, por ser uma defensora dos direitos das mulheres. Já graduanda em Jornalismo, desde o início do curso trabalho com algumas pautas e ações que envolvam o debate de gênero, de produção de reportagens à pesquisas, sendo o PIBIC a mais relevante delas. De 2017 até hoje, junto à professora Ada Guedes e os colegas Alessandra Clementino e Pedro Silva, realizo uma pesquisa sobre como a violência contra as mulheres é noticiada em portais paraibanos de notícias, averiguando o conteúdo e o discurso por trás dele. Assim, ao conhecer a revista Gênero e Número, percebi que seria possível unir as duas temáticas, para trabalhos e pesquisas.

Perante este contexto pessoal e profissional/acadêmico, a pesquisa parte do objetivo geral de identificar de que forma é explorado o uso de dados na produção de narrativas sobre gênero na revista digital Gênero e Número. Buscamos, mais especificamente, caracterizar os formatos dos dados e os modelos como são apresentados nas narrativas, a partir das dimensões dos dados; identificar se as narrativas produzidas geraram algum impacto no debate público, bem como promoção de políticas públicas voltadas à questões de gênero; compreender de que maneira o uso de dados pode auxiliar ou ser fundamental no debate sobre gênero; e refletir e contribuir para a expansão teórico-conceitual do Jornalismo Guiado por Dados e seu uso em conteúdos sobre gênero.

Dessa forma, a construção desse trabalho torna-se relevante para o campo da comunicação por buscar compreender a utilização dos dados para o debate promovido pelo jornalismo sobre questões de gênero, identificando suas características, potencialidades, contribuições e implicações para a área.

No capítulo I, apresentamos a primeira parte do referencial teórico desta pesquisa. Trazemos a conceituação de Gênero, as fases das ondas feministas e significações do tema para o campo jornalístico. Neste primeiro capítulo citamos, principalmente, Siqueira (2015), Bauberót (2013), Bourdieu (2010), Pedro (2005), Louro (2004) e Scott (1989), os quais tratam da origem, fases do feminismo e conceituação do termo gênero, e Azevêdo (2013, 2011) e Cerqueira (2008), que falam a respeito do debate de gênero no jornalismo, pois acreditamos ser este um campo responsável atuante na construção social da realidade e exercedor de influências diversas.

No capítulo II, apresentamos a segunda parte do referencial teórico, com o tema principal deste trabalho, focando no conceito de Jornalismo Guiado por Dados e suas classificações e dimensões. Tentou-se abarcar toda a trajetória das práticas jornalísticas que envolvem dados, desde o Jornalismo de Precisão até o Jornalismo Guiado por Dados. Citamos Träsel (2014a, 2014b), Barbosa (2013, 2007), Crucianelli (2013), Mancini e Vasconcellos (2016), Bertocchi (2013), Lima Júnior (2012), dentre outros.

No capítulo III, detalhamos a metodologia de pesquisa, apoiados em conceitos de pesquisa descritiva (CERVO et al., 2007) e quali-quantitativa (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009), além de estudo de caso (GIL, 2008; YIN, 2001). Neste capítulo, esclarecemos a técnica de pesquisa selecionada para dar conta da temática escolhida — observação direta — e sua conceituação e características. Também é aqui que apresentamos nosso objeto de estudo, a revista digital Gênero e Número, trazendo informações da sua criação aos seus objetivos dentro do campo do jornalismo de dados.

O capítulo IV será o de apresentação dos resultados da pesquisa, indicando como o material jornalístico produzido pela G&N se configura no campo do Jornalismo Guiado por Dados, dentro das categorias determinadas para a pesquisa, quais as classificações dos dados utilizados e de que maneira eles foram apresentados na narrativa, o que responde à questão principal deste trabalho de pesquisa. Também apontamos como o uso de dados pela revista auxilia no debate de gênero.

No capítulo V, apontamos as considerações finais. Entendemos que as narrativas produzidas pela revista digital *Gênero e Número* podem ser enquadradas como pertencentes à vertente do JGD, haja vista o uso de dados como norteadores para construção destas, e as técnicas e tecnologias utilizadas para tal, apesar da ainda pouca exploração de determinados dados e técnicas. Aqui compreendemos a expansão do JGD nas redações e importância da continuidade de pesquisas sobre esta área, incluindo sua relação com o debate de gênero e outros campos sociais.

## 1 GÊNERO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Tratar sobre gênero é, antes de mais nada, abordar sobre um conceito ainda visto com incertezas e fluidez. Embora algumas pessoas o tenham como algo novo, por seu debate estar em ascensão em diversos campos sociais e do conhecimento, a origem de suas ideias remonta ao século XVIII. Para compreender seu significado e sentidos, apresentamos seu desenvolvimento costurado à evolução do movimento feminista. Além disso, são postas suas significações para a esfera jornalística.

Toda sociedade tem suas formas sistemáticas de lidar com o sexo e com o gênero. Conforme a antropóloga Margaret Mead (1949 apud PEDRO, 2005) afirmou na primeira metade do século XX, cada sociedade humana usa a diferença sexual para constituir os papéis sociais. “Entretanto, diz ela, estes usos são diferentes em cada sociedade. Ela estava, então, separando sexo — considerado como dado biológico —, do temperamento — definido pela cultura” (PEDRO, 2005, p. 78-79). Corroborando com ela, Gayle Rubin (1975, p. 13), afirma que “esse sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser “estratificado em gêneros”, como parece ser o caso da maioria dos exemplos conhecidos”.

Segundo Stearns (2013), por volta do quarto milênio a.e.c., a maior parte das sociedades agrícolas possuíam formas de desigualdades entre homens e mulheres, cuja superioridade e controle estava nas mãos dos pais e maridos, constituindo um sistema chamado de “patriarcal”. De forma geral, as civilizações aprofundaram o patriarcado ao mesmo tempo em que definiam os seus detalhes de formas distintas, mediante a estrutura cultural e institucional de cada civilização em particular, e dos contatos entre diferentes sociedades e culturas. Culturalmente, ao longo dos séculos, os sistemas patriarcais propuseram a fragilidade das mulheres e sua inferioridade, insistindo nos seus deveres domésticos e restringindo os seus direitos. Quanto aos homens, esse sistema impunha que deveriam assumir seus papéis de dominantes e serem responsáveis pela sobrevivência econômica da família (STEARNS, 2013).

Antes do século XX, grande parte da história dos contatos internacionais que influenciavam as questões de gênero diziam respeito ao papel da religião ou de sistemas filosóficos, refletindo estruturas patriarcais, que tinham certas variações entre si. De acordo com Stearns (2013), no século XX esse padrão teve continuidade mas, com a expansão de religiões, três novos modelos surgiram: o feminismo, o

marxismo e o consumismo. O mais explícito entre eles para as questões de gênero, o feminismo, embora tivesse variadas definições para seus movimentos, todos buscavam modificações concretas e evidentes nas desigualdades promovidas pelo patriarcado. Graças ao aumento do comércio e das viagens e acima de tudo às novas mídias, como cinema e televisão, um maior número de pessoas pode conhecer os padrões de gênero de outras sociedades do que antes – e com frequência, de sociedades muito distantes –, podendo assim questionar os papéis de gênero da sua sociedade.

Ao longo da história, a condição da mulher na sociedade foi sendo problematizada e questionada pelo movimento feminista. O Feminismo se constitui como sendo um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideológicos e filosóficos que têm como objetivo promover direitos iguais para homens e mulheres e uma vivência humana com maior empoderamento feminino, livre de opressões e padrões patriarcais. Ele envolve diversos movimentos e teorias, chamadas “Teorias Feministas”.

Apesar de ser possível identificar iniciativas de defesa da mulher em vários pontos da história, a teoria feminista considera que os primeiros movimentos estruturados de reivindicações femininas ocorreram em meados do século XIX, desencadeadas pela Revolução Industrial. A história do movimento passou a ser dividida em “ondas”.

A chamada “primeira onda do feminismo” tinha como foco o reconhecimento dos direitos políticos — sufrágio —, sociais e econômicos — ao trabalho, ao estudo, à propriedade, à herança, etc — das mulheres, até então subordinadas ao estatuto civil, e pertencentes aos seus maridos (SIQUEIRA, 2015, p. 333). No fim do século XIX, o foco do ativismo estava, principalmente, no direito ao sufrágio feminino, de onde originou-se o termo “sufragistas” para se referir às mulheres que lutavam pela causa.

Nesta época, a palavra gênero ainda não era usada e a categoria de análise era definida como “mulher”, esta pensada apenas em contraposição à palavra “homem”, considerada universal. O que as feministas questionavam, então, era que o “universal” era na verdade masculino, não incluindo questões específicas das mulheres, como o direito de ter filhos quando e se quisesse, a luta contra a violência doméstica, e outras demandas (PEDRO, 2005). Assim, era com “Mulher” que elas reafirmavam uma identidade, separada da de “Homem”.

No Brasil, segundo Siqueira (2015), houve um intenso movimento de luta pelo sufrágio feminino, impulsionado pela Proclamação da República, em 1889. O movimento republicano com suas ideias abolicionistas de igualdade atraiu inúmeras mulheres, que tinham a esperança de conquistar seus direitos políticos. Entretanto, a tentativa foi frustrada pelo resultado da Assembleia Constituinte Republicana de 1891, que desconsiderou a relevância da pauta e cujos deputados entendiam que não fazia sentido uma mulher votar:

Para uns, a mulher possuía estrutura psíquica muito frágil para que pudesse ingressar com sucesso na vida política; para outros, a mulher possuía superioridade de sentimento, mas não de inteligência, o que a moldava para os assuntos da vida doméstica e a tornava inadequada às questões públicas. Em última análise, afirmava-se que a concessão do voto às mulheres seria responsável pela derrocada moral da nação (SIQUEIRA, 2015, p. 334).

No Brasil, as mulheres só conquistaram o direito de votar em 1932, através do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas (TRE-ES, 2014). No entanto, o Código Eleitoral permitia que apenas mulheres casadas (e com autorização do marido), viúvas e solteiras que tivessem renda própria poderiam votar. Tais restrições foram eliminadas do Código Eleitoral em 1934, mas apenas no ano de 1946 o voto tornou-se obrigatório também às mulheres.

No campo dos estudos, a luta feminista conquistou o acesso igual aos estudos superiores para mulheres, conduzindo ao alinhamento progressivo de liceus de meninos e meninas. Posteriormente conquistou-se a unificação dos programas de ensino médio masculino e feminino, em 1924, culminando em 1975 com a generalização do sistema misto em todos os estabelecimentos de ensino público (BAUBERÓT, 2013). No entanto, o que de fato foi percebido, segundo Bauberót (2013), é que os professores adotavam posturas diferenciadas entre meninos e meninas, contribuindo para naturalizar as dicotomias entre os gêneros. Além disso, os cursos e as redes científicas continuavam a acolher, em sua maioria, homens.

É importante pontuar que, mesmo antes de ocorrer a “primeira onda”, já se encontravam os primeiros pensamentos sobre a opressão estrutural das mulheres. Segundo D’Angelo (2017), no século XVIII, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft lançou o livro que é considerado por algumas historiadoras femininas como um dos documentos fundadores do feminismo: “Reivindicação dos direitos da mulher”, 1792. O livro questionava a ordem sexual e de gênero, além de denunciar a exclusão das mulheres dos direitos básicos, colocando a educação feminina como base para o fim

das desigualdades. Também defendeu a igualdade no casamento e a importância do voto feminino e de uma educação para as crianças que seja mais livre e igualitária entre os gêneros.

Uma das maiores expoentes do feminismo e dos discursos feministas foi a filósofa francesa Simone de Beauvoir, que forneceu uma visão existencialista sobre muitas questões do feminismo, especialmente através da sua obra “O segundo sexo”, 1949. O título da obra de certa forma sintetiza o que a escritora encontrou como resposta em sua densa pesquisa sobre a mulher: ela não é nada além do que um segundo plano social, o “segundo sexo”; o “primeiro sexo” é o homem. A obra avançou em diversas frentes: atacou a ordem sexual dominante, pregou a liberdade da contracepção e do aborto, denunciou violências nas relações entre os gêneros, entre outras questões. Acredita-se que tenha sido a primeira vez que uma mulher reivindicou os seus direitos e das suas semelhantes dessa forma através de um livro. Até os dias de hoje, Simone de Beauvoir segue como uma das maiores referências nos estudos de gêneros.

Outro destaque e liderança foi Betty Friedan, com o trabalho “A mística feminina”, publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women (PEDRO, 2005, p. 79). Elas fazem parte da “segunda onda” feminista, que se instaurou no final dos anos 60.

Enquanto na primeira onda, as feministas possuíam demandas que estavam relacionadas às questões de igualdade de direitos e liberdades entre homens e mulheres, como trabalho e voto, na “segunda onda” as reivindicações estavam mais alinhadas às peculiaridades femininas, seu corpo, seu prazer, os direitos reprodutivos. Além disso, incentivavam as mulheres a compreender os aspectos de suas vidas como reflexos das estruturas de poder, e contra o patriarcado. “Um dos lemas principais das feministas desse período consistia na frase: *o privado é político*”, conforme aponta Siqueira (2015, p. 336), e alguns dos temas mais discutidos eram questões de violência sexual e familiar contra a mulher, direito à liberdade sexual (incluindo a temática do aborto), dentre outras questões.

A crítica feminista dedicou-se ao longo dos anos 1970, a mostrar que “a virilidade não é um atributo natural do homem, mas fruto de um conjunto de processos educativos e sociais visando perpetuar a dominação masculina” (BAUBERÓT, 2013, p. 217). Com isso, abriu-se portas não só para a luta de igualdade entre os gêneros, mas também para a libertação dos homens dessa categoria de virilidade clássica. Aos

poucos, passou-se a dar acesso às mulheres a prerrogativas, lugares, atividades, etc, antes limitadas e exclusivas aos homens. Estes, por sua vez, passaram a ser vistos com “olhares um pouco mais brandos” em relação à emotividade, à afetividade e à realização de atividades domésticas. No plano dos princípios, houve mais igualdade. No plano prático, não. Nem o modelo tradicional de virilidade desapareceu completamente, nem houve promoção total e igualitária entre homens e mulheres.

Foi justamente nessa época, que o termo ‘gênero’ começou a ser empregado como categoria teórico analítica. No entanto, segundo Scott (1989), ele foi usado inicialmente relacionado aos aspectos sexuais, biológicos, sem levar em conta ou fazer referência aos aspectos sociais. Somente depois, no final do século XX, feministas [americanas] contemporâneas passaram a se utilizar do termo “gênero” como forma de reivindicar uma maior definição no campo de estudos, cujas teorias eram percebidas como insuficientes para justificar as desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A palavra passou a ser usada “mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 2).

Scott (1989) buscava, então, incluir as mulheres nas narrativas, na história, até então vistas e tomadas pela ótica masculina. Dessa forma, propôs analisar como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas. A fim de responder tais questões, buscava entender as atividades e interações sociais concretas e sua natureza. Para fazer surgir esses sentidos, alegou a importância de se tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social para a compreensão de como funciona o gênero e como se dão as movimentações e mudanças dentro desta categoria. Nesse sentido, afirmou ser necessário “substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por uma ideia mais próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças” (SCOTT, 1989, p. 20).

“Gênero” indica, então, antes de mais nada, uma rejeição ao determinismo biológico inerente a termos como “sexo” ou “diferença sexual”, sendo utilizado como forma de se referir às construções sociais dos arquétipos ‘homem’ e ‘mulher’. Ele é, “segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989, p. 7). Rubin (1975, p. 27) concorda ao afirmar que “gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade”.

É importante lembrar que as “teorias feministas” surgiram pela primeira vez por volta de 1800 e são extensões do feminismo no discurso teórico e filosófico, buscando entender a natureza das desigualdades de gênero, examinando os papéis sociais das mulheres em diferentes campos como a antropologia e sociologia, literatura, comunicação, educação, economia, entre vários outros.

Ao ter em conta a necessidade de alterar as estruturas sociais que invisibilizam e excluem as mulheres, aparece durante a segunda onda do movimento feminista um termo que tem suas raízes na importância do poder tanto para os movimentos sociais quanto para a teoria das ciências sociais, e que, junto com ‘gênero’ tem marcado a produção feminista: “empoderamento” (LEÓN, 2001). Para Marinho e Gonçalves (2016, p. 81), esse conceito “encontra-se em meio a debates teóricos e conflitos políticos, é um conceito fluido e muitas vezes utilizado de forma maleável, de acordo com a necessidade e o corpo ideológico de cada grupo social que dele se apropria”. Além disso, o consideram como um processo que parte do enfrentamento de fatores referentes à estrutura de poder presentes nas esferas sociais.

Na perspectiva do campo dos estudos de gênero, León (2001) afirma que

(...) el empoderamiento es tal vez la herramienta analítica más importante que recoge diferentes preocupaciones en cuanto al impacto del desarrollo sobre las mujeres, y que compromete avances teóricos y metodológicos de diferentes disciplinas como la psicología, la antropología, la ciencia política, la sociología, la educación, el derecho y la economía. El desarrollo del concepto se relaciona con el tema del poder y con las relaciones de las mujeres con éste (p. 94).

Neste sentido, o empoderamento se refere ao desafio às relações de poder e a uma busca pela obtenção de maior controle sobre as fontes de poder, ou seja, a busca pela autonomia, pelo controle da sua própria vida e das suas decisões. De forma mais ampla, pode ser definido como um processo para superação das desigualdades de gênero. No entanto, León (2001) ressalta a necessidade de se pensar o empoderamento não apenas no campo individual, mas também no coletivo, de modo a levar em consideração as estruturas sociais de poder, ou seja, ele só acontece, de fato, dentro de um contexto específico e relacionadas com ações coletivas dentro de um processo político.

Além disso, empoderamento não é um processo linear, com início, meio e fim bem definidos para todas as mulheres ou grupo de mulheres, mas é diferente para cada mulher, sociedade ou contexto no qual está inserido. Por outro lado, é importante lembrar que há obstáculos no processo de empoderamento mediante as dificuldades

de acesso aos mecanismos que permitem a tomada de consciência e as representações nos espaços, como educação, por exemplo.

No entanto, de qualquer forma, com o conceito tornou-se maior a necessidade de tornar ainda mais visível e públicas as necessidades e interesses específicos das mulheres e suas lutas, de modo que elas participem ativamente por mudanças sociais. Sem dúvidas, no contexto do movimento feminista, o termo empoderamento designa uma força rumo ao reconhecimento das restrições sociais a que as mulheres estão submetidas e aos desafios, resistências e lutas pela reversão do quadro de desigualdade de gênero e pela total emancipação feminina. Atualmente, passaram a surgir ainda mais movimentos específicos pela participação de diferentes atores, como mulheres e trans, por exemplo, para ocupação de diversos espaços sociais, sobretudo públicos, pela afirmação de suas identidades e luta pelos seus direitos.

Por sua vez, a “terceira onda do feminismo” se constitui como os movimentos feministas ocorridos do final dos anos de 1980 e início da década de 90 até os dias de hoje. Ativistas, preocupadas em desafiar ou evitar as visões estruturalistas da feminilidade ainda não questionadas pelas “ondas” anteriores, que deram muito mais ênfase às experiências de mulheres brancas e de classe média e alta, e em considerar que nem todas as mulheres são iguais, pois sofrem consequências de outros elementos, atuam a partir da conclusão que o movimento feminista vinha sendo excludente.

As feministas da terceira onda enfatizam campos micropolíticos e consideram elementos como raça, classe, localidade e religião, por exemplo (SIQUEIRA, 2015, p. 337). Além disso, retomam e abordam discussões como aborto e direitos reprodutivos das mulheres, e os espaços sociais ocupados e não ocupados por elas no século XXI. Elas também ampliaram seus objetivos, com foco em ideias de abolição de expectativas e estereótipos baseados em gêneros.

A partir da atuação das feministas e da busca pelo espaço público para a discussão de pautas relativas às lutas e direitos da mulher no Brasil, houve um crescimento de ONGs feministas a partir dos anos 1990 (CADORE, 2014). Estas passaram, então, a atuar de modo cada vez mais efetivo ao conquistar espaços na agenda social para tais discussões. Ainda no século XX, segundo Stearns (2013, p. 213), “as Nações Unidas, em particular, procuraram estabelecer padrões de tratamento para com as mulheres a serem atingidos a partir dos estudos de influências externas culturais e políticas nas questões de gênero dentro de cada sociedade”.

Em todos os espaços políticos, das ruas às universidades e aos poderes do Estado, a temática ganhou novos atores sociais e mais espaço, inclusive na mídia. Isso já agregando as maiores noções e reflexões da *Teoria Queer*, cujas origens estão nos movimentos libertários dos anos 1970, conforme afirma o sociólogo Richard Miskolcim, no Dossiê Teoria Queer (2014). Esta teoria propõe pensar o exercício da sexualidade como política e problematizar e romper com a noção de heterossexualidade enquanto heteronormatividade, uma vez que “a ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições” (DOSSIÊ TEORIA QUEER, 2014, p. 33).

Embora suas primeiras ideias tenham surgido na década de 70, foi somente a partir de 1991 que as reflexões de muitos intelectuais, em vários países, passaram a ser chamadas de *Teoria Queer*. Ela ganhou força através do movimento feminista, ao reivindicar mudanças na legislação, a fim de romper com o padrão de “normalidade” existente na época, o que fez com o que as pesquisas sobre gênero também se voltassem para outros sujeitos sociais oprimidos além da mulher, como homossexuais, transgêneros, transexuais e travestis (LOURO, 2004). Atualmente, questões de gênero e sexualidade ganharam um pouco mais reconhecimento e, eventualmente, centralidade em pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Se antes essas questões eram bastante limitadas e delimitadas, com a *Teoria Queer* novos horizontes se expandem para possibilidades e estudos.

No entanto, ainda que tenham sido percebidos avanços no que se refere à luta por direitos e por espaço justo nas diferentes esferas da sociedade, incluindo a mídia, o ideal de equidade entre os gêneros ainda está longe de ser concretizado. Isto se dá, entre outras coisas, pela naturalização das dicotomias de gêneros, perpetuadas por várias instituições .

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (2010), os homens e as mulheres são moldados em construção social, num processo histórico, de acordo com o seu gênero e estão relacionados ao *habitus*, o princípio unificador de práticas incorporado e reproduzido pelos homens e pelas instituições — família, escola, igreja, grupos sociais, etc. Ele acontece sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares, que faz do corpo um depositário dos princípios de visão e divisão sexualizantes das coisas entre masculinas e femininas.

Para muitos meninos e homens, o status de homem está ligado ao trabalho, ao emprego da força (BAUBERÓT, 2013). Por exemplo, trabalho ditos “braçais”, exaustivos, são até hoje considerados exclusivamente masculinos, rejeitando a possibilidade de mulheres poderem exercê-los. Bourdieu (2010) diz ainda que práticas espetaculares e perigosas também fazem parte do imaginário do universo masculino. Os meninos são, então, introduzidos no trabalho mais cedo, geralmente acompanhando os pais em suas profissões. Para os pais e meninos, conscientemente ou não, os garotos estão ganhando a resistência física, a dureza moral e o caráter necessários para que se tornem trabalhadores honestos (BAUBERÓT, 2013). O estágio máximo do processo de validação e construção simbólicas da identidade viril é o serviço militar

Por outro lado, as meninas ficam em casa ajudando as mães nas atividades domésticas e ocultas, tidas como “vergonhosas”, as quais todas as mulheres devem aceitar e deixar aparente para a sociedade sua “identidade minoritária” (BOURDIEU, 2010).

Com isso, a divisão entre os sexos parece, então, ser natural, estar inscrita “na ordem das coisas”. No entanto, como afirma Bourdieu (2010), ela faz parte de uma construção social moldada e destinada a instituir a naturalização da dominação dos homens sobre as mulheres, legitimada através da sociedade, que discrimina e legitima um valor cultural e ideológico, e a excluir do universo do pensável e factível de um gênero tudo que é caracterizado como pertencente ao outro. Além de estar inscrita nas coisas, tal perspectiva separatista também se inscreve nos corpos, através de injunções implícitas nas formas de se vestir, se comportar, de falar, e também na divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados.

Todas as ações são moldadas conforme a “ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico” (BOURDIEU, 2010, p. 34). Dessa forma, essa lógica dominante impõe todas as propriedades negativas a natureza feminina, e exclui as mulheres de lugares e trabalhos tidos como masculinos. Ou seja, ela destaca os signos exteriores às mulheres, conforme a definição social, e estimula ou desencoraja certas condutas de acordo com seu sexo.

À elas, cabe viver de acordo com os “princípios femininos”, o que a sociedade espera delas: ter boa conduta, usar roupas “comportadas”, ser dócil, esposa, mãe de família, entre outras características. A isso Bourdieu (2010) chama de confinamento simbólico, uma espécie de cerco invisível, que limita “o território deixado aos

movimentos e aos deslocamentos de seu corpo - enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos”. A aprendizagem dessas posturas femininas é ainda mais eficaz porque se impõe através de uma disciplina incessante e que se exerce continuamente por meio de coação.

Envoltas e limitadas pelas relações de poder e pelos esquemas de pensamento que se expressam nas oposições da ordem simbólica e pela crença de que não se tem que pensar, as mulheres são vítimas da chamada “violência simbólica”. Uma forma de poder que é usada para manter viva a imposição da dominação e que age sem qualquer coação física, se proliferando apenas no inconsciente dos seres e sendo legitimada através de discursos.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumento de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Apesar de se proliferar no inconsciente dos indivíduos, ela produz efeitos reais e conscientes, que promovem uma relação de conhecimento profundamente indecifrável a si mesmo. Isto faz com que algumas pessoas não só não questionem essas práticas como também as naturalizem, a exemplo do comportamento submisso da mulher.

Isso acaba sendo um ciclo e reforçando a ideia da dominação, acontecendo não só através da violência simbólica, já citada, como também por vários outros tipos de violência, entre elas a física, além de excluir as mulheres dos espaços tidos como masculinos, diminuindo sua representatividade e, conseqüentemente, a conquista e/ou manutenção dos seus direitos.

O movimento feminista dos anos 1970/80 promove profundas mudanças no âmbito familiar. Primeiramente passa a se combater o modelo patriarcal que designava a ordem interna da família. “As leis de 1965 sobre os regimes matrimoniais e a de 1970 que substitui a autoridade dos dois pais ao princípio da “potência paterna”, decretam o fim da inferioridade jurídica da mãe (BAUBERÓT, 2013, p. 208)”. Desse momento em diante, a regulação da vida em família passa a se fundamentar numa base jurídica que não reconhece mais a legitimidade da dominação masculina.

Nessa época, a crítica feminista passou também a julgar e denunciar o caráter estereotipado dos brinquedos, distinguidos, até então (e até hoje) entre “de meninas”

e “de meninos”, de acordo com o que se estipula como atividades exercidas por cada gênero. Isto, segundo Bauberót (2013), contribui para a manutenção dos modelos tradicionais de gênero. Rubin (1975, p. 50) também já alertava que “os tipos de relações de sexualidade estabelecidos no sombrio passado humano ainda dominam nossa vida sexual, nossas idéias sobre homens e mulheres e a forma como educamos nossos filhos”. Esse cenário parece não ter mudado muito.

É preciso lembrar que, como apontou Scott (1989), por muito tempo a palavra “gênero” foi usada como sinônimo de “mulheres”. No entanto, “gênero” é um termo mais abrangente, que não designa apenas sujeitos, mas também de identidades e subjetivas e relações sociais. Assim, o termo passa a se relacionar com a seriedade de um trabalho, de um campo de pesquisa científica, as ciências sociais. Diversos outros campos, no entanto, já incluem pesquisas, análises e debates direcionados ou vinculados à questões de gênero.

Hoje, na esfera do direito, por exemplo, os debates de gênero abarcam não só direitos legais e constitucionais, como também ocupação de espaços sociais, mudanças nos estereótipos e também nos retratos da mídia, na linguagem para se referir às mulheres e na profundidade e qualidade desses conteúdos.

Além disso, permeado pela ideia da *Teoria Queer*, um outro debate dentro das questões de gênero que ganha cada vez mais impulso é como as relações de gênero não só insistem em um “verdadeiro sexo”, como atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória. Após a publicação do livro “Making sex – body and gender from the greeks to Freud”, em 1992, do historiador da medicina Thomas Laqueur, que mostrou que até o século XVIII havia o registro de um único sexo, o masculino; a mulher era considerada um “macho incompleto”, passou-se a perceber que embora sejam consideradas coisas diferentes, gênero e sexo continuavam se influenciando. “Apesar da afirmação de que se tratava de coisas diferentes, era sobre o sexo biológico que se estava constituindo a identidade de gênero, e no caso dos integrantes dos movimentos gays e lésbicos, estes termos não coincidem” (PEDRO, 2005, p. 91).

Foi dentro desta perspectiva que a filósofa estadunidense Judith Butler, no livro “Problemas de Gênero”, questionou não só a categoria gênero como moldada no sexo biológico como a proposição da heteronormatividade.

Se Beauvoir inovou na crítica à universalidade do masculino, apontando uma estrutura que excluía o feminino da possibilidade de tornar-se sujeito, Butler inovou na abertura à singularidade,

percebendo como a dicotomia sexo/gênero funciona no engendramento de sujeitos submetidos a normas que determinam entre quem pode ou não tornar-se sujeito e constroem determinados corpos como abjetos por não serem reconhecíveis dentro da norma (RODRIGUES, C., 2019, p. 41).

De acordo com Pedro (2005), a filósofa propõe, seguindo o pensamento de Foucault sobre o caráter discursivo da sexualidade, o que ficou sendo chamado de “teoria performática”. Segundo essa teoria, a “performatividade” do gênero é um efeito discursivo entre o sujeito e a sociedade — uma construção social do sujeito<sup>5</sup> a partir da repetição e imposição de normas pela tradição, que visam regularizar os comportamentos —, e o sexo é um efeito do gênero. Butler questiona, então, a própria categoria de gênero como “interpretação cultural do sexo”, e afirma que “gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza” (BUTLER, [2003, p. 25] apud PEDRO, 2005, p. 91). Ou seja, para ela o sexo é um resultado “discursivo/cultural”, e anterior à cultura.

Tal fundamentação poderia, então, acabar por fundar no biológico aquilo que a cultura determina como sendo aspectos da personalidade e comportamento de homens e mulheres. Butler se distancia cada vez mais de um núcleo do feminismo que contemple apenas mulheres, passando a se preocupar também com os estudos de todos aqueles que vivem em estado de exceção e dominação, como travestis, gays, lésbicas, drags, não-brancos, entre outros não acolhidos pelos movimentos feministas (RODRIGUES, R. 2017).

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal são atos que fazem o gênero, que viabilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros – Berenice Bento (DOSSIÊ TEORIA QUEER, 2014, p. 44)

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, de 1997, elucidaram o conceito de gênero dentro desta mesma perspectiva de construto social que gera desigualdade entre homens e mulheres:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos

---

<sup>5</sup> O termo “sujeito” é aqui entendido enquanto categoria linguística, uma estrutura em formação, conforme Butler (2001 apud AZEVÉDO, 2011, p. 46), que irá proporcionar e promover sua existência e sua potência.

sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, 1997, p. 321-322).

Ou seja, o conceito de gênero se configura como uma construção social, histórica e cultura para tratar homens e mulheres, suas identidades, ações, comportamentos e tudo mais que se espere deles de forma que sejam opostas e excludentes entre si. Estas normas e representações são tão reproduzidas e estão de tal modo “naturalizadas” que não pensamos em questioná-las.

## 1.1 ALGUNS DADOS SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO

De acordo com o Relatório Global das Desigualdades de Gênero, feito e divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, em 2018 o Brasil apareceu em 95º lugar, em uma lista de 149 países<sup>6</sup>, alcançando o pior resultado desde 2011. Quanto mais próximo da primeira posição o país está no ranking, menor é a lacuna entre mulheres e homens naquela nação. Em relação ao ano anterior, o país caiu cinco posições na classificação, que considera mais de 50 itens com o acesso à saúde, educação, renda, participação no mercado de trabalho e participação política.

Nos campos de saúde e educação, o Brasil ocupa o primeiro lugar, junto com outros países. Isto significa que nestas categorias de análise praticamente não há, ou não foram identificadas, disparidades entre homens e mulheres. No entanto, em outras áreas o resultado não é tão bom. Quando se refere à participação política, o país ocupa a 112ª posição entre os 149 países. Na participação econômica, aparece apenas na 92ª posição, nove posições abaixo da sua classificação em 2017.

---

<sup>6</sup> The Global Gender Gap Report. Disponível em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2018.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf). Acesso em 08 de maio de 2019.

Em termos de igualdade salarial para um mesmo cargo, a classificação é ainda pior: o Brasil caiu do 119º lugar em 2017 para o 132º em 2018. Entre as 20 maiores economias do mundo — cuja 9ª posição é ocupada pelo Brasil —, a França lidera a lista, no décimo segundo lugar, seguida pela Alemanha (14º), Reino Unido (15º) e Canadá (16º). Além da grande maioria dos países desenvolvidos, várias das maiores nações em desenvolvimento também se classificaram à frente do Brasil, incluindo África do Sul (19º), Argentina (36º), Colômbia (40º) e México (50º). Neste sentido, embora tenha avançado em algum ponto específico, de forma geral o Brasil apresentou uma reversão no progresso em direção à equidade de gênero.

Dentro do território nacional, a pesquisa “Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil”<sup>7</sup>, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 e publicado em 2018 apontou detalhes sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Ela mostrou que entre pessoas de 14 anos de idade ou mais que tenham algum tipo de ocupação, o tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou a afazeres domésticos é maior entre as mulheres (18,1 horas/semana) do que entre os homens (10,5 horas/semana). A média do Brasil, considerando ambos os gêneros, é de 14,1 horas por semana dedicadas a esse tipo de trabalho.

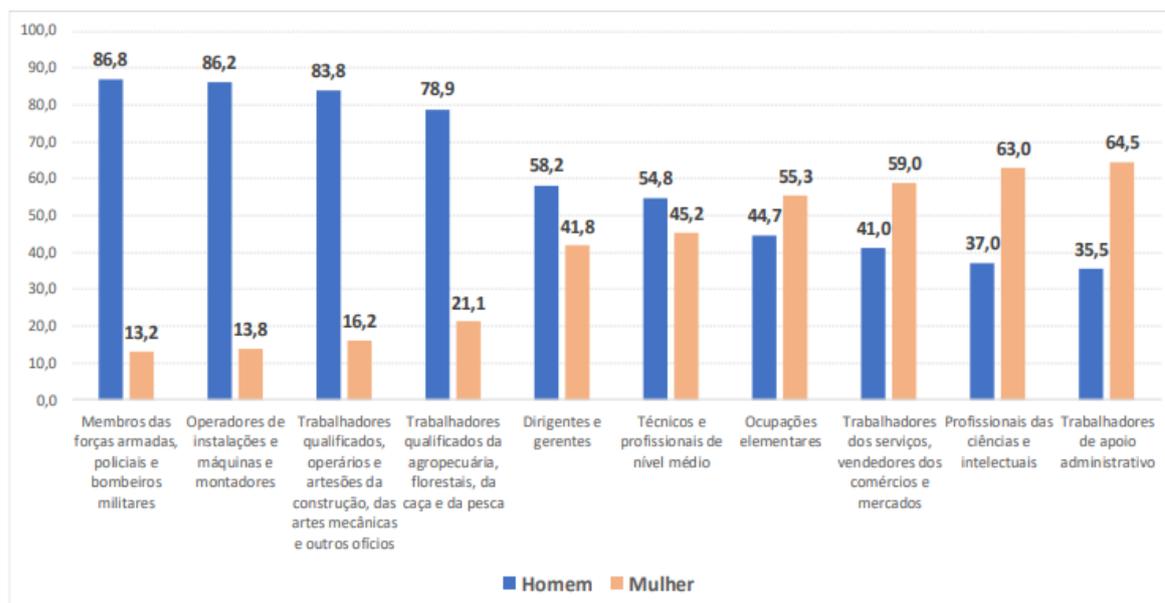
Ainda de acordo com o levantamento, as mulheres dedicam mais horas semanais ao combinando o trabalho remunerado e os cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (média de 54,4 horas) do que os homens (51,5 horas). Lembrando que a média brasileira para esse tipo de situação foi de 52,9 horas. Na proporção de trabalho por tempo parcial (trabalhos de “meio período”), a diferença torna-se mais nítida: 28,2% das mulheres entrevistadas na pesquisa contra 14,1% dos entrevistados. Os dados reforçam a “dupla jornada” feminina, ou seja, que trabalham fora de casa, mas que também têm uma rotina exaustiva dentro de casa. Em resumo, as mulheres trabalham mais do que os homens, em média.

O IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018, também divulgou outros dados, como (Gráficos 1):

---

<sup>7</sup> Pesquisa Estatística de Gênero. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 08 de maio de 2019.

Gráfico 1- Distribuição percentual (%) da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por grupamentos ocupacionais do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 2018.



Fonte: IBGE<sup>8</sup>

Tais dados indicam que, no Brasil, entre 2012 e 2018, quanto ao tipo de ocupação de homens e mulheres, os estereótipos continuaram. Enquanto eles ocuparam a maior parte dos postos de trabalho em atividades que exigiam força física, inteligência e autoridade, elas figuraram mais em ocupações elementares, de organização, contato direto com outras pessoas e educação.

A Organização das Nações Unidas (ONU)- Brasil<sup>9</sup>, por sua vez, elaborou uma lista com 16 fatos, baseados em dados produzidos por diversas instituições mundiais, sobre desigualdades entre homens e mulheres. Entre eles estão: em 2011, mulheres representavam 43% da mão de obra rural, segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), das Nações Unidas<sup>10</sup>; De acordo com um relatório publicado pela

<sup>8</sup> Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/694dba51d3592761fcbf9e1a55d157d9.pdf). Acesso em 08 de maio de 2018.

<sup>9</sup> “16 fatos sobre desigualdades entre homens e mulheres”, Organização das Nações Unidas- Brasil. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-16-fatos-sobre-desigualdades-entre-homens-e-mulheres/amp/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

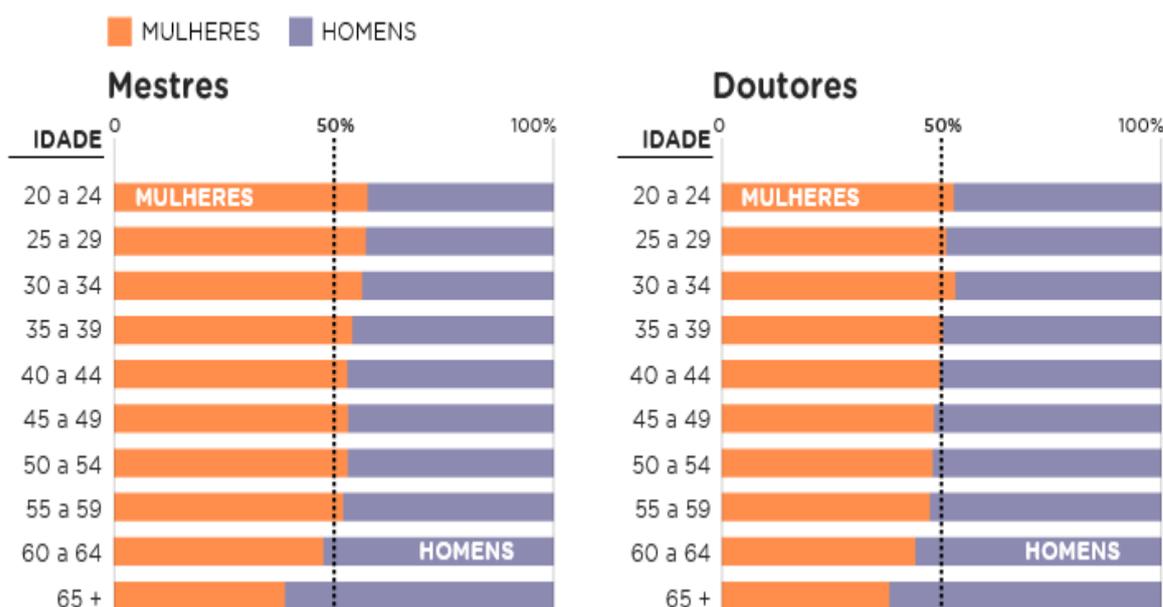
<sup>10</sup> The role of women in agriculture. Disponível em <http://www.fao.org/3/am307e/am307e00.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2019.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2016<sup>11</sup>, em média, mulheres ganham 23% a menos do que os homens.

Outros dados que se destacam entre os elencados pela organização são: 35% das mulheres do mundo já sofreram violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo ou violência sexual por um agressor que não era seu parceiro, em algum momento de suas vidas, segundo indica o relatório *The World's Women 2015*<sup>12</sup>, da ONU; Pesquisa “10 Things to know the global labour force”<sup>13</sup>, realizada pelo Overseas Development Institute (ODI) aponta que para cada três homens em trabalho remunerado, há duas mulheres, e para cada quatro homens donos de negócios, há apenas uma mulher na mesma posição.

Quanto à ciência, por exemplo (Gráficos 2, 3, 4 e 5):

Gráficos 2 e 3- Proporção quantidade de mestres e doutores no Brasil, respectivamente, por gênero e idade, considerando os registrados na plataforma Lattes, em 2016.



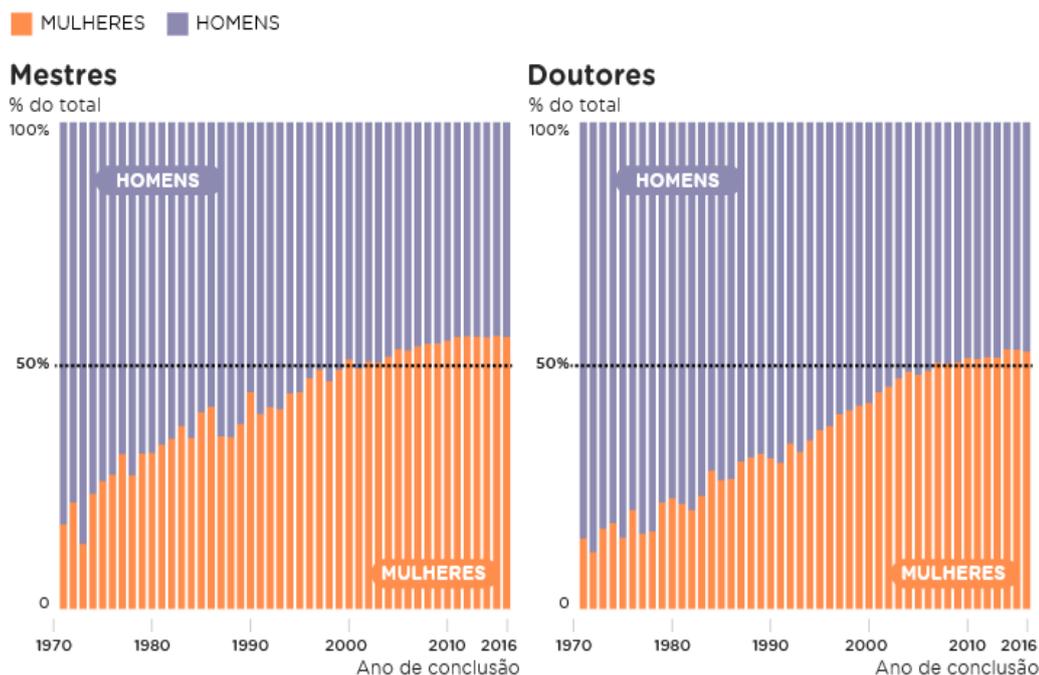
<sup>11</sup> Woman at work. Disponível em [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_457086.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457086.pdf). Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>12</sup> The World's Women 2015. Disponível em [https://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/Ch6\\_VaW\\_info.pdf](https://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/Ch6_VaW_info.pdf). Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>13</sup> 10 Things to know the global labour force. Disponível em <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11427.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>14</sup> Matéria “Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil”, produzida pelo Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>. Acesso em 19 de maio de 2019.

Gráficos 4 e 5- Proporção quantidade de mestres e doutores no Brasil, respectivamente, por gênero e ano de conclusão, considerando os registrados na plataforma Lattes, em 2016.



Fonte: Nexo Jornal<sup>15</sup>

Estes dados da desigualdade de gênero na ciência mostram que, embora mulheres sejam maioria entre mestres e doutores, entre diversas faixas etárias, a ascensão delas a tais títulos acadêmicos aconteceu a partir dos anos 2000, principalmente. Foi justamente nesta época que grupos feministas do país passaram a buscar maior espaço de ocupação feminina em áreas do conhecimento que até então eram mais restritas aos homens. Após meados da década de 2000, mulheres já eram maioria entre as duas titulações citadas.

Inúmeros outros dados referentes à igualdade/desigualdade de gênero e suas intersecções têm sido divulgados por diversos órgãos e entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos do país, periodicamente. De acordo com o IBGE (2018) o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas. Já a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), em entrevista do jornal Correio Braziliense<sup>16</sup>, afirma que “as denúncias de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e

<sup>15</sup> Matéria “Qual o gênero e a idade de mestres e doutores no Brasil”, produzida pelo Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>. Acesso em 19 de maio de 2019.

<sup>16</sup> Dado disponível em <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em 08 de maio de 2019.

travestis aumentaram 94% no país entre 2015 e 2016. Os casos incluem também abusos psicológicos, discriminação e violência sexual”.

Ainda referente à comunidade LGBTQ+, segundo o relatório Mortes violentas da população LGBTQ+ no Brasil<sup>17</sup>, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia, em 2018 foram registradas 415 mortes, por homicídio ou suicídio decorrente da discriminação, de gays, lésbicas, bissexuais e trans. Os dados apontam que os gays foram os mais atingidos (191 vítimas), seguidos por transexuais (164), lésbicas (52) e bissexuais (8). Do total de vítimas, 213 eram brancas (58,4%), 107 pardas (29,3%) e 45 pretas (12,3%). Em relação à cor das vítimas de LGBTQfobia (entre os dados informados) observou-se que 213 eram brancos (58,4%), seguidos de 107 pardos (29,3%) e 45 pretos (12,3%)<sup>18</sup>.

De forma geral, constata-se que a desigualdade entre os gêneros e suas intersecções — raça, classe social, orientação sexual e outras —, ainda são gritantes não só no Brasil mas também em todo o mundo. Vale lembrar que os dados aqui apontados são apenas representativos destas diferenças em diversos âmbitos da sociedade. As estatísticas são diversas e crescem a cada ano, no entanto, parece que pouco ou nada se faz com elas além de divulgarem: não a usam como base para reflexões e traçar políticas públicas, por exemplo. Neste sentido, são necessários avanços nos debates, ações e políticas, em várias esferas, visando diminuir ou erradicar tal desigualdade, a fim de promover a equidade entre os gêneros.

## 1.2 O GÊNERO NAS MÍDIAS

A sociedade de controle androcêntrica propõe uma vasta gama de normas e comportamentos para que os sujeitos ajam em consonância ao que é esperado social e culturalmente do seu gênero. Para tanto, os sujeitos são educados, moldados e governados em praticamente todas as esferas das sociedades, incluindo a mídia. O jornalismo, que no cenário das revoluções tecnológicas passou a ocupar um lugar

---

<sup>17</sup> Relatório “Mortes violentas da população LGBTQ+ no Brasil- 2018”. Disponível em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019.

<sup>18</sup> Relatório 2018 “Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil”. Disponível em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2019.

centralizado na esfera pública, atua em processos de construção social da realidade resultantes das experiências da mediação social (GIDDENS, 2005).

Como indica Azevêdo (2013, p. 110), “somos constantemente bombardeados por informações que nos chegam principalmente através da mídia e que nos ensinam como devemos nos relacionar com o mundo; informações que se pretendem verdadeiras e universais”. Agindo “pedagogicamente”, ensinam não só como devemos nos relacionar com o mundo, mas também com nós mesmos e nossos corpos, enquanto sujeitos sexuais, como devemos ser, agir e pensar de acordo com o gênero que nos é “imposto” no nascimento.

Sendo assim, a mídia se configura como um espaço pedagógico, definido como todos aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido (AZEVEDO, 2013). Ela repete “receitas e dicas”, de forma direta ou não, em seu discurso, para que mulheres e homens continuem cada um em suas “caixinhas de gênero”, buscando cada vez mais ser ideal aos padrões. Ou seja, a mídia regula e normatiza comportamentos socialmente vistos e construídos como ideais a cada gênero.

Nesta regulação se insere também o corpo, visto para além da ideia biologicista de um corpo natural e essencializado, mas como um construto social, cultural, político e historicamente construído, e pelo qual passam a negociação das diferentes identidades. Butler (2010 apud RODRIGUES, R. 2017, p. 25) afirma ainda que “o corpo é uma construção sempre em processo, alimentada pelos atos de fala, e que sofre e reduplica sem cessar os efeitos da linguagem, gerados por atitudes normativas, excludentes e violentas, principalmente quando originados pelos meios de comunicação. Foucault (2007, 1979 apud RODRIGUES, R., 2017) diria, neste caso, que pelas ações do biopoder<sup>19</sup>. Azevêdo (2013) corrobora com ela:

As artes, a ciência, a tecnologia e a mídia de um modo geral (cinema, TV, música, revista...) são consideradas instâncias de produção do corpo porque desenvolvem uma pedagogia voltada para a educação dos corpos de homens e mulheres, jovens e velhos/as, de brancos/as e negros/as. Estes aparatos preocupam-se em ensinar modos mais “adequados” de viver a vida. Entendo que estas instâncias educam, disciplinam e regulam os corpos como qualquer outra instância educativa e são, por isso, concebidas como Pedagogias Culturais.

Os ensinamentos produzidos e reproduzidos pelas instâncias midiáticas conformam determinados tipos de corpos como “ideais”.

---

<sup>19</sup> “Mecanismo de controle social, surgido no final do século XVIII, com o objetivo de disciplinar e, conseqüentemente, vigiar e punir, quando for o caso, o modo de vida dos indivíduos, o comportamento, os pensamentos, as relações afetivas e os corpos, a fim de torná-los “corpos dóceis”, disciplinados. Neste sentido, os conceitos de performatividade e biopoder se aproximam e se equivalem (RODRIGUES, R., 2017)

Assim, as pessoas passam a vida inteira buscando alcançar este corpo “modelo”, mas ele sempre escapa porque nunca é o mesmo. As representações em torno dele alteram-se, modificam-se de acordo com referências históricas e culturais. Do mesmo modo, os conhecimentos que a mídia apresenta como “verdadeiros” também são modificados de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais” (p. 120).

Ou seja, o discurso da mídia estão envoltos em relações de poder, a fim de regular condutas, de dizer como agir, como ser, quais os padrões de cada gênero, enfim, regular toda a vida de homens e mulheres segundo as normas socialmente estabelecidas para cada um.

Historicamente, é através do espaço público que os movimentos de gênero, em especial o movimento feminista, problematiza e discute a condição da mulher na sociedade.

Neste trajeto, as mídias e, em particular, o jornalismo, vêm acompanhando as mudanças provocadas por este segmento da sociedade, tanto como espaço que constrói a visibilidade de suas reivindicações e conquistas quanto instituição social que interage com diferentes atores: muitos dos quais se contrapõem ao feminismo e as suas pautas (AZEVEDO, 2011, p.21).

Além disso, como já foi dito, o jornalismo se porta também como instância que constroi e normatiza padrões sociais para os gêneros. Na busca pela visibilidade e noticiabilidade, temáticas de gênero outrora tratadas sobre o prisma da esfera individual e doméstica migram para o espaço público mediatizado, num processo social de interação e negociação entre diferentes atores (AZEVEDO, 2011).

De acordo com Azevêdo (2011), a preocupação do movimento feminista com a representação das mulheres nos meios de comunicação não é recente. Conforme aponta Cerqueira (2008, p. 139), desde os anos 1960 e 1970, o movimento feminista percebeu “o poder que os meios de comunicação tinham como agentes de produção das representações e práticas que produzem o gênero”. Já em meados da década de 1990, as militantes feministas esboçaram os primeiros seminários para discutir a relação entre os temas Mulher e Mídia, propondo pensar não só a importância de estar na mídia, mas também como “sobreviver” nela.

As mídias constroem e/ou alteram nossa percepção sobre a realidade e, de modo particular, nosso entendimento sobre a sociedade. O jornalismo pode ser entendido, então, como espaço de mediação e produção simbólica de sentidos, entre outras coisas, do que é feminino e masculino na sociedade. Bagdikian (1973, p. 8 apud AZEVEDO, 2011, p. 27-28) diz que “o que o sistema de notícias não transmite,

para a maioria dos povos do mundo e quanto à sua maioria dos acontecimentos do mundo, não aconteceu. Neste sentido, o mundo e seus habitantes são o que os meios de comunicação declaram que são”.

Para a maioria das pessoas, parece não haver outro caminho senão se reconhecer, se relacionar consigo mesmo e com a sociedade de acordo com os discursos e as imagens expostas pelas mídias sobre cada gênero. Em visto disso, é preciso estar atento ao que é dito — e como é dito — pelo jornalismo, visando evitar reprodução de estereótipos e promoção da manutenção de diferenças sociais e culturais, em diversos espaços, institucionais ou não, entre homens e mulheres.

Dotados de referências e significados particulares, que vão além dos procedimentos padrões da profissão, os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e, conseqüentemente, na construção da realidade. Neste sentido, são ativos também na produção dos sentidos, compartilhados com a sociedade. O jornalismo se insere na produção simbólica do mundo social.

Conforme assinala Wolton (2004, p. 224 apud AZEVÉDO, 2011, p.138), “o profundo movimento de libertação da mulher, acompanhado pela evolução das mídias, que contribuíram para que se pudesse “falar de tudo”, mexeram com as fronteiras público-privado, fizeram recuar os territórios do sigilo”. Ou seja, passou-se não somente a ter mais abertura para falar sobre questões antes consideradas restritas ao âmbito familiar, a exemplo da violência doméstica, como também se tornou cada vez mais comum a promoção de intersecções de temas relacionados à mulher, a exemplo de grau de instrução, raça, classe social, etnia, geração, em diversas instâncias sociais. O tema saiu da esfera privada para a pública, como sendo uma questão/problema social.

(...) o campo comunicacional configura-se cada vez mais como um espaço de luta política, para garantir equitativamente a informação como um bem simbólico. E deve levar em consideração o fato de que as assimetrias se mostram arraigadas aos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação (FESTA, 2008, p. 301 apud AZEVÉDO, 2011, p. 219).

O acesso a informações como serviços de atendimento a vítimas de violência doméstica e outras políticas de assistência às mulheres são fundamentais para que se avance no combate a esse fenômeno e, a partir de dados colhidos pelos órgãos responsáveis, se possa traçar estratégias e políticas para promoção da equidade entre gêneros.

O agendamento midiático opera como esfera de representação na medida em que promove a construção social da realidade, podendo tanto tratar o tema de modo reducionista e sensacionalista, e estigmatizando e naturalizando práticas, ou de forma aprofundada, visibilizando pontos diversos, com profundidade, investigação, debates, de maneira a rearticular as formas de significação, livres de preconceitos e estigmas.

Pautas que envolvem o desequilíbrio entre gêneros podem suscitar debates, ideias e ações que promovam a diminuição do fenômeno e maior equidade entre homens e mulheres. Tais pautas precisam ser discutidas socialmente, sob diferentes enfoques, para além da naturalização dos padrões de gênero. É preciso que a sociedade esteja bem informada sobre o que acontece neste âmbito e suas ramificações, para só então ter consciência de si, sua realidade, das melhorias que podem ser alcançadas e o que fazer para chegar lá.

A inclusão da mediação do gênero na narrativa jornalística contribui, deste modo, para problematizar os acontecimentos do ponto de vista de seu ordenamento simbólico, deixando explícitas as tensões sociais existentes na produção social das práticas de agendamento midiático e das relações de poder que as envolve” (AZEVEDO, 2011, p. 268).

A agenda midiática deve, portanto, perceber o tema como questão pública e de interesse e relevância social, informando não só os serviços disponíveis, como também denunciando quadros discrepantes entre homens e mulheres em diferentes instâncias. Isso pode e deve ser feito através de divulgação de estatísticas contextualizadas e correlacionadas a outros dados, reportagens em profundidade, investigações, entrevistas, entre outros. Colocar temáticas de gênero na agenda midiática implica em pautá-los também na agenda pública, social e política, esperando debates, reflexões ações sobre estratégias políticas de equidade, atuais e futuras.

Para tanto, há necessidade de uma reestruturação do gênero enquanto construção social, de modo a minimizar, num primeiro momento, e extinguir, num segundo, as noções dicotômicas e normatizadoras de gêneros e sexualidades, em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só estas duas categorias, mas também suas interseccionalidades — raça, classe social, religião, geração, orientação sexual e outras. A disparidade entre homens e mulheres não só se constitui num aparelho para manter uma estrutura social machista, como ainda introduz na sociedade a normalidade de tais ideias.

O movimento feminista, com seus avanços e recuos e a *Teoria Queer* fizeram com que, hoje, debates sobre gênero estejam na política, na mídia, no meio

acadêmico, nas organizações da sociedade civil, nos esportes, enfim, em diversos espaços. O empoderamento de diferentes atores sociais, como mulheres, gays, trans e outros, embora tenha apresentado efeitos mais visíveis, ainda não são satisfatórios no cotidiano de tais pessoas, diante do grande contexto de desigualdades de gêneros e sexualidades que continuam a existir.

Diante disso, percebemos o jornalismo como uma ferramenta necessária ao debate de gênero, uma vez que se constitui como um agente social e histórico, com papel fundamental na disseminação e aprofundamento de questões-chaves que afetam a vida e os direitos das mulheres, trans, gays, drags e outros sujeitos sociais. Ele tem a capacidade de produzir representações, agendamentos (TRAQUINA, 2004) e enquadramentos, explicitamente ou através das convenções linguísticas, podendo tanto contribuir para combater às desigualdades entre os gêneros, como também negligenciar ou mesmo reforçar seu aumento. De fato, “a influência da mídia é sutil e pode ser exercida de várias maneiras, diretas ou indiretas, valorizando certos modelos ou papéis sociais, insistindo em certos estereótipos, sugerindo comportamentos socialmente aprovados etc” (BRETON e PROULX, 2006, p. 150).

Embora seja possível encontrar pesquisas que relacionem gênero e mídia, ainda há uma lacuna no que diz respeito à profundidade dos processos de investigação social. Além disso, as produções jornalísticas quanto ao debate de gênero são, geralmente, apenas a divulgação de casos de violência contra mulher, homossexuais e trans, sem qualquer aprofundamento ou reflexão sobre a problemática maior.

Trata-se, portanto, de pensar analiticamente o papel das mídias na construção das representações de gênero e nos debates sobre o tema. Hoje, já é possível ver algumas iniciativas neste sentido, como a Rede Mulher e Mídia<sup>20</sup>, a Agência Patrícia Galvão<sup>21</sup>, o Cunhã Coletivo Feminista<sup>22</sup>, o Observatório de Mídia– Gênero,

---

<sup>20</sup> Rede Mulher e Mídia. Disponível em <http://mulheremidia.org.br/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

<sup>21</sup> Agência Patrícia Galvão. Em parceria com a Secretaria Nacional Políticas Públicas para Mulheres, promove o Seminário Mulher e Mídia. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

<sup>22</sup> Cunhã Coletivo Feminista. Disponível em <http://www.cunhanfeminista.org.br/>. Acesso em 08 de maio de 2019

Democracia e Direitos Humanos<sup>23</sup>, o Festival Zarelia<sup>24</sup> e o portal *Who Does the News* (WMTN)<sup>25</sup>, que abriga o Projeto de Monitoramento da Mídia Global (GMMP).

Desse modo, a mídia, especialmente o jornalismo, deve ter como objetivo propor enfoques sobre questões de gênero que contribuam para uma cobertura mais coerente e profunda dos acontecimentos, incorporando temáticas o permeiam, como direitos, cidadania, acesso à saúde e contracepção de qualidade e com respeito, violência contra mulheres, homossexuais, trans, entre outros. Com isso, construir narrativas e suscitar debates e ações que visem diminuir e erradicar desigualdades e injustiças entre os gêneros, evitando ser um dispositivo normalizador de termos e concepções estereotipadas. Agindo assim, torna-se uma promissora área de resistência e crítica a normalização sexual e de gênero.

---

<sup>23</sup> Observatório de Mídia, Gênero, Democracia e Direitos Humanos. Projeto ligado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Disponível em <http://www.obmidia.org/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

<sup>24</sup> O Festival Zarelia- Periodismo, Medios Digitales, Géneros y Feminismo é, como informa seu site, “un espacio para conocer, compartir e intercambiar los mejores trabajos periodísticos y las experiencias más innovadoras de medios digitales desde el género y los feminismos”. Ele teve sua primeira edição realizada em maio de 2019 e contou com a participação de palestrantes e ouvintes de toda a América Latina e do Caribe, segundo o site. Disponível em <https://festivalzarelia.com/>. Acesso em 19 de maio de 2019.

<sup>25</sup> Portal Who Makes The News. Além das informações, pesquisas e análises diárias, promove o Projeto de Monitoramento da Mídia Global, definido em seu site como a maior e mais antiga iniciativa de pesquisa e defesa do mundo que busca promover a igualdade de gênero na e através dos meios de comunicação. Disponível em <http://whomakesthenews.org/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

## 2 NÚMEROS QUE CONTAM HISTÓRIAS

### 2.1 CONCEITUANDO JORNALISMO GUIADO POR DADOS

A expansão da tecnologia da informação, a partir do século XIX, ocasionou mudanças para o jornalismo, desde o modelo de negócios das empresas até os procedimentos de produção jornalística, rotinas profissionais e formatos dos conteúdos. Dessa forma, a velocidade de produção e circulação das notícias passou a ser cada vez mais levada em consideração e, segundo Barbosa (2013), fez com que fosse possível superar barreiras geográficas e temporais, satisfazendo as necessidades de informação da sociedade.

Com todas essas mudanças ao longo dos séculos, os meios e as modalidades de jornalismo também evoluíram até chegar à web, onde se desenvolve o jornalismo digital, também conhecido pelas terminologias jornalismo online, webjornalismo e ciberjornalismo. Essa modalidade de jornalismo se distingue de outros meios, pois possui características específicas voltadas às potencialidades oferecidas pela internet ao jornalismo. São elas: hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, memória, instantaneidade, personalização e ubiquidade (CANAVILHAS, 2014).

Neste mesmo cenário, a popularização da internet, dos computadores e, pouco mais recentemente, dos dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*, ocasiona alterações na sociedade e conseqüentemente no jornalismo. Com o maior acesso da população a tais tecnologias, há maior busca pelo consumo de informações a partir delas. Além disso, também proporciona aos governos, empresas e outras entidades um lugar para estocar e disponibilizar de maneira mais fácil o acesso aos seus dados. Assim, os profissionais do jornalismo veem então uma possibilidade de inovar seu *modus operandi*, explorando novas linguagens e formatos de apresentação, através do uso de dados.

Barbosa (2013) aponta que a intersecção do jornalismo com as mídias móveis promove a convergência jornalística<sup>26</sup> e resulta no que ela chama de *continuum*

---

<sup>26</sup> Assim como para Barbosa (2013, p. 35), a convergência jornalística é tratada aqui como “um processo cujo conceito alude à integração de meios de comunicação tradicionalmente separados afetando a empresas, tecnologias, profissionais, produtos, conteúdos e aos usuários, no consumo, e interação com as informações”. Assim, propicia uma “integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente separadas, permitindo que os jornalistas elaborem conteúdos para serem distribuídos através de múltiplas plataformas, mediante as linguagens próprias de cada uma” (SALAVERRÍA, GARCÍA AVILÉS e MASIP, 2010, p. 59 apud BARBOSA, 2013, p.36).

multimídia: “uma atuação conjunta, integrada entre diferentes meios, conformando produtos e processos marcados pela horizontalidade e dinamismo da produção, edição e distribuição dos conteúdos” (BARBOSA, 2013, p. 34). Segundo ela, tais conteúdos são realizados por profissionais mediante o uso de tecnologias digitais e em rede.

As atuais rotinas de produção pressupõem o emprego de softwares, de bases de dados, algoritmos, linguagens de programação e de publicação, sistemas de gerenciamento de informações, técnicas de visualização, metadados semânticos, etc. Com isso, já não se tem uma oposição entre meios antigos/tradicionais e os new media. (BARBOSA, 2013, p. 34)

E para compreender os estágios de desenvolvimento desta nova modalidade de jornalismo nas redes digitais, são estabelecidas características e classificações. No terceiro e quarto estágios<sup>27</sup>, Barbosa (2013) indica as bases de dados como elementos que determinam e organizam todo o processo jornalístico, desde a pré-produção até o consumo dos conteúdos. Para a autora, os dados são também sinalizadores e delimitadores da existência de uma quinta geração, marcada e impulsionada pelas mídias móveis, uma vez que integra diversas funcionalidades e potencialidades para o processamento do fluxo de informações. Segundo ela, as bases de dados são o aspecto-chave para a construção de sites jornalísticos dinâmicos, em contraposição aos padrões estáticos das etapas anteriores.

Diante disso, Barbosa (2013) propõe que há a conformação de um modelo próprio, o Paradigma Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD), que será conceituado e caracterizado ao longo do capítulo. Outras denominações relacionadas a esse modo de fazer jornalismo são “Jornalismo de Dados”, “Jornalismo em Base de Dados”, “Jornalismo de Banco de Dados” e “Jornalismo Guiado por Dados” (*Data-Driven Journalism*). Por uso e costume, geralmente prevalece o nome menor: Jornalismo de Dados (JD).

---

<sup>27</sup> As gerações anteriores são definidos por Barbosa (2013) com base em Mielniczuk (2003). Para ela, a “primeira geração: a fase da transposição, reprodução de conteúdos (...); segunda geração, fase da metáfora, na qual o jornal impresso é o modelo para os sites web; e terceira geração ou fase do webjornalismo, na qual se estabelece a atualização contínua, a hipertextualidade com o recurso do link começa a aparecer nas narrativas jornalísticas, combinada aos recursos de áudio, vídeo, imagens em 360°, fóruns e enquetes deflagrando a interatividade, a disponibilização dos arquivos potencializando a memória, além das possibilidades de personalização da informação. Embora a autora [Steven Holtzman (1997)] tenha empregado webjornalismo como terminologia referente a esta terceira etapa, preferimos jornalismo digital de terceira geração por considerá-la mais abrangente, englobando os produtos jornalísticos na web, bem como os recursos e tecnologias disponíveis utilizados para a disseminação dessa produção potencialmente para outros dispositivos, entre eles, os móveis. Vale notar que essas fases não são excludentes entre si, nem são estanques no tempo (BARBOSA, 2013, p. 39)”.

De antemão, é possível questionar: os jornalistas sempre tiveram acesso e fizeram uso de dados para produção do conteúdo jornalístico, em maior ou menor grau, por que, então, há agora uma nomenclatura específica? Em síntese, porque produzir “com dados” e produzir “a partir de dados” são procedimentos distintos. Enquanto o “Jornalismo com Dados” se apropria dos dados como forma de auxiliar ou ilustrar uma história ou reportagem, o “Jornalismo de Dados ou Guiado por Dados” os têm como a própria razão da reportagem, seu fundamento e guia (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016).

Neste trabalho, optamos pelo termo “Jornalismo Guiado por Dados (JGD)” por entender os dados não só como ponto de partida, mas também como condutores para a produção de material jornalístico.

Para alguns autores, como Barbosa e Torres (2013), o Jornalismo Guiado por Dados seria uma vertente do Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD), pois está contido na abrangência de seu conceito, sintetizado como sendo

(...) o modelo que tem as bases de dados como definidoras da estrutura e da organização, bem como da composição e da apresentação dos conteúdos de natureza jornalística, de acordo com funcionalidades e categorias específicas, que também vão permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização, a publicação e a circulação de cibermeios dinâmicos em multiplataformas. (BARBOSA e TORRES, 2013, p. 154).

Sendo assim, o JGD é entendido como uma extensão das práticas do JDBD (BARBOSA, 2007), demarcando uma ampliação no jornalismo contemporâneo mediante as possibilidade de uso das bases de dados no processo de produção, consumo e circulação de conteúdos jornalísticos. Dessa forma, considera-se que os produtos e formatos dele derivados se caracterizam como novas formas de narrativa, baseadas em dados.

Neste sentido, utilizamos também o termo ‘narrativas jornalísticas’, com conceito para além do literário: sucessão de acontecimentos, reais ou não, encadeados no discurso. O cerne da questão é a seleção dos elementos que irão compor o relato do fato reportado. Ou seja, acredita-se na capacidade do jornalismo de narrar e se colocar mais próximo da realidade (ou de uma versão da realidade), através de diferentes suportes e ferramentas midiáticas que vão além linguagem verbal. No caso, aqui propomos o uso de dados como referencial da realidade dos fatos e histórias.

Manovich (2001, apud BARBOSA e TORRES, 2013, p. 156) aponta ainda a ideia do que ele chama de hipernarrativa (numa analogia ao hipertexto): “resultado da soma de múltiplas trajetórias efetuadas através das bases de dados”. Esta hipernarrativa presente em produtos da nova mídia geraria, de acordo com ele, muitos produtos híbridos à medida também que o usuário é agente ativo nas escolhas das ações para levar a narrativa adiante. É a concepção que também emprega Machado (2006 apud BARBOSA e TORRES, 2013, p. 157), para quem a narrativa não se configura como uma sequência fixa de ações, mas “cada vez mais como uma viagem através do espaço constituído pelos conjuntos estruturados de itens organizados”, na qual o leitor pode explorá-los, interferindo e direcionando o fluxo das narrativas.

Uma das primeiras bibliografias sobre o tema de Jornalismo de Dados, o livro *Manual de Jornalismo de Dados 1.0* (Gray et al., 2012) coloca que embora geralmente “dado” seja tomado apenas como um grupo de números normalmente reunidos numa planilha, ele não é apenas isso, mas tudo que pode ser descrito em forma numérica no mundo digital, como documentos, fotografias, vídeos ou áudios, por exemplo. O termo ainda suscita problematizações, uma vez que jornalistas ainda o remetem apenas a números. De forma bastante simplista, os autores do livro argumentam que o grande diferencial do jornalismo de dados para o ‘restante do jornalismo’ “talvez sejam as novas possibilidades que se surgem quando se combina o tradicional ‘faro jornalístico’ e a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance da informação digital agora disponíveis” (GRAY et al., 2012, n.p.) (tradução nossa)<sup>28</sup>. Jornalismo Guiado por Dados ainda é sobre contar histórias.

Segundo *Paul Bradshaw*, da Birmingham City University,

Os dados podem ser a fonte do jornalismo de dados, ou podem ser as ferramentas com as quais uma notícia é contada, ou ambas as coisas. Como qualquer fonte, devem ser tratados com ceticismo; e como qualquer ferramenta, temos de ser conscientes sobre como eles podem moldar e limitar as histórias criadas com eles (GRAY et al., 2012) (tradução nossa).<sup>29</sup>

E, de modo mais matemático e científico, servem para confrontar, certificar ou provar com extrema precisão informações da história contada.

<sup>28</sup> “Quizás sean las nuevas posibilidades que aparecen, cuando se combina el tradicional “olfato para las noticias” y la capacidad de narrar una historia convincente, con la escala y alcance de la información digital disponible en la actualidad. ”

<sup>29</sup> “Los datos pueden ser la fuente del periodismo de datos, o pueden ser la herramienta con la que se narra la historia o ambas cosas. Como cualquier fuente, debe tratarse con escepticismo; y como cualquier herramienta, debemos ser conscientes de cómo puede modelar y limitar las historias que se crean con la misma. ”

Mas o Jornalismo Guiado por Dados não é uma técnica nova. De acordo com Träsel (2014a), ele tem sua origem nas propostas e técnicas da Reportagem Assistida por Computador (RAC) e do Jornalismo de Precisão (JP), propostos inicialmente nos anos 1970. O primeiro conceito surgido foi 'Jornalismo de Precisão' (*Precision Journalism*), estabelecido por Phillip Meyer e publicado no livro homônimo, em 1973. Meyer propôs e explicou “como as técnicas de ciências sociais e computação podiam ser usadas por jornalistas para que ‘errem com menos frequência’ (MEYER, 1973, p. 3 apud TRÄSEL, 2014a, p. 108)”. Assim, parece ser um conceito originado de uma autocrítica sobre os métodos de trabalho jornalísticos.

As máquinas de processamento de dados e computadores eram vistos pelos jornalistas como o ideal de precisão, levando a um fortalecimento da objetividade, além de acelerar seu trabalho. Embora Meyer já propusesse que os jornalistas aprendessem a programar, o uso da tecnologia não era o aspecto fundamental ou obrigatório do Jornalismo de Precisão. A preocupação estava em “coletar evidências sobre os fatos seguindo protocolos claros e reproduzíveis, emprestados das ciências sociais, para revelar a verdade sobre um determinado acontecimento ou fato social” (TRÄSEL, 2014a, p. 109). Através da precisão, o autor via, então, uma possibilidade para aproximar o jornalismo o máximo possível da verdade e da ciência, e seus passos foram seguidos por outros repórteres ao longo dos anos 1970.

À medida que houve maior popularização e rotinização de computadores e do acesso à Internet nas redações, houve também um aumento na oferta de bases de dados públicos e *softwares*<sup>30</sup> simples e de baixo custo capazes de analisá-las, pelo menos nos Estados Unidos, como afirma Träsel (2014a). Neste período, as bases de dados foram, inicialmente, usadas apenas para estocagem e armazenamento estruturado de informações nos computadores (BARBOSA, 2007). O Jornalismo de Precisão, embora continuasse sendo praticado, não se estabeleceu como um conceito de referência e foi substituído pelo termo e pelas ideias propostas pela Reportagem Assistida por Computador (RAC) (do inglês *Computer Assisted Reporting- CAR*), já nos anos 80.

A RAC, segundo Träsel (2014a, p. 107), “retirou o foco do projeto [do Jornalismo de Precisão] de atribuir um caráter científico ao jornalismo, passando a concentrar-se principalmente no desenvolvimento e disseminação de aplicações da

---

<sup>30</sup> Sistemas operacionais; Programas e aplicações de processamento de dados.

informática ao trabalho de reportagem”. Ela propunha uma tentativa organizada e sistemática do uso de computadores para coleta e análise de dados cujo objetivo era aperfeiçoar as notícias. Barbosa (2007), apoiada nas perspectivas de Nora Paul, aponta as bases de dados como protagonistas no desenvolvimento da RAC, já que ambos os termos incluem dois níveis de utilização:

(...) 1) empregar os computadores para a busca de informação e recuperá-la de outros computadores e suas bases de dados e 2) usar os computadores para analisar bases de dados originais e bases de dados de outras fontes de informação para os relatos jornalísticos (PAUL, 1999, p. 109 apud BARBOSA, 2007, p. 109-110).

Em meados dos anos 1990, a disseminação e uso da web e da internet e seus recursos e programas coincidem com a expansão das bases de dados, incorporadas e disponibilizadas por várias organizações públicas e privadas. Já no final da década, a RAC “se popularizou, propagando o seu uso por jornais de todos os tamanhos, serviços de cabo, revistas e TVs” (BARBOSA, 2007, p. 110).

A partir desse momento, as bases de dados passaram a ser agregadas aos sites e ampliaram as possibilidades de oferta de informação, tornando-se importantes aos jornalismo e à modalidade específica que surge no período: o jornalismo digital (BARBOSA, 2007). No início dos anos 2000, portanto, há uma revigoração e ampliação do trabalho jornalístico com dados, impulsionados de um lado pelo desenvolvimento da informática e das telecomunicações — e, por consequência, de ferramentas gratuitas de análise de dados — e de outro pelas mudanças por elas precipitadas no modelo industrial da mídia predominante no século XX, como ampliação das políticas de transparência e acesso à informações, permeados pela cultura de dados abertos. Nesta perspectiva, Träsel (2014a) propõe, então, que o JGD parece ser uma adaptação da profissão jornalística à cibercultura<sup>31</sup> e à economia do conhecimento, e ainda uma possível solução para uma crise econômica e identitária instalada na comunidade jornalística justamente por efeito das tecnologias digitais.

Conceituando, o Jornalismo Guiado por Dados, trata-se, portanto,

---

<sup>31</sup> Neste trabalho, entendemos “cibercultura” a partir do estabelecido por Lévy (1999, p.17 apud SILVA, 2013, p. 54), como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Em outras palavras, “(...) a tese de fundo é que a cibercultura resulta da convergência entre a sociabilidade contemporânea e as novas tecnologias de base microeletrônica (LEMOS, 2002, p.15-16 apud SILVA, 2013, p. 54-55).

(...) da aplicação de técnicas computacionais e científicas na apuração, edição, publicação e circulação de produtos jornalísticos, que podem tomar a forma de textos, audiovisuais, narrativas hipertextuais, visualizações gráficas, ou aplicativos noticiosos (TRÄSEL, 2014a, p. 15).

Em outras palavras, o termo compreende as diversas práticas profissionais que fazem uso de dados como principal fonte de informação e guia para a produção jornalística em seus diversos formatos<sup>32</sup>.

As técnicas utilizadas se configuram como uma forma de ampliar a capacidade do jornalismo para a investigação de acontecimentos e problemas sociais (TRÄSEL, 2014a), cumprindo, assim, sua função de apuração e divulgação de informações e acontecimentos de interesse público, como propõe o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007).

O JGD seria um sintoma do que Rüdiger (2011, p. 10 apud Träsel, 2014a, p. 16) “chama de rotinização da cibercultura no cotidiano do homem comum, na medida em que os jornalistas são também homens comuns”. Com a cibercultura, o jornalista passa a incorporar cada vez mais os pensamentos tecnológicos no desempenho de suas atividades nas rotinas produtivas das redações.

Ademais, o Jornalismo Guiado por Dados se configura também uma forma de manutenção do jornalismo informativo, mediante a superação da noção de objetividade como ritual estratégico. “A objetividade passa a ser compreendida como a aplicação de técnicas das ciências sociais e da informática às rotinas produtivas das redações, no intuito de substituir o jornalismo declaratório, baseado em fontes humanas, por reportagens cujos fatos são derivados de bases de dados” (TRASEL, 2014a, p. 15). Tal noção de objetividade se estende também, segundo o autor, aos procedimentos de transparência e difusão do conhecimento sobre as técnicas e/ou base de dados utilizadas para produção do material, tanto internamente às redações quanto ao público em geral.

Busca-se o afastamento do senso comum, conhecimento baseado na experimentação direta dos fenômenos através dos sentidos, e a aproximação com o saber científico, através de técnicas como amostragem, questionários, estatística e outros.

---

<sup>32</sup> Assim como propôs Barbosa e Torres (2013, p. 153) em seu trabalho, aqui também “o termo formato é usado considerando o âmbito da narrativa jornalística, ou seja, a forma, a aparência que assume o conteúdo jornalístico apresentado e que incorpora os diversos recursos propiciados pelo suporte digital para modelizar as narrativas (MIELNICZUK, 2003, p. 72).”

Assim, a objetividade deixa de ser um mero ritual da profissão para buscar, de fato, a maior aproximação possível da verdade, da precisão dos fatos. Com o JGD, as fontes deixam de ser primordialmente pessoas, que baseia um jornalismo declaratório e as cargas pessoais do jornalista também deixam de influenciar na narrativa. As fontes agora são os dados, com todo rigor analítico que contém. Como aponta Träsel (2014b, p. 294), baseado em Rüdiger (2008):

O ideal por trás deste projeto, nascido no âmbito da cultura profissional jornalística, é o de uma imprensa capaz de dirigir a percepção da realidade social de maneira independente de preconceitos, vieses e ideologias, por meio da aplicação do pensamento tecnológico às rotinas produtivas. Neste aspecto, o JGD filia-se ao imaginário da cibercultura que passou a predominar, ao menos no Ocidente, a partir do século XX.

As técnicas do JGD podem contribuir de diversas formas para o trabalho do jornalista: em primeiro lugar e sendo o seu principal objetivo, “permitem ao jornalista encontrar informações com valor noticioso em bases de dados com milhares ou milhões de registros, dificilmente manejáveis sem a ajuda de computadores” (TRÄSEL, 2014b, p. 292). Para tanto, norteiam e facilitam não só a busca, como também o tratamento e o cruzamento de grandes quantidades de dados e a circulação dos produtos gerados através de diferentes plataformas e formatos. Assim, colaboram não apenas para a produção de novo conhecimento sobre a sociedade, como também mostra, por exemplo, como determinado tema se relaciona com um indivíduo, informando e suscitando debates.

Neste sentido, vale pontuar a hipótese de uma aproximação entre o JGD e o chamado Jornalismo Investigativo (JI). Antes disso, é preciso conceituar o último termo.

Embora muitos jornalistas afirmem que a expressão “Jornalismo Investigativo” é redundante, uma vez que a investigação faz parte da natureza da profissão, o estabelecimento da ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) demonstra a existência, de fato, desta categoria. Segundo Lage (2001), apesar de toda reportagem pressupor investigação e interpretação, a categoria “jornalismo investigativo” se tornou constante na literatura sobre o assunto. De forma sucinta, ele o conceitua como uma “forma extremada de reportagem. Trata-se de dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema pelo qual o repórter, em geral, se apaixona” (LAGE, 2001, p. 138).

Sua base principal é a pesquisa e, geralmente, é utilizado para evidenciar e fazer denúncias sobre problemas sociais e injustiças diversas. O resultado costuma ser produções extensas, que eventualmente não cabem em veículos ou programas jornalísticos tradicionais de consumo rápido e, por isso, costumam ser publicados em forma de livros, reportagens seriadas e documentários audiovisuais. A sua concepção não requer temas exóticos, mas pode decorrer de pequenos fatos, curiosidades ou observação direta da realidade. E, ao contrário do jornalismo diário, que demanda mais agilidade e rápida apuração, o repórter investigativo carece de mais tempo para produção, com conseqüente aprofundamento, além de se permitir explorar diferentes linhas de raciocínio na busca de respostas, não se fixando a um único direcionamento e enfoque da pauta.

Dito isto, vamos à aproximação das fronteiras das duas categorias. De acordo com o jornalista e programador Lorenz Matzat, do blog alemão datenjournalist.de aponta, segundo Charbonneaux e Gkouskou-Giannakou (2015, p. 271), o JGD “toma emprestado do jornalismo investigativo os seus procedimentos e vocabulário”. A percepção está relacionada ao modo operacional: assim como o jornalismo investigativo, o JGD também tem como uma de suas bases a pesquisa em profundidade e exaustiva. Algumas técnicas de investigação e entrevistas são usadas por ambos. O volume e qualidade das informações também se aproximam.

Embora com algumas variantes, alguns autores e pesquisadores adotam a visão de que o Jornalismo de Dados seria uma associação da capacidade investigativa do jornalismo aliados aos dados e às novas possibilidades da tecnologia (GRAY et al., 2012; TRÄSEL, 2013 apud MANCINI e VASCONCELLOS, 2016).

Então o que diferencia Jornalismo Guiado por Dados e Jornalismo Investigativo? Primeiramente, os dados como principais fontes de pesquisa.

Um ponto a se pensar é: mas os jornalistas, investigativos ou não, sempre souberam da existência dos dados, então por que criar uma outra modalidade? É fato que uso de dados pelo Jornalismo ocorre há algumas décadas, alavancado especialmente após a difusão da internet em larga escala e à facilidade de acesso às pesquisas e bancos de informações. No entanto, os profissionais não são, em sua maioria, educados e treinados para buscar e tratar informações em banco de dados, planilhas, etc, especialmente quando são dados fechados. Quando muito, limitam-se aos dados disponíveis na web. Eles não estão preparados para lidar com grande volume de dados, para “ler, entender números” e construir histórias a partir deles. A

mentalidade é de que profissionais como técnicos de informática, designers e programadores devem realizar esse trabalho e a sua função seria apenas de divulgá-las.

Os dados, porém, têm muito a agregar às investigações, podendo estas partirem deles ou descobrirem dados relevantes. Além disso, usar números ou elaborações numéricas ao objeto do discursos, consiste em atribuir ao que se fala um caráter de exatidão, de uma validade supostamente evidente, como algo incontestável, irrefutável, inerente à estatística ou matemática (CANDEL, 2008 apud CHARBONNEAUX e GKOUSKOU-GIANNAKOU, 2015). Dessa forma, o JGD pode ser tomado também como uma prática do jornalismo investigativo, servindo para ratificar com precisão fatos e informações.

A outra diferença entre as duas práticas seria que “para os atores que participam do jornalismo de “dados”, a configuração da forma como ela será visualmente percebida se constitui numa novidade e, mais do que isso, na principal contribuição dessa prática” (SOUCHIER, 1998 apud CHARBONNEAUX e GKOUSKOU-GIANNAKOU, 2015, p. 279). Ao contrário dele, o jornalismo investigativo não tem como preocupação os diferentes formatos para apresentação dos dados nas narrativas.

Os produtos resultantes do Jornalismo Guiado por Dados são narrativas apresentadas em diversos formatos. Os dados numéricos não necessariamente devem figurar como formato final da informação. Segundo CRUCIANELLI (2013), há pelo menos quatro produtos diferentes, muitas vezes complementares, decorrentes dessa prática: artigos baseados em dados, visualizações interativas, conjuntos de dados abertos e aplicativos móveis.

O primeiro produto refere-se a textos, geralmente curtos, construídos a partir de informações contidas em bancos de dados ou conjuntos de dados projetados a partir de um ou mais bancos. Os dados são apresentados no decorrer do texto verbal. Já o segundo produto possível são, de acordo com Crucianelli (2013), as visualizações interativas, passíveis de serem complementos de artigos feitos com base em dados ou de existir por si só, sem necessidade de um texto referencial, contendo apenas título, legenda e uma explicação sobre como ler os dados. Porém, acreditamos que esse produto não necessariamente precisa ser interativo, podendo ser gráficos ou infográficos estáticos.

O terceiro produto diz respeito a um conjunto de dados públicos disponibilizados pelos meios de comunicação. São acessíveis e exibidos em forma reutilizável.

Este producto es común –y útil– a países donde no existen leyes de acceso a la información pública, donde estas no funcionan como deberían, donde en los sitios web del gobierno hay algunos datos pero otros no, o están ocultos bajo distintas capas de información o donde los formatos para mostrar los datos vía web no son accesibles: ver un dato en la pantalla no es lo mismo que acceder al mismo (CRUCIANELLI, 2013, p. 64).

Ou seja, em circunstâncias com estas, algumas organizações de mídia se engajam na pesquisa, extração e abertura de dados públicos, gerando como produto um conjunto de dados.

Por fim, Crucianelli (2013) aponta os aplicativos de notícias como mais um produto possível do JGD. Segundo ela, estes aplicativos surgem quando os jornalistas dispõem de um volume de dados úteis tão grande que é impossível encontrar uma notícia se não houver um aplicativo que permita agrupar e analisar variáveis, por exemplo, por localização geográfica e data. Eles são o resultado do trabalho de jornalistas e de programadores ou desenvolvedores de sistemas. Um exemplo desse tipo de produto é o Basômetro<sup>33</sup>, uma ferramenta interativa do Estadão Dados, que permite medir o apoio dos parlamentares ao governo e acompanhar como eles se posicionaram nas votações legislativas. Ela é alimentada continuamente — contendo informações datadas desde 2003 — e, mediante a grande quantidade de dados, possibilita ao usuário utilizar filtros de acordo com o interesse de sua busca: por partido, votação, parlamentar, governo, entre outros.

Estes são apenas alguns exemplos de produtos gerados pelo Jornalismo Guiado por Dados, elencados por Crucianelli (2013). No entanto, outros formatos também são possíveis como, por exemplo, jogos eletrônicos (chamado de jornalismo de games) e animações audiovisuais.

Num cenário de informação em abundância e possibilidade de apresentá-las em diversos formatos, é preciso lembrar também que, mediante a instantaneidade da web (CANAVILHAS, 2014), hoje as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas quase simultaneamente ao acontecimento dos fatos. E, com a cibercultura, isso acontece partindo não apenas jornalistas, mas também de “pessoas

---

<sup>33</sup> Basômetro. Disponível em <http://estadaodados.com/basometro/>. Acesso em 16 de maio de 2019.

comuns”, testemunhas oculares das situações, que têm acesso e perfis em blogs, redes sociais e outros espaços virtuais, principalmente. Nessas vastas conexões, há um grande filtro que faz com que as informações sejam classificadas, comentadas e, muito frequentemente, ignoradas, sem qualquer certeza da veracidade das notícias e sem aprofundamento das mesmas.

Por esta razão, o JGD torna-se tão importante: buscar, separar, filtrar, juntar informações, estabelecer conexões e promover entendimento didática sobre os assuntos. Os dados podem, ainda, promover uma percepção mais profunda do que está acontecendo ao nosso redor, tornando o jornalismo ainda mais valoroso. “A emergência do JGD neste momento histórico pode ser compreendida como um epifenômeno dos fatores tecnológicos, culturais e sociais que envolvem a emergência da cibercultura” (TRÄSEL, 2014a, p. 24). Além disso, não se trata apenas de lutar contra os ‘amadores’, mas também de contestar certas ações e profissionais ruins e antiéticos, que ameaçam ou diminuem a credibilidade do jornalismo.

Com os dados, o trabalho do jornalista muda de natureza. O principal foco dos jornalistas deixa de ser a corrida pelo furo e passa a ser mostrar os possíveis significados e implicações de uma fato para a sociedade. Isso se deu mediante a mudança de contexto de um cenário de escassez de informações e de esforço dos jornalistas por “caçar e reunir dados” para um contexto de abundância, no qual o problema deixa de ser encontrar a informação, mas sim processá-la (FLEW et al., 2012, apud MANCINI e VASCONCELLOS, 2016).

Para tanto, ter conhecimento sobre “busca, limpeza e visualização de dados é transformador também para o exercício da reportagem” (GRAY et al., 2012, n.p.) (tradução nossa)<sup>34</sup>.

Trabalhar com dados é como pisar em um vasto e desconhecido território. À primeira vista, os dados brutos são intrigantes aos olhos e à mente. Esses dados são complicados. É bastante difícil moldá-los corretamente para a visualização. Isto requer jornalistas experientes, que têm energia para olhar aqueles dados brutos, por vezes confusos, por vezes chatos, e enxergar as histórias escondidas lá dentro. — *Mirko Lorenz, Deutsche Welle, em Manual do Jornalismo de Dados* (GRAY et al., 2012, n.p.) (tradução nossa)<sup>35</sup>.

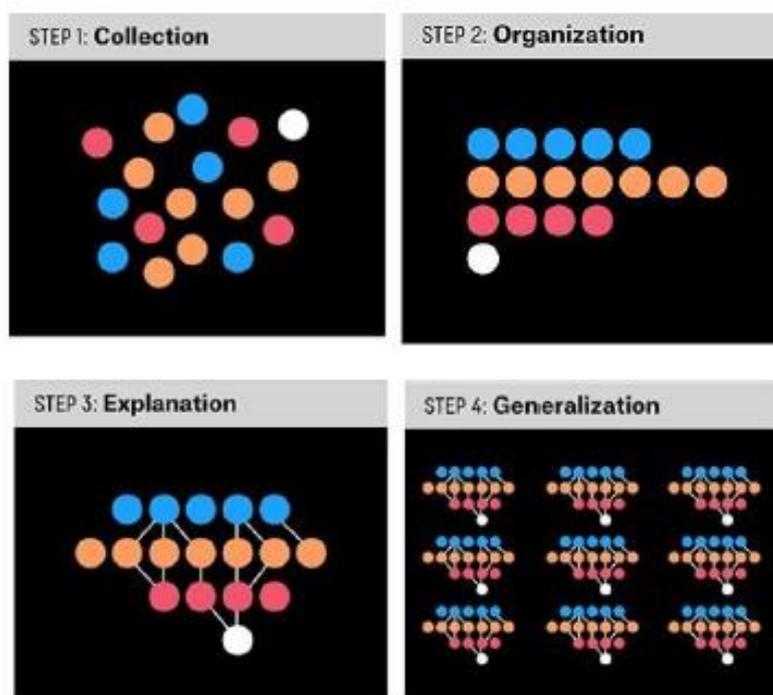
<sup>34</sup> “Formarse en la búsqueda, depuración y visualización de datos es transformador para la profesión de reunir información también.”

<sup>35</sup> “Trabajar con datos es como introducirse en un territorio vasto y desconocido. A primera vista los datos crudos resultan inteligibles para los ojos y la mente. Tales datos son inmanejables. Es difícil ordenarlos correctamente para su visualización. Se necesita periodistas experimentados, que tengan la energía como para analizar datos crudos a menudo confusos o aburridos y “ver” las historias ocultas allí.”

O termo JGD designa, então, um conjunto de técnicas, ferramentas e habilidades para o processamento o imenso e variado volume de dados que existe atualmente, a fim de encontrar e desenvolver pautas através deles. São novas competências utilizadas “para buscar, entender e visualizar fontes digitais em um momento em que as capacidades básicas do jornalismo tradicional já não são suficientes. Não se trata da sua substituição, mas de um acréscimo a ele” (GRAY et al, 2012, n.p.) (tradução nossa)<sup>36</sup>.

Silver (2014, apud MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 74), conhecido por suas publicações de Jornalismo de Dados e fundador do site FiveThirtyEight<sup>37</sup>, corrobora com a ideia de que o uso de números não é necessário nem suficiente para uma boa produção de JGD, e propõe um o modelo que envolve procedimentos de “coleta, organização e exploração de dados para se obter relações que podem ser significativas entre os dados” (Figura 1), mostrando as diferenças para o jornalismo tradicional.

Figura 1- Modelo de Jornalismo de Dados proposto por Silver (2014).



Fonte: Mancini e Vasconcellos (2016)

<sup>36</sup> “para buscar, comprender y visualizar fuentes digitales, en una época en que las capacidades básicas del periodismo tradicional ya no bastan. No lo reemplaza, le agrega cosas.”

<sup>37</sup> Site Five Thirty-eight. Disponível em <https://fivethirtyeight.com/>. Acesso em 26 de abril de 2019.

Em suma, Silver argumenta que a primeira etapa do JD é a coleta de dados ou de evidências mediante a combinação de pesquisas, experimentos ou extração de dados da internet, diferenciando-se do jornalismo clássico, onde, segundo ele, tal estágio estaria restrito à associação de entrevistas e documentos ou à observação pessoal (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016). A segunda fase, organização, se configura, no jornalismo tradicional, em contar uma história de maneira cronológica, por ordem de importância — técnica da pirâmide invertida (CANAVILHAS, 2006) —, ao passo que os jornalistas de dados organizam as informações através das relações entre os dados ou das visualizações construídas. A terceira fase é chamada de explanação. Esta etapa, no jornalismo tradicional, consistiria na identificação do *lead* — o quê, quem, quando, onde, como e por que. No JD, no entanto, é apresentada a partir de técnicas estatísticas para encontrar relações entre os dados. A quarta, e última, etapa proposta por Silver chama-se generalização. Ela corresponde a fazer inferências do comportamento futuro de eventos partindo da análise de dados passados desses mesmos eventos.

Essa técnica envolve o uso de ferramentas das ciências como forma de verificação de hipóteses ou apresentação de previsões, bem diferente do modelo de inferência praticado pelo jornalismo tradicional, que parte de um conhecimento não estatístico, mas intuitivo. (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 74).

O autor, no entanto, dá um peso muito grande à habilidade de estatística. É preciso lembrar que o Jornalismo Guiado por Dados não se define nem é reduzido a uma dimensão tecnológica, já que isso implicaria em aceitar um argumento de natureza determinística: uma vez que a internet e os *softwares* tornaram-se acessíveis e populares nas redações, todo jornalismo que utilize dados no processo noticioso seria necessariamente *de dados*. Mas não é bem assim.

O ponto-chave não é o objeto técnico, mas como ele pode ser explorado para obter informações e produzir conteúdos jornalísticos (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016). Segundo Träsel (2014b), o aspecto principal do JGD não se constitui no uso de tecnologias ou características materiais de suas rotinas produtivas, mas sim na capacidade do repórter de identificar notícias em grandes volumes de dados. “Vendo bem, no JGD, as planilhas eletrônicas, bancos de dados e aplicativos para tratamento estatístico não são substitutos das habilidades dos repórteres, mas instrumentos de ampliação do “faro” jornalístico” (TRÄSEL, 2014b, p. 295). Tal capacidade tida, como

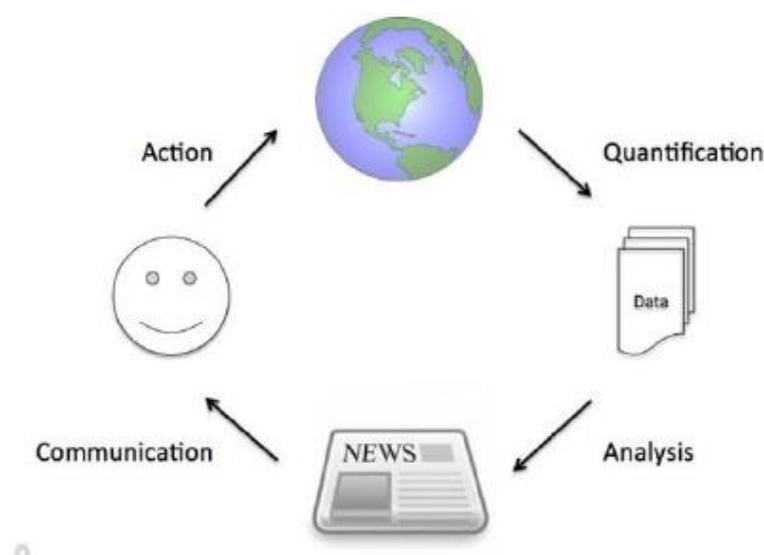
intrínseca ao jornalista, ganha o auxílio da tecnologia, que permite visualizar a “olho nu”, tendências e correlações em grandes volumes de dados. Ou seja, as tecnologias se portam como facilitadoras das práticas de JGD e não como sua definidora. Os dados não falam por si só, a notícia não se encerra neles, mas sim se constituem como o passo inicial para uma investigação jornalística.

O que precisa ser problematizado, então, é como a incorporação ou aprofundamento de competências pelo o campo jornalístico para lidar com os dados altera o modo de fazer notícias. Como lembra Mancini e Vasconcellos (2016, p. 72),

(...) não adianta a posse de software de análise estatística se não houver um profissional que conheça essa ferramenta, saiba como ela funciona e como ela pode atender ao propósito do jornalismo de produzir informação e conhecimento relevantes.

Ou seja, o fundamental no JGD não é ter acesso aos *softwares*, mas saber analisar, compreender os dados e comunicá-los da melhor maneira para que possam ser entendido por outras pessoas. “(...) se a quantificação transforma o mundo em dados, a análise transforma os dados em conhecimento” (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 73). E, a partir deste conhecimento compartilhado, o leitor pode atuar sobre a realidade para alterá-la ou para confirmá-la. Este é, em síntese, modelo de Jornalismo de Dados proposto por Stray (Figura 2):

Figura 2- Modelo de Jornalismo de Dados proposto por Stray (2014).



Fonte: Mancini e Vasconcellos (2016)

Porém, como já foi pontuado, a maior parte dos jornalistas não possui os conhecimentos necessários que permitem buscar e transformar dados em conhecimento. Os jornalistas de dados (como são chamados os profissionais especializados em produção de narrativas guiadas por dados), por sua vez, estão cada vez mais buscando competências que excedem o ‘comum’ da profissão jornalística e se localizam em outras áreas, como Informática, Ciência da Computação, Estatística, Design.

Vale salientar que o uso de computadores não impossibilita falhas, pois o resultado final depende da habilidade e disposição do profissional em apurar e redigir a notícia, independente das condições organizacionais e materiais de onde trabalha.

Frente ao desafio da inserção do Jornalismo Guiado por Dados nas redações, Lima (2016, p. 285) destaca que “algumas empresas jornalísticas e entidades disponibilizam, por meio de textos e manuais, procedimentos e plataformas que podem auxiliar esses profissionais recém-egressos na área a trabalhar e cruzar grandes volumes de dados”. Uma dessas entidades é o Knight Center for Journalism in the Americas, que desde 2011, tem produzido textos sobre o assunto que, entre outras coisas, contém dicas e informações sobre ferramentas úteis ao JGD e um fórum para consulta e localização de dados de acordo com o assunto desejado.

Lima (2016) ainda aponta a existência de outras entidades que também estão colaborando para a capacitação dos jornalistas, e faz um apanhado delas. O Google, por exemplo, disponibiliza duas plataformas úteis ao Jornalismo de Dados: o Google Fusion Tables, uma aplicação de tabelas que permitem inclusive visualização de dados, e o Google Public Data, que facilita a exploração e visualização de grandes bancos. Além deles, existem outras, como o site Is it Open Data, que ajuda a identificar se as informações presentes em determinada base de dados são abertas; o blog Open Data Cook Book, do pesquisador e consultor inglês Tim Davies, que fornece aos usuários guias sobre como encontrar e utilizar dados abertos; e o Data Driven Journalism, um site com diferentes recursos, como notícias, cursos, eventos e pesquisas, relativos ao tema (LIMA, 2016).

Tal capacitação para buscar e analisar os dados é importante para não cometer o que Paul Bradshaw, jornalista e promotor do JGD, criticou em 2010, a chamada “pornografia informacional” (*data porn*), ou seja, “a tendência a buscar números chocantes ou criar visualizações que pouco contribuem para a narrativa de um acontecimento” (TRÄSEL, 2014b, p. 295) e a “jornorréia informacional” (*data*

*churnalism*): “a propensão a produzir notícias a partir de bases de dados sem a contextualização ou apuração adequadas” (TRÄSEL, 2014b, p. 295). Isto significa que deve haver cautela no uso do JGD, sem fazer uso de suas técnicas e produtos apenas como forma de “inovação”, chamar atenção do público, sem de fato ter responsabilidade e conhecimento com o que está sendo feito.

Por outro lado, os profissionais de veículos especializados em JGD, buscam através da aproximação entre sociologia e ciência da informação um resgate da essência da profissão, a fim de atender às necessidades e interesses do público. É neste contexto que situa-se a cibercultura, ambiente onde o JGD se insere, e designada, como já dito, como sendo o espaço de ação humana, virtual, acessível em diferentes interfaces e dispositivos, na qual convergem as práticas sociais e a tecnologia (TRÄSEL, 2014b).

Este ambiente digital aliado ao atual ambiente computacional faz emergir uma grande capacidade de armazenamento de dados. Vive-se então o que se constitui como a era denominada *Big Data*. Lima Júnior (2012, p. 211) define o termo como um “conjunto de dados (*dataset*) cujo tamanho está além da habilidade de ferramentas típicas de banco de dados em capturar, gerenciar e analisar”. É importante ressaltar que o *Big Data*, na sua grande maioria, se configura como um repositório de dados, ou seja, um conjunto de dados no qual a cada milésimo de segundo são inseridos novos (LIMA JUNIOR, 2012).

Assim como Phillip Meyer já indicava em 1973, há um grande “valor” a ser encontrado nestes dados e torná-los públicos. Apesar de possuir o mesmo “valor” para o jornalismo, ou seja, “produzir uma nova informação a partir de dados coletados, cruzados e/ou relacionados armazenados em base de dados digitais” (LIMA JÚNIOR, 2012), habilidades e ferramentas utilizadas pelos jornalistas diferem entre aquelas na RAC e na era do *Big Data*.

Embora se possa afirmar, sem dúvidas, que o JGD tem no seu percurso de origem a RAC, alguns autores têm ideias diferentes quanto a concluir que significam ou propõe o mesmo. Para Mancini e Vasconcellos (2016, p. 73), o JGD seria uma vertente da RAC por envolver “não apenas o uso de computadores, mas o conhecimento mínimo em estatística, sistemas computacionais e métodos das ciências sociais”. Por sua vez, Liliana Bounegru, no Manual de Periodismo de Datos

1.0 (GRAY et al, 2012, n.p.) (tradução nossa)<sup>38</sup> compreende a RAC como “uma técnica para coletar e analisar os dados de forma a aprimorar o jornalismo (normalmente investigativo) enquanto o jornalismo de dados se concentra na maneira como os dados permeiam todo o processo de produção jornalístico. ”

Ao passo que na RAC o processo ainda era baseado em planilhas de dados, por exemplo, na era do *Big Data* o jornalista se utiliza de grandes bases de dados abertas na web ou faz uso do processo conhecido como “raspagem de dados”. Para obter esse “valor”, hoje o profissional precisa ir além, ter conhecimento e saber manipular as tecnologias que constituem o ambiente digital e suas possíveis conexões, e quais as possíveis apropriações profissionais que se podem fazer delas.

Com base em Jeannete Wing (2006), Lima Júnior (2012) aponta esse processo como sendo a aplicação do Pensamento Computacional ao jornalismo, o qual aumenta, segundo ele, a capacidade de obter informações de relevância social através de sistemas computacionais. Neste sentido, Lima Júnior (2012) aponta a existência de uma especialização jornalística, que surge do cruzamento entre o Jornalismo e a Ciência da Computação: o Jornalismo Computacional. Para ele, essa formação utiliza “a combinação de algoritmos, dados e conhecimento das Ciências Sociais para suplementar a função de responsabilidade do Jornalismo” (LIMA JÚNIOR, 2012, p. 213)”. Apesar de ser uma denominação diferente das expressões Jornalismo Digital, Jornalismo Online, Webjornalismo e Ciberjornalismo, o Jornalismo Computacional também possui vínculo com as práticas jornalísticas em ambiente digitais mediante o uso de dados.

O Jornalismo Guiado por Dados, portanto, se constitui como uma nova e desafiadora forma de fazer jornalismo, um vetor potencial para o jornalismo, que muito tem a contribuir para o exercício da profissão e suas práticas, processos e produtos. Ele busca, filtra, cruza, contextualiza e promove visualizações de informações em dados que estão “escondidos” do público ou que são percebidos de forma superficial. Quando vistos por outros ângulos, estes ganham importância para a sociedade, pois além de transmitirem informações estruturadas a um grande número de pessoas, ainda promovem conexões entre diferentes fatos, contextos, temas — como as questões de gênero, por exemplo —, que ganham mais profundidade e credibilidade,

---

<sup>38</sup> “(...) es una técnica para recoger y analizar datos como una manera de fortalecer el periodismo (generalmente de investigación), mientras que el periodismo de datos presta atención a la manera en que los datos se ubican en el conjunto del flujo de trabajo periodístico. ”

suscitando reflexões por parte da sociedade e também das autoridades. Ademais, o JGD funciona ainda como fiscalizador de ações governos e instituições, principalmente no que tange aos gastos públicos, contribuindo no campo da democracia, na busca de melhorias dos serviços do governo e de torná-lo mais aberto, transparente e participativo.

## 2.2 CLASSIFICAÇÕES E DIMENSÕES DOS DADOS

O ecossistema no qual se situa o Jornalismo Guiado por Dados é permeado por uma infinidade de conceitos, técnicas e instrumentos advindos de áreas do conhecimento como Jornalismo, Ciências da Computação e Ciências Sociais, por exemplo. Grandes bases de dados e uma cultura orientada por dados, mediante as tecnologias digitais e a web, funcionam modificando a forma como a informação é publicada. Neste ambiente, onde quase tudo pode ser descritos em zeros e uns, entender e classificar o modo como os dados são dispostos colabora para o trabalho do jornalista orientado por dados, de modo a compreender onde, como encontrá-los e os melhores instrumentos e técnicas para analisá-los.

Em um primeiro momento, os dados podem ser classificados segundo sua disponibilidade ao público: abertos ou fechados. Em suma, os dados abertos são aqueles disponíveis à audiência, em formato reutilizável, com permissão para download e capazes de serem transferidos para um computador e processados sem dificuldade (CRUCIANELLI, 2013). Segundo o Open Knowledge Internacional<sup>39</sup> (n.p.), este tipo de dado, pode “ser usado livremente, modificado e compartilhado por qualquer pessoa para qualquer finalidade (...), estando sujeito, no máximo, a requisitos que preservem a procedência e a abertura”.

Na era do *Big Data*, os grandes bancos de dados abertos são chamados de *Open Data*. No Brasil, a Lei nº 12.527/2011, que entrou em vigor em maio de 2012, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas de órgãos e entidades. Estão subordinadas a LAI:

Art. 1o. Parágrafo único:

---

<sup>39</sup> Open Data. Open Knowledge Internacional. Disponível em <https://okfn.org/opendata/>. Acesso em 16 de maio de 2019.

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres (BRASIL, 2011).

Em síntese, são uma infinidade de informações públicas disponíveis, úteis a população e aos jornalistas na construção, aprofundamento e direcionamentos de notícias, e sendo elas próprias, pautas. Algumas, no entanto, embora sejam classificadas como “abertas” não se encontram disponíveis nos lugares designados pela Lei, geralmente o site do órgão ou no Portal Brasileiro de Dados Abertos<sup>40</sup>, ou não são facilmente acessíveis. Dessa forma, requerem solicitação através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) ou presencialmente no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), e aguardar o prazo estipulado.

Outros dados, porém, são mais difíceis de serem encontrados e recuperados. Os chamados dados fechados, são aqueles que não estão disponíveis ao público, ou quando são se encontram em formato que não permite download ou exportação das informações para *softwares* (CRUCIANELLI, 2013). Geralmente são próprios de empresas, organizações ou instâncias do governo e, por algum motivo, não podem ser acessíveis à população em geral ou mesmo a todos os setores do órgão. No Brasil, os dados fechados regulados pela LAI são aqueles que, em síntese, a divulgação indiscriminada pode prejudicar ou colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado. Estas informações possuem uma classificação segundo os prazos máximos de restrição de acesso: reservada: 5 anos, secreta: 15 anos e ultrassecreta: 25 anos, que variam de acordo com o interesse público da informação, a gravidade desta ao risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado. As autoridades responsáveis pela definição de classificação também estão dispostas na Lei (BRASIL, 2011).

Como afirma Carvalho e Lourenço (2017, p. 96), “apesar de não o único vetor, o fato de um governo abrir seus dados para o público é fundamental para o estímulo à consolidação do jornalismo de dados.”

---

<sup>40</sup> Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em <http://dados.gov.br/>. Acesso em 28 de maio de 2019.

Neste contexto do *Big Data*, pesquisas apontam que “90% dos dados do mundo foram criados nos últimos anos, decorrente a adesão das grandes empresas à internet e criação de redes sociais e dispositivos móveis” (HILBERT e LOPEZ, 2011 apud TESSAROLO e MAGALHÃES, 2015, n.p.). E como todos estes dados estão organizados?

De acordo com o formato em que se encontram armazenados, os dados podem ser classificados em estruturados, não estruturados ou semiestruturados (BERTOCCHI, 2013). Organizar e gerenciar todos estes dados é importante não só para melhorar a qualidade de busca dos usuários, incluindo jornalistas — e colaborar e facilitar seu trabalho —, bem como para que eles não se percam ou se tornem lixo eletrônico.

Para Bertocchi (2013), o Jornalismo Guiado por Dados emerge destas três formas de organização, definidas pela própria autora. Sem síntese, a saber:

- Dados estruturados: dados compostos numa base de dados, estruturados em blocos semânticos, com atributos definidos, organizados numa mesma estrutura de representação, como numa base de dados SQL;
- Dados semiestruturados: coleções de dados organizados de forma heterogênea, com estrutura irregular, como o que se vê na WWW, em formatos variados: XML8, RDF9, OWL;
- Dados não estruturados: dados sem estrutura definida em documentos variados, como um texto no Word ou um arquivo HTML simples (BERTOCCHI, 2013, p. 103-104).

Em outras palavras, os dados estruturados são aqueles organizados e representados com uma estrutura padronizada previamente planejada para armazená-los. São informações fáceis de se recuperar, minerar, limpar, organizar, correlacionar, vincular e transformar em informações relevantes. A importância de se ter dados estruturados se dá porque são os passíveis de serem lidos, processados e analisados por computadores e programas. O exemplo mais conhecido são os bancos de dados, mas existem outros como formulários. Além das já familiares planilhas eletrônicas (Excel), de acordo com o site Escola de Dados (n.p.)<sup>41</sup>: “um dos formatos mais usados para a troca de dados é o CSV, sigla em inglês para valores separados por vírgula. (...) Essa maneira é mais simples para o seu computador entender e pode ser lida diretamente por um programa de planilhas”.

---

<sup>41</sup> Escola de Dados. Disponível em <https://escoladedados.org/tutoriais/o-que-sao-dados/>. Acesso em 08 de maio de 2019.

Por sua vez, os dados não estruturados são justamente o oposto: aqueles em que não é possível identificar uma organização das informações ali armazenadas, ou seja, não possuem nenhuma estrutura definida, sendo totalmente livres. Este tipo de dados são mais difíceis de serem buscados e manipulados. Normalmente, são textos, imagens, vídeos, documentos, arquivos de áudio, dados móveis, entre outros formatos.

De todos os dados do mundo que foram gerados nos últimos anos apenas 10% destes dados estão estruturados. Os 90% restantes estão desestruturados e se reúnem na sua grande parte nas redes sociais como Facebook, Twitter, Pinterest, entre outras (TESSAROLLO e MAGALHÃES, 2015)".

Por fim, a estrutura de armazenamento que, como o próprio nome indica, mescla os formatos anteriormente falados: dados semiestruturados. Esse tipo de armazenamento não possui um esquema padrão para os dados disponíveis e apenas parte deles possuem estrutura definida, contendo também informações incompletas. Além disso, o esquema só é definido após a existência dos dados, e não previamente.

Para ambas as classificações, quanto à disponibilidade ao público — dados abertos e fechados — e quanto ao formato de armazenamento — estruturados, não estruturados ou semiestruturados —, há uma infinidade de informações a serem encontradas, manipuladas, correlacionadas e a partir delas construir narrativas a serem disponibilizadas ao público. Os esforços para manipular as informações serão distintos mediante as características de cada dado, requerendo mais ou menos dedicação, mas a existência de diversos *softwares* que podem ser utilizados de acordo com a necessidade subsidia o trabalho do jornalista de dados.

No que concerne às dimensões do Jornalismo Guiado por Dados, com base nas pesquisas de Stray (2014) e Silver (2014), Mancini e Vasconcellos (2016) criaram uma matriz que apresenta as dimensões para a compreensão do que é JD, mas que “procure também agregar a dimensão ativa do jornalismo interessado em revelar algo para além da simples divulgação de relatórios quantitativos de agentes públicos (p. 75)”, buscando representar a relação entre os dados e, a partir daí, contar suas histórias.

Neste sentido, os autores chegaram a três categorias que atendem às dimensões do caráter investigativo, interpretativo e comunicativos das publicações. Em síntese, são elas:

- Dimensão Investigativa: Esta fase, segundo Mancini e Vasconcellos (2016) seria a fase de **extração e/ou organização**. Nela, busca-se identificar “se a reportagem contempla dados que a equipe de jornalistas foi a responsável por extrair e estruturar o material bruto de alguma base e/ou foi a responsável pela produção e organização do próprio dado (p. 76)”. Para eles, reportagens desse tipo tendem a trazer no enunciado indicações sobre o esforço da equipe ou sobre o ineditismo do dado apresentado após a busca e/ou estruturação feita por ela mesma. Como “busca”, a compreendem como “parte do processo que envolve tanto a extração (scraping), com o download de bases originais, como a simples compilação de dados já agregados, mas que foram utilizados segundo uma estruturação estabelecida pela equipe e não aqueles produzidos pela fonte original” (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 76).
- Dimensão Interpretativa: Conforme os autores, é a etapa da **argumentação**. A partir da análise do material jornalístico, busca-se identificar se existe ali um texto que “procura não apenas apresentar o conteúdo da reportagem e o seu contexto, como, principalmente, se traz uma análise sobre as relações entre os dados de forma a indicar causas e/ou consequências do objeto da publicação” (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016, p. 76). Esta análise pode ser feita pelo próprio jornalista ou por entrevistados, ao longo da reportagem.
- Dimensão Comunicativa: Nesta categoria, referente à **visualização gráfica**, Mancini e Vasconcellos (2016, p. 76) indicam que “procura-se identificar se as publicações trazem algum tipo de visualização, como gráficos ou infográficos.” Além disso, nela também é avaliada a maneira como essa visualização é utilizada: se ela ocupa lugar privilegiado na reportagem, e também se está aprimorada, não apenas esteticamente mas, principalmente, se ela promove, incentiva ou ajuda na compreensão analítica da reportagem (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016).

### 2.3 INICIATIVAS INTERNACIONAIS E BRASILEIRAS

A abundância de dados digitais é um desafio que vem sendo enfrentado por diversas frentes do conhecimento, tanto na sociedade quanto no mercado profissional.

Nesse cenário de informações abundantes e um tempo de processamento cada vez mais urgentes, o jornalismo se depara com possibilidades de se utilizar destes na e para a produção de materiais.

Internacionalmente, diversas organizações e produções guiadas por dados podem ser elencadas. Como exemplo, tem-se alguns dos 103 projetos finalistas do Data Journalism Awards, edição 2019<sup>42</sup>, que celebra e credita trabalhos de Jornalismo de Dados em todo o mundo. O WD Data<sup>43</sup> é uma unidade editorial orientada por dados da Deutsche Welle, emissora pública internacional da Alemanha. Ela produz narrativas baseadas em dados, focando em histórias originais e investigativas de todo o mundo, explorando diversos formatos visuais e em 30 idiomas.

A agência de notícias Reuters, edição Estados Unidos, apresentou o projeto “Concreto e coral: Acompanhamento da expansão no Mar do Sul da China”<sup>44</sup>, uma densa e pesquisa e visualização de dados que mostra o ritmo de construção de bases militares da China em ilhas construídas pelo homem no Mar da China Meridional. Feito por meio de uma técnica de coleta de dados baseada em imagens de satélite, a Reuters identificou, contou e analisou a extensão e intensidade das construções de edifícios e apresentou todos estes dados em textos, fotos e visualizações estáticas e animadas.

Já na América Latina, um dos mais reconhecidos e conceituados jornais argentinos, o La Nación, concorre com o projeto “Um ano após o desaparecimento do submarino ARA San Juan”<sup>45</sup>, do blog La Nación Data. se configura em uma narrativa vertical que apresenta, por meio de diversos recursos multimídia (como fotos, vídeos, áudios, textos), todos os detalhes e dados do afundamento do submarino, um ano depois da tragédia que vitimou 44 tripulantes que estavam a bordo.

Na lista de finalistas de 2019 estão os brasileiros Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O projeto “O que falaram os candidatos em toda a campanha”<sup>46</sup>, da Folha,

---

<sup>42</sup> Lista dos projetos finalistas do Data Journalism Awards 2019. Disponível em <https://datajournalismawards.org/2019-shortlist/>. Acesso em 06 de junho de 2019.

<sup>43</sup> WD Data. Disponível em <https://www.dw.com/en/data/t-43091100>. Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>44</sup> “Concreto e coral: Acompanhamento da expansão no Mar do Sul da China”, a agência Reuters. Disponível em <http://fingfx.thomsonreuters.com/gfx/rngs/CHINA-SOUTHCHINASEA-BUILDING/010070760H9/index.html>. Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>45</sup> “Um ano após o desaparecimento do submarino ARA San Juan”, blog La Nación Data.. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/politica/especial-ara-san-juan-detalles-ineditos-del-nid2190903>. Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>46</sup> “O que falaram os candidatos em toda a campanha”, do jornal Folha de S. Paulo. Disponível em <https://datajournalismawards.org/projects/a-whole-presidential-campaign-categorized/>. Acesso em 05 de junho de 2019.

promoveu um monitoramento e análise estatística do que os candidatos à presidência do Brasil no primeiro turno publicaram em vídeos e nas redes sociais. Os resultados foram visualizações que revelaram quais foram as estratégias mais usadas e os tópicos mais falados por cada candidato, em cada semana da campanha. Com a mesma temática eleitoral, o Estadão lançou o projeto “O que revela uma análise das emoções dos candidatos durante o debate”<sup>47</sup>, cuja inovação se deu pela cobertura de um debate entre os presidenciáveis utilizando inteligência artificial de reconhecimento de expressões faciais. Dessa forma, foi possível demonstrar, através de vídeos e gráficos (estáticos e interativos), quais os sentimentos que cada um deles demonstrou a cada momento. Segundo afirma no site, “o levantamento é respaldado por pesquisas em Psicologia e Ciência da Computação”.

No ano de 2018, um brasileiro também esteve na lista dos finalistas do prêmio, na categoria “escolha do público”: o Monitor da Violência<sup>48</sup>, do portal de notícias brasileiro G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O projeto, ainda em vigência, mapeia e analisa periodicamente números relacionados a crimes e mortes violentas pelo Brasil — homicídios dolosos, quando há intenção de morte; latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Na ocasião, o trabalho contemplado foi o levantamento e análise dos 1.195 registros de mortes violentas que aconteceram durante uma semana de agosto de 2017, e que propôs, a partir desses dados, um panorama da violência no país .

Apesar de o projeto de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e portal G1 terem sido os únicos brasileiros nas listas de finalistas do prêmio nos últimos dois anos, diversas outras iniciativas foram e estão sendo desenvolvidas no país, algumas com amplo conhecimento e reconhecimento. Alguns veículos têm executado o JD de forma independente, com uma redação especial para tal trabalho ou práticas isoladas, ao passo que outros o fazem através de parcerias entre instituições de ensino, plataformas e ferramentas de análise de mídias sociais e agências.

---

<sup>47</sup> “O que revela uma análise das emoções dos candidatos durante o debate”, do jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,o-que-revela-uma-analise-das-emocoes-dos-candidatos-durante-o-debate,923037>. Acesso em 05 de junho de 2019.

<sup>48</sup> Monitor da violência- G1. Disponível <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

O Estadão Dados<sup>49</sup> é um das iniciativas mais conhecidas. Ele é, como está definido em seu blog, um “núcleo do Estadão [jornal O Estado de S. Paulo] especializado em reportagens baseadas em estatísticas e no desenvolvimento de projetos especiais de visualização de dados”. Segundo Träsel (2014), o ED foi criado em maio de 2012 e é o primeiro — e ao que parece, até o momento da entrega deste trabalho, em junho de 2019, ainda é o único — grupo de jornalistas guiados por dados constituído como editoria numa redação brasileira.

Trabalhando com temas do noticiário do dia a dia, o ED promove gráficos e animações, além de cruzamentos de dados e análises especiais. Os conteúdos são divididos em três seções: gráfico do dia, onde são publicados gráficos sobre assuntos variados, permanentes, para séries dados atualizadas periodicamente, e séries especiais, cada uma focada em temática específica. A equipe é formada por jornalistas e programadores, de modo que propicia a construção de visualizações que são, de fato, comunicativas e analíticas, como sugerido por Mancini e Vasconcellos (2016), e apontado anteriormente.

Um dos produtos desenvolvidos pelo Estadão Dados, apenas a título de exemplo, é o Basômetro<sup>50</sup> (Figura 3), anteriormente citado no trabalho. A ferramenta interativa permite ao usuário visualizar o comportamento de deputados federais e senadores da República nas votações legislativas desde o ano de 2003, comparando os votos à orientação do poder Executivo na ocasião. A acumulação dos dados gera uma “taxa de governismo” para cada parlamentar. É possível visualizar os dados do governo federal no Congresso como um todo ao longo do tempo ou filtrar e verificar por período de tempo, por cada governo, na Câmara ou no Senado, por bancada partidária, por votação, por estado ou parlamentar.

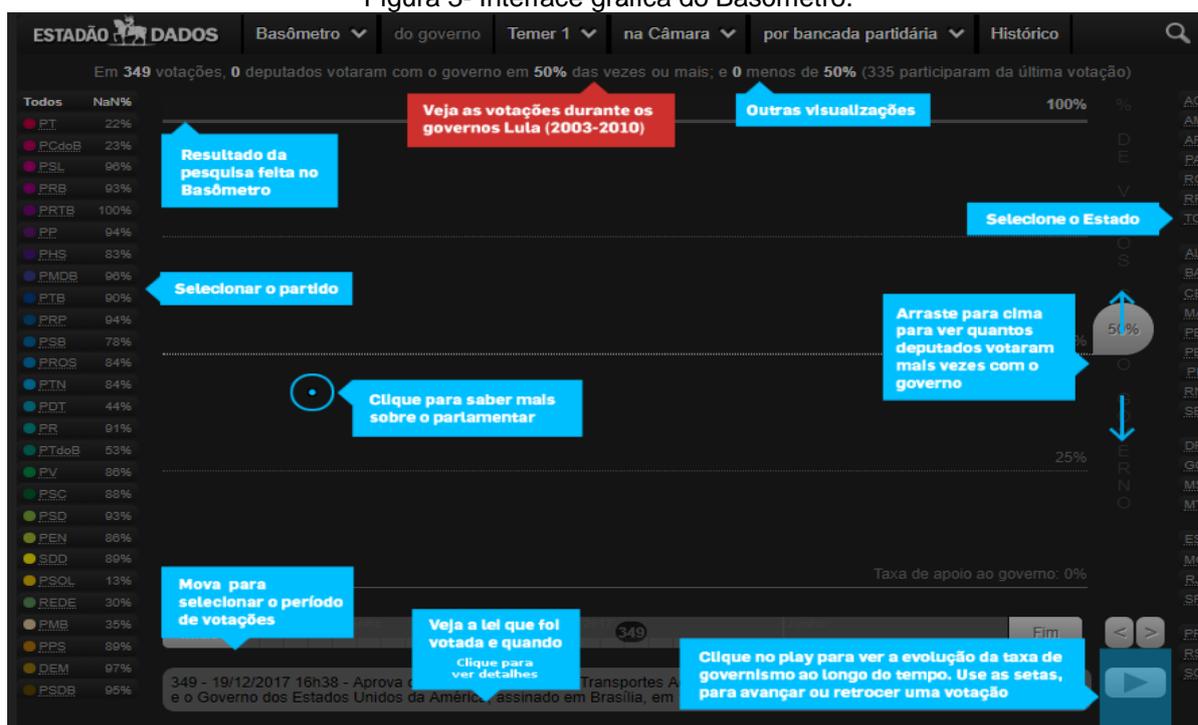
Além da visualização interativa, o ED também constroi reportagens embasadas nestes dados. Segundo Träsel (2014a, p. 136), a partir dos resultados de votações divulgados nos websites da Câmara dos Deputados e do Senado, “o banco de dados é atualizado manual e periodicamente”.

---

<sup>49</sup> Estadão Dados. Disponível em <http://blog.estadaodados.com/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

<sup>50</sup> Basômetro (Estadão Dados). Disponível em <http://estadaodados.com/basometro/>. Acesso em 16 de maio de 2019.

Figura 3- Interface gráfica do Basômetro.



Fonte: Captura de tela<sup>51</sup>

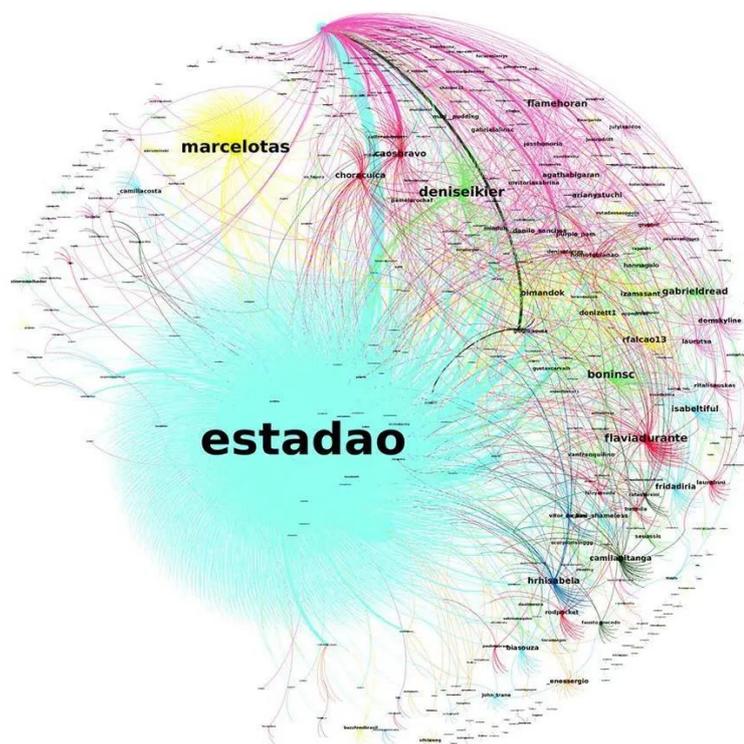
Träsel (2014a, p. 139) sintetiza o motivo do Basômetro ser um bom exemplo de JGD:

(...) ele reúne as principais características deste tipo de jornalismo: a) usa como matéria-prima dados oriundos da política de acesso pública instituída pelas três esferas e três poderes de governo; b) refina, verifica e analisa estes dados; c) apresenta os dados graficamente, na forma de um aplicativo, para facilitar a compreensão; d) adiciona contexto aos dados, através de reportagens e artigos científicos neles embasados; e) torna disponível o código-fonte do aplicativo, de modo a promover a transparência e a reutilização.

O Estadão não limitou o uso de Jornalismo Guiado por Dados apenas a esse projeto. É possível encontrar esse tipo de narrativa jornalística principalmente no blog Estadão Dados, mas também em outras partes do portal e em projetos especiais (Gráfico 6).

Gráfico 6- Representação do impacto da campanha desenvolvida por O Estado de S. Paulo para o Dia da Mulher.

<sup>51</sup> Basômetro. Disponível em <http://estadaodados.com/basometro/>. Acesso em 16 de maio de 2019.



Fonte: Captura de tela<sup>52</sup>

Outro jornal que vem apresentando narrativas jornalísticas guiadas por dados é o jornal digital Nexo<sup>53</sup>, lançado em novembro de 2015, cujo objetivo é, como está afirmado no site:

(...) trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas. Sempre de forma inovadora e a partir de conteúdos amplos e instigantes, sua produção editorial privilegia o rigor e a qualidade da informação. Desde a sua fundação, o Nexo tem como principal motivação produzir um jornalismo que contribua para um debate público qualificado e plural, e que seja capaz de fortalecer a democracia brasileira. (...) Todas as possibilidades da plataforma digital são exploradas com uma abordagem única, usando uma diversidade de formatos como infográficos, materiais interativos, vídeos e podcasts, colocando a experiência do usuário no centro da produção. (n.p.)

Nele, encontra-se a seção “Gráficos” (Figura 4), voltada especificamente para conteúdos orientados por dados e atualizada constantemente. É possível notar que são matérias sobre temas diversos, como política, cultura, meio ambiente e economia. Os gráficos são em sua maioria estáticos e se constituem como parte de destaque

<sup>52</sup> Matéria “Campanha do 'Estado' no Dia da Mulher repercute no Twitter”. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,campanha-do-estado-no-dia-da-mulher-repercute-no-twitter,10000020436>. Acesso em 16 de maio de 2019.

<sup>53</sup> Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

das matérias, acompanhados de pequenos textos ou legendas explicativas, algumas contendo breves falas de especialistas sobre os temas (Figura 5). Em outros materiais, maior parte dos dispostos na seção, são a única coisa que compõem as compõem. As fontes vão desde institutos renomados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a departamentos, institutos de pesquisa oficiais ou não, órgãos municipais, estaduais e federais, entre outros.

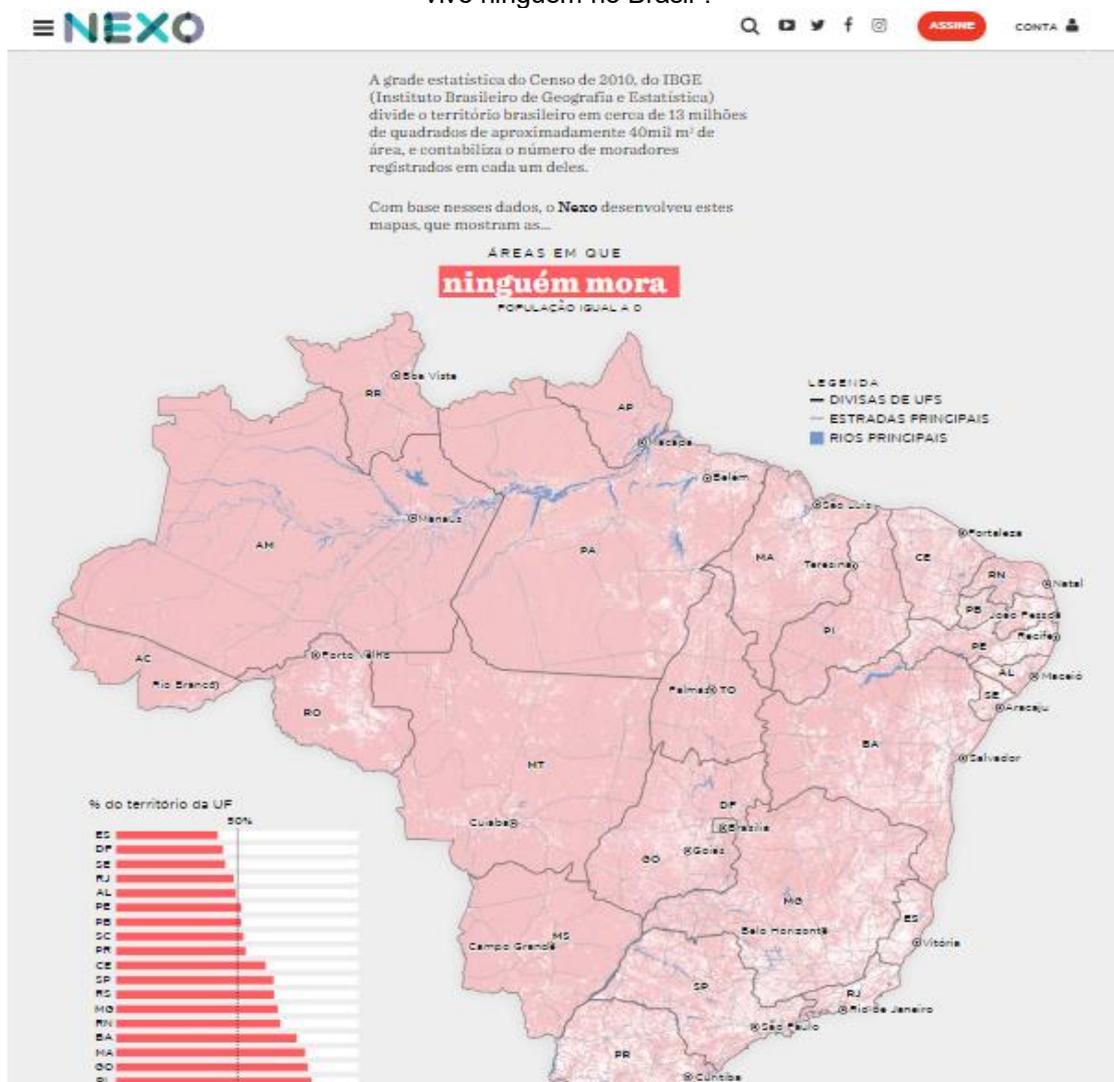
Figura 4- Interface da seção “Gráfico” do Nexo Jornal.



Fonte: Captura de tela<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Seção “Gráfico” do Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/grafico/>. Acesso em 16 de maio de 2019.

Figura 5- Exemplo de matéria de jornalismo de dados do Nexo Jornal, “Onde vive e onde não vive ninguém no Brasil”.



Fonte: Captura de tela<sup>55</sup>

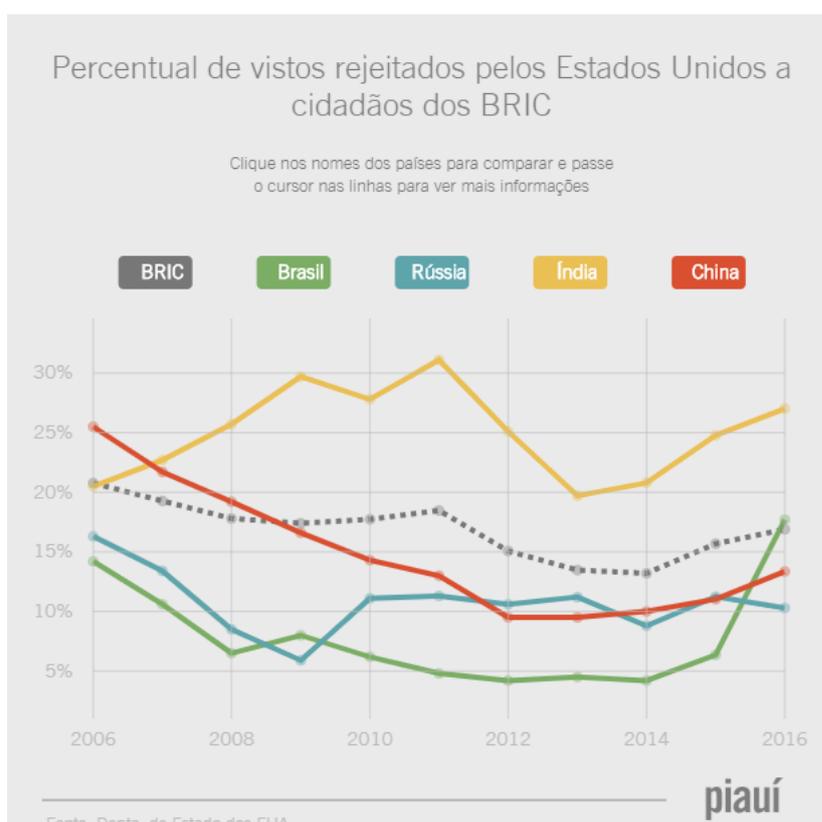
Outra iniciativa brasileira é a agência independente de jornalismo e tecnologia Volt Data Lab<sup>56</sup>, “que produz análises, reportagens, investigações, relatórios, levantamentos e metodologias baseadas em dados, aplicando esse conhecimento para redações, ONGs, projetos de mídia, empresas de comunicação e terceiro setor no Brasil e no exterior”, como declara em sua plataforma. A agência possui alguns projetos e ferramentas de mapeamentos e visualizações de informações, que são

<sup>55</sup> Matéria “Onde vive e onde não vive ninguém no Brasil”, produzida pela Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/04/16/Onde-vive-e-onde-n%C3%A3o-vive-ningu%C3%A9m-no-Brasil>. Acesso em 19 de maio de 2019.

<sup>56</sup> Volt Data Lab. Disponível em <https://www.voltdata.info/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

alimentados continuamente, como o Atlas da Informação e o Fogo Cruzado. Além disso, desenvolve visualizações, narrativas guiadas por dados e ferramentas, como agregadores de pesquisas, para outros sites, jornais e órgãos, sozinho ou em parceria como outras iniciativas e repositórios de dados (Gráfico 7).

Gráfico 7- Pesquisa e visualização interativa feito pelo Volt Data Lab para a Revista Piauí sobre o aumento da rejeição de vistos de turismo para cidadãos brasileiros em meio à crise econômica e instabilidade política do país.



A empresa jornalística brasileira Folha de S. Paulo também apresentou alguns projetos de JD. Ela possui o blog Folha Dados<sup>58</sup>, decorrente da parceria com o programa Knight International Fellowships, do Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ, sigla em inglês). Embora esteja desatualizado, com a última reportagem datada de abril de 2017, é possível ver que houve algumas experiências quanto ao uso de

<sup>57</sup> Matéria “Não é culpa do Trump”, produzida pelo Volt Data Lab para a revista Piauí. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/nao-e-culpa-do-trump/>. Acesso em 16 de maio de 2019.

<sup>58</sup> Folha Dados. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/folha-dados/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

dados na construção dos conteúdos, dispostos no texto escrito ou em visualizações, interativas ou estáticas.

Algumas outras experiências brasileiras do Jornalismo Guiado por Dados (ou Jornalismo de Dados) são: Jota Dados<sup>59</sup>, da plataforma Jota, uma editoria responsável por interpretar e apresentar dados com modelos e visualizações sobre temas referentes às instituições públicas brasileiras; e a revista digital Gênero e Número<sup>60</sup>, uma organização de mídia independente cuja proposta é, como está descrito em seu site, “dar visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero por meio de diferentes produtos que têm em comum o conteúdo de qualidade (n.p.)”. Esta última iniciativa se configura como sendo o objeto de nossa pesquisa e, portanto, será melhor descrita no decorrer da pesquisa. “Outros veículos, como O Globo, Zero Hora, Época e Valor Econômico também possuem boas narrativas jornalísticas baseadas em dados, mas que (...) são pontos isolados dentro de uma trajetória jornalística presente há décadas no Brasil (LIMA, 2016)”.

Embora já se possam notar algumas iniciativas independentes bem como de grandes empresas jornalísticas no Brasil, ainda são poucos os projetos editoriais voltados às narrativas guiadas por dados. Poucos veículos estão, de fato, apostando neste tipo de conteúdo de forma dinâmica, interativa e de maneira mais intensa e constante, a favor de narrativas jornalísticas mais profundas e melhor apuradas. Parte deste cenário se deve, à falta de uma infraestrutura que permita o desenvolvimento do JGD no país, o que implicaria em redações equipadas com técnicas e tecnologias, aptas a fazer todo o processo de manipulação dos dados (da coleta à transformação desses dados em narrativas jornalísticas profundas e específicas) e, tão importante quanto, de jornalistas capazes de manipular os dados em seus diversos formatos e tecnologias e produzir tais narrativas analíticas.

Como aponta Lima (2016, p. 297), ao não possuírem tais conhecimentos,

(...) os jornalistas (...) ficam à mercê de agências, empresas de monitoramento e institutos que realizam essas pesquisas e as apresentam em troca de exposição midiática. Ao transferirem para terceiros a pesquisa que embasará suas matérias, o jornalismo se depara com riscos que ferem diretamente alguns de seus princípios fundamentais, como a imparcialidade, a objetividade e a credibilidade.

---

<sup>59</sup> Jota Dados. Disponível em <https://www.jota.info/dados>. Acesso em 01 de maio de 2019.

<sup>60</sup> Revista digital Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

Falta, portanto, que as empresas jornalísticas e os profissionais dessa área compreendam a necessidade de se capacitar das mais diversas formas para a análise e construção de conteúdos guiados por dados. Dessa forma, percebe-se que o Jornalismo Guiado por Dados já é uma realidade no Brasil, mas que por ser uma área em desenvolvimento e constantes inovações, há sempre a necessidade de pensar e melhorar a infraestrutura das empresas e a capacitação dos profissionais para abordagem dos temas e manuseio dos dados.

### 3 CORPUS E CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida fundamenta-se nas abordagens descritiva e quali-quantitativa, a fim de buscar, compreender e interpretar as informações da forma mais fiel e profunda possível. Para Cervo et al (2007, p. 79), a pesquisa descritiva “ocorre quando se registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los”. Nela, o objetivo é descrever características, frequência de ocorrência e relações existentes no objeto pesquisado, podendo ir além e investigar a natureza destas relações e/ou proporcionar novas visões do fenômeno (GIL, 2008).

O caráter quali-quantitativo da pesquisa se dá à medida em que se mesclam aspectos das pesquisas qualitativa e quantitativa. O primeiro tipo mencionado se preocupa, segundo Silveira e Córdova (2009), com o aprofundamento da compreensão do objeto, a partir de uma visão detalhada e complexa deste, a fim de produzir informações aprofundadas e ilustrativas. Portanto, volta-se a aspectos da realidade que não podem ser quantificados. A pesquisa qualitativa, por sua vez, pressupõe um maior rigor do ponto de vista da coleta e análise das informações, tendendo “a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 33), fazendo uso de procedimentos estruturados e objetivos, bem como estatísticos. Assim, julgamos que os elementos de ambos os métodos podem funcionar de modo complementar, auxiliando a melhor compreender o objeto e casos estudados.

Para as estratégias de metodologia, utilizamos algumas etapas visando atingir os objetivos da pesquisa. Em um primeiro momento, realizamos a revisão bibliográfica, buscando o domínio sobre os temas trabalhados — Jornalismo Guiado por Dados e Gênero — e seus conceitos-chaves pertinentes para a pesquisa, a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações, teses, entre outros meios.

Em relação a pesquisas sobre a área do Jornalismo Guiado por Dados (ou mesmo Jornalismo Dados), é possível afirmar que, apesar de não ser um assunto relativamente novo na esfera jornalística, as suas técnicas, aplicações e colaborações ao campo ainda são recentes em pesquisas acadêmicas. É possível encontrar alguns autores que já se tornaram referência no assunto, tanto internacionalmente quanto no Brasil, mas pode-se dizer que ainda não existem muitos pesquisadores que se dedicam a aprofundar o tema.

Quanto às questões de Gênero, apesar de ser possível encontrar os primeiros movimentos e reflexões já no século XVIII (D'ANGELO, 2017), quando trata-se de sua relação com o jornalismo, as investigações são um pouco mais recentes, ganhando mais espaço a partir dos anos 1990 e fôlego no século XXI (AZEVEDO, 2013; AZEVEDO, 2011; CERQUEIRA, 2008). As reflexões sobre as formas de apresentação e representação na mídia, incluindo a linguagem e termos utilizados e a profundidade e qualidade desses conteúdos vêm se constituindo como uma preocupação muito mais de pesquisadores das Ciências Sociais que do Jornalismo. Apesar disso, já é possível identificar autores que se dedicam a tais pesquisas.

A segunda etapa da pesquisa constitui-se na delimitação da amostra. Para isto, utilizamos como método de pesquisa o estudo de caso, em conformidade com a pesquisa descritiva, caracterizado por Gil (2008, p. 7) como o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos”, possibilitando o seu o conhecimento amplo e detalhado do objeto pesquisado, o que, segundo o autor, é uma tarefa mais complicada mediante outros tipos de delineamentos. Além disso, Gil (2008) aponta que esse método tem sido utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais e servem a pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

(...) a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p. 58).

Segundo Yin (2001, p. 25), pesquisas que focam e são norteadas por questões do tipo “como” e “por que” estimulam o uso do estudo de caso, bem como de experimentos e pesquisas históricas. As outras duas ocasiões em que o método figura com a melhor estratégia, segundo o autor, são: quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Assim, o estudo de caso surge do desejo de compreender fenômenos complexos sejam eles individuais, sociais, organizacionais ou políticos, e permite uma investigação que preserve as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Ele vai além de descrever os fenômenos, podendo comprovar ou contrastar posições preconcebidas do caso, além de transmitir informações acerca destes para

uma gama de pessoas que os desconhecem (YIN, 2001). Duas das técnicas utilizadas para este tipo de pesquisa, segundo o autor, são observação direta e entrevista.

Como caso selecionado para este trabalho foi escolhida a revista digital Gênero e Número (G&N)<sup>61</sup>, por ser a primeira organização de mídia na América Latina orientada por dados que possui todo o seu conteúdo produzido para o debate sobre equidade de gênero, segundo afirma seu próprio site. A revista é recente, criada em 2016, e concentra seu trabalho em três áreas: editorial, dados, e eventos e cursos. Além disso, toda a sua produção é pensada e produzida para internet, mediante as possibilidades oferecidas pelo ambiente digital.

Tem como carro-chefe a produção jornalística baseada em dados, valorizando também outras plataformas online e formatos diversos para expandir debates e narrativas. Para tanto, não possui qualquer vínculo partidário ou ideológico, a fim de manter a independência editorial, a diversidade e a transparência.

Sendo uma startup e organização de mídia independente, a Gênero e Número é financiada por doações de pessoas físicas e de organizações filantrópicas, além do sistema de assinatura, desenvolvimento de soluções tecnológicas (como aplicativos), publicações impressas ou digitais, além da realização de eventos e cursos presenciais. Com isso, a G&N afirma acreditar na convergência de diferentes atores e setores, e buscar debates e diálogos que extrapolem as bolhas sociais.

O objetivo principal da G&N é “aprofundar temas principalmente relacionados a uma agenda de direitos a partir de dados e de vozes legítimas e comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe”, como consta na parte institucional do site, levando em consideração não apenas o contexto brasileiro para a produção das narrativas, mas também diversos países da América Latina. Seu conteúdo está dividido entre as edições temáticas e materiais produzidos para as editorias, além da produção de documentários, e todas estas produções possuem interseccionalidades de gênero com diversas esferas sociais.

Dessa forma, a revista nos oferecia um amplo conjunto de produtos para observação. Entretanto, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso com plano de trabalho com tempo mais reduzido, optamos por delimitar o caso neste momento, sendo possível, posteriormente, uma análise mais abrangente numa continuação desta pesquisa em nível de mestrado.

---

<sup>61</sup> Revista digital Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/>. Acesso em 20 de maio de 2019.

A amostra selecionada para este trabalho constituiu-se nas cinco últimas edições lançadas pela revista, por, numa análise prévia, perceber que seriam os objetos que poderiam compilar maior variedade de formatos e visualizações dos dados. São as temáticas as edições: Edição 7- Mulheres encarceradas (novembro de 2017), Edição 8- Música (fevereiro de 2018), Edição 9- Educação Básica (abril de 2018), Edição 10- Mulheres na Ciência (junho de 2018) e Edição 11- Direitos reprodutivos (setembro de 2018).

A próxima etapa foi, então, realizar a observação do objeto. Segundo Yin (2001), a observação direta se dá à medida que, ao realizar uma visita de campo ou uma análise a um conteúdo específico para o estudo de caso, cria-se a oportunidade de fazer observações diretas, que servem como fonte de evidências em um estudo de caso. Sabendo quais aspectos são significativos para alcançar os objetivos pretendidos (GIL, 2008), o pesquisador pode desenvolver protocolos de observação para avaliar a incidência de certos tipos de comportamentos durante certos períodos de tempo (YIN, 2001).

Para este estudo foi desenvolvida e aplicada uma ficha de observação<sup>62</sup> (Apêndice A), de modo a facilitar a coleta de dados, sistematizando os aspectos a serem investigados, que teriam potencial esclarecedor na discussão. Tendo em vista que o foco desta pesquisa é caracterizar os formatos dos dados e os modelos como são apresentados nas narrativas da G&N, organizamos a análise em três categorias distintas, com base nas classificações e dimensões dos dados, conforme apontadas e discutidas no capítulo 2. São elas: 1. Classificação dos dados segundo sua disponibilidade ao público: aberto ou fechado, de acordo com Crucianelli (2013); 2. Classificação segundo seu formato de armazenamento: estruturados, não estruturados e semiestruturados (BERTOCCHI, 2013); 3. Dimensões dos dados, propostas por Mancini e Vasconcellos (2016): dimensão investigativa, dimensão interpretativa e dimensão comunicativa, referindo-se, respectivamente, à extração e organização dos dados, análise e argumentação deles, e seu formato de visualização e contribuição à narrativa.

---

<sup>62</sup> Ficha de observação. Disponível em [https://docs.google.com/document/d/1ksLwNX6Dg2vp3xU3kQM\\_P59QdvZQ017O9wJg6AS5A8M/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1ksLwNX6Dg2vp3xU3kQM_P59QdvZQ017O9wJg6AS5A8M/edit?usp=sharing). Acesso em 14 de junho de 2019.

A ficha foi constituída por nove questões que envolviam desde a etapa de extração dos dados (e seus formatos) até características estruturais do layout da narrativa, em relação aos dados.

Após a coleta através da ficha de observação, os dados passíveis de quantificação foram reunidos em 7 gráficos, organizados em função de algumas perguntas, para melhor visualizar e analisar as informações quantificáveis. Já as informações de caráter mais qualitativo, foram dispostas e analisadas segundo propõe tal método (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Assim, utilizando a técnica de observação direta, foi possível identificar não só os formatos dos dados utilizados para construção das narrativas produzidas pela revista *Gênero e Número*, como também o percurso feito pela equipe para construção de tais narrativas guiadas por dados, desde a extração até a visualização, e sua real função e contribuição para cada narrativa. Além disso, serviu de base para inferências sobre aspectos mais subjetivos da produção das narrativas, conforme disposto no capítulo a seguir.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Gênero e Número (Figuras 6 e 7) é uma revista digital brasileira que “existe para dar visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero por meio de diferentes produtos que têm em comum o conteúdo de qualidade”, como sintetiza o seu site. Lançada em 2016, é a primeira organização de mídia orientada por dados com foco em gênero da América Latina<sup>63</sup>, e têm todo o seu conteúdo pensado e produzido para o ambiente digital, de modo a desfrutar das possibilidades que tal meio oferece ao jornalismo.

Figura 6- Página inicial da revista digital Gênero e Número.



Fonte: Captura de tela

Figura 7- Interface da G&N.



Fonte: Captura de tela

<sup>63</sup> De acordo com a descrição apresentada pelo próprio site.

A conexão da revista digital com os temas de gênero em pauta no debate público tem sempre a diversidade e a interseccionalidade em perspectiva, considerando o contexto estratificado em que hoje se inserem o Brasil e tantos países da América Latina. Dessa forma, considera e prevê a diversidade racial, de gênero, experiências e outros tipos, no material que produz bem como na sua estrutura organizacional, com uma política de Recursos Humanos inclusiva para os colaboradores internos e externos.

A sede da revista está no Rio de Janeiro, mas tanto a equipe como o material produzido são conectados ao contexto de todo o Brasil e da América Latina. Conta, inclusive, com colaborações constantes de jornalistas, programadores/as e designers vivendo em outras regiões.

A equipe é formada por 10 profissionais, todas mulheres, graduadas e pós-graduadas em cursos como Jornalismo, Cinema, Ciência Política, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Estudo das Mulheres e de Gênero, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo e Design Gráfico. A revista também conta com sete conselheiros<sup>64</sup> que atuam em diferentes campos — terceiro setor, mídia, mercado e academia — e são consultados para dar apontar suas visões e conhecimentos na discussão de temas pertinentes, além de, eventualmente, poderem votar sobre questões de maior abrangência para o desenvolvimento da organização. E, além da equipe fixa, os conteúdos editoriais também são produzidos a partir de parcerias com institutos, organizações de pesquisas e outras organizações que produzam ou compilem dados e tenham interesse em compartilhá-los com a sociedade de forma ampla.

Possuindo uma equipe formada inteiramente por mulheres, é possível apreender que a Gênero e Número acredita e investe não só na temática de gênero como também no potencial profissional das mulheres. A revista ainda quebra o tabu e o estereótipo de que a sensibilidade e a emoção femininas as levariam somente às carreiras que envolvem educação e cuidado com outras pessoas, por exemplo, distanciando-as de qualidades e habilidades para lidar com números, exemplo.

Os assuntos abordados em todas as produções da G&N apontam interseccionalidades do gênero — raça, classe social, religião, orientação sexual e outras — com esferas sociais, como justiça, cultura, trabalho, política e ciência. O

---

<sup>64</sup> Conselho Consultivo da revista digital Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/institucional/conselho-consultivo/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

conteúdo está dividido, principalmente, entre as edições temáticas e materiais produzidos para as editorias. Em maio deste ano, a revista lançou o selo Doc.GN, validando a produção de documentários. Embora a revista já possua 2 documentários lançados — “Fator F”<sup>65</sup> e “Potência N”<sup>66</sup> —, a partir de agora passará a ter uma maior produção. Alguns dos materiais são disponibilizados apenas para assinantes.

Além destas produções, a G&N contém a seção “Dados abertos”<sup>67</sup>, onde disponibiliza as bases de dados abertas ou construídas pela equipe — que guiaram algumas das narrativas produzidas pela revista — e a metodologia utilizada para manipular e analisar tais dados, e a seção “Dados de bolso”: gráficos compactos que sintetizam informações sobre os temas. Também dispõe do “Observatório Brasil 50-50”<sup>68</sup>, uma iniciativa coletiva que une organizações de mídia, de pesquisa, organizações da sociedade civil e o apoio da Onu Mulheres, e que reúne dados e análises sobre equidade de gênero na política, com a finalidade de produzir de informação de qualidade e verificada para ampliação deste debate.

No caso dos materiais para as editorias, a produção parece aumentar conforme discursos e assuntos ganham repercussão nas ruas, na mídia e em outros espaços sociais, e são publicados em editorias como ‘justiça’, ‘cultura’, ‘mobilidade’ e ‘latinoamérica’, por exemplo. Apesar de não possuírem uma periodicidade definida para a publicação, a G&N costuma seguir uma frequência semanal de publicação de conteúdo no site. Por vezes, são publicadas cerca de 5 por semana. Em outros momentos, seguem-se semanas sem quaisquer novas notícias.

Quanto às edições temáticas, cada uma delas possui uma questão central que norteia todo o conteúdo produzido (entre 6 e 17 produtos), como ‘política’, ‘trabalho’, ‘educação’, ‘ciência’ e ‘violência’. Tal questão é explorada por diversos pontos de vista e abarca intersecções de gênero como, por exemplo, raça, idade, religião e identidade de gênero, mediante o uso de dados para guiar as narrativas produzidas e suscitar reflexões, questionamentos e debates. As edições não possuem periodicidade fixa de publicação, podendo levar semanas ou meses para produção e divulgação.

---

<sup>65</sup> Documentário “Fator F”. Disponível em <http://www.generonumero.media/doc-gn-fator-f/>. Acesso em 23 de maio de 2019.

<sup>66</sup> Documentário “Potência N”. Disponível em <http://www.generonumero.media/doc-gn-potencia-n/>. Acesso em 23 de maio de 2019.

<sup>67</sup> Seção “Dados abertos”, da revista Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/dados-abertos/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

<sup>68</sup> Observatório Brasil 50-50. Disponível em <http://www.generonumero.media/observatorio50-50/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

Até a finalização deste trabalho, 11 edições haviam sido publicadas. A primeira edição, de agosto de 2016, teve como tema o gênero no esporte. E a última delas, de setembro de 2018, abordou os direitos reprodutivos. Para este trabalho, como já mencionado, foi tomada uma amostra de cinco edições (as últimas publicadas), totalizando 39 narrativas, que se dividem, em cada edição, em editorial, entrevista, reportagens, gráficos e dados de bolso.

A edição 7, lançada em novembro de 2017, aborda o tema mulheres encarceradas, tratando das interseccionalidades de escolaridade, identidade e orientação de gênero e maternidade, mostrando as desigualdades que as mulheres em situação de privação de liberdade vivenciam em relação aos homens na mesma situação, e a opacidade do sistema penitenciário brasileiro em virtude dos poucos dados encontrados a seu respeito. A edição 8, por sua vez, foi publicada em fevereiro de 2018 e trata sobre música pop nas seis narrativas que a compõe, abordando e discutindo a incitação da violência contra as mulheres nas músicas, a ascensão de cantoras — incluindo drags, como Pablllo Vittar —, de diversos gêneros musicais e o que mais se fala sobre elas nas redes sociais, o privilégio masculino no mercado musical brasileiro, entre outros temas adjacentes.

A próxima edição foi lançada dois meses depois, colocando o debate de gênero nas escolas, na educação básica. É constituída por dez narrativas, que expõem e analisam dados sobre a marginalização, direitos e violações de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTs no ambiente escolar, e a interferência política e religiosa para que alguns destes casos aconteçam.

Edição 10 (junho de 2018): Mulheres na ciência. Composta por nove narrativas que tratam sobre a ascensão de mulheres cientistas e bolsistas de pesquisa, mas ainda sem destaque em suas profissões e com uma série de obstáculos presentes ao longo das suas trajetórias, que dificultam e atrasam o percurso delas nos campos científicos e acadêmicos. Fala-se sobre maternidade, raça, classe social, recursos financeiros, entre outros pontos que demonstram as assimetrias de gênero nesse caminho, além das suas origens, fatores culturais, políticos e econômicos, e suas consequências.

Por fim, analisamos a edição 11, cuja publicação data de setembro de 2018, e que aborda os direitos reprodutivos em suas sete narrativas, abrangendo a discussão não só ao Brasil mas também a outros países da América Latina. Traz um histórico do debate e do movimento feminista em prol desta causa, leis, dados, a exclusão de

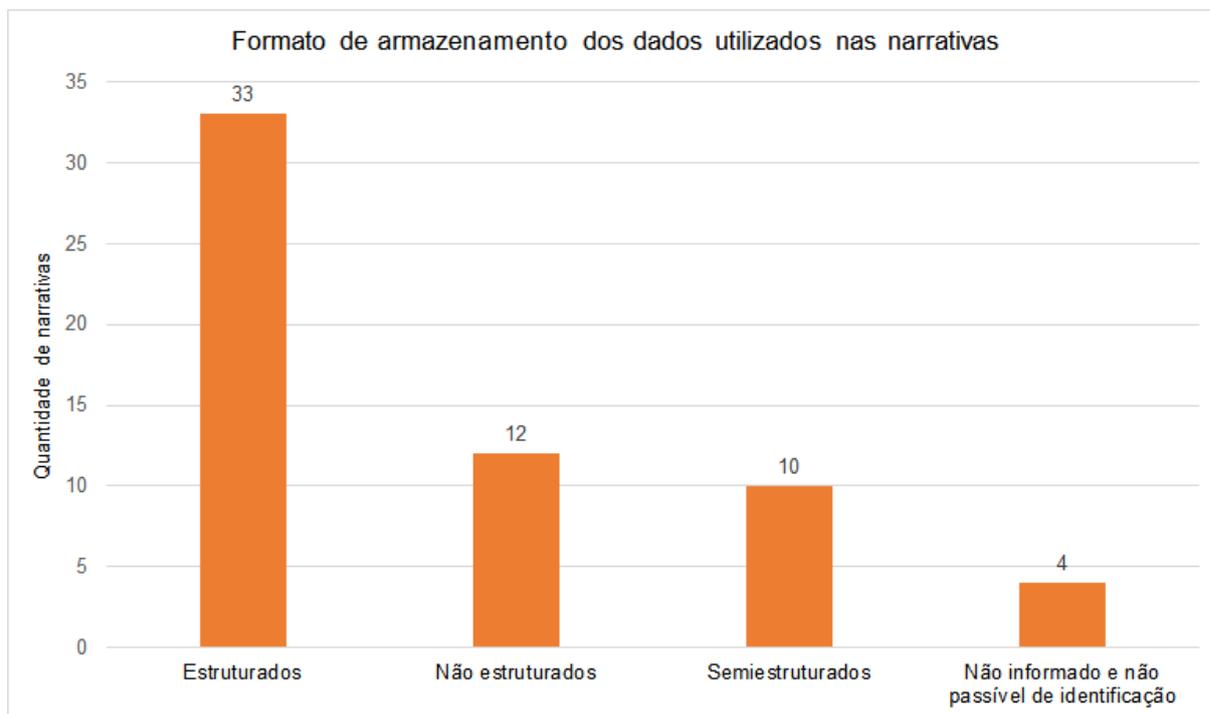
mulheres negras, pessoas trans, discussão sobre aborto e sua ligação com a cultura, religião e política, entre outros temas, e suas consequências.

Para produção de todas as narrativas das edições, a revista digital se utilizou apenas de bases de dados abertos (CRUCIANELLI, 2013), produzidas e disponibilizadas por diversos órgãos e entidades públicas, ONGs, instituições acadêmicas, institutos de pesquisa, entre outros que fornecem publicamente as informações produzidas. Alguns dos órgãos públicos de onde os bancos de dados foram retirados são: órgãos públicos de países como Portugal, Espanha e Uruguai; no Brasil: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretarias de Educação dos estados brasileiros, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), Ministério Público e Ministério dos Direitos Humanos. Em alguns destes casos, apesar de serem dados públicos que deveriam estar disponíveis e acessíveis segundo designa a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), eles não foram encontrados, sendo necessário a equipe recorrer à tal lei para obter os dados desejados. Ora as solicitações foram atendidas e dentro do prazo estipulado pela lei, ora sofreram atrasos na disponibilização ou foram respondidas de forma parcial.

O uso apenas de bases de dados abertas indica que apesar de a revista digital *Gênero e Número* preocupar-se com a visibilidade de dados e evidências que auxiliem o debate e melhorias de gênero, somente o faz com informações acessíveis mais facilmente. Dados mais difíceis de serem encontrados, mas igualmente importantes às temáticas de gênero, existem, no entanto não foram utilizados em nenhuma das narrativas das edições analisadas, demonstrando uma certa “comodidade”, limitação ou escolha da equipe quanto à busca de informações.

Também percebeu-se que as bases de dados utilizadas se encontram armazenadas em diferentes formatos (Gráfico 8), conforme os propostos por Bertocchi (2013), demonstrando o nível de organização dos órgãos para com as informações de gênero produzidas por eles, e a preferência de formato para trabalho pelas jornalistas da *Gênero e Número*.

Gráfico 8- Formato de armazenamento dos dados utilizados nas narrativas



Fonte: Autora

Apesar de a grande maioria das narrativas utilizarem dados que se encontravam estruturados em sua base, o uso de dados não estruturados e semiestruturados sinaliza o esforço da equipe em extrair e processar as informações desejadas, de bases com organizações irregulares e indefinidas, respectivamente, como textos e documentos variados, e vídeos, por exemplo. Além disso, em 4 das 39 narrativas analisadas não foi informado nem possível identificar o formato de estruturação de algumas bases de dados usadas, ainda que tenham sido feitas buscas pelas mesmas na internet.

A participação da equipe quanto à extração e/ou organização dos dados, em consonância com a dimensão investigativa apontada por Mancini e Vasconcellos (2016), também pode ser observada (Gráfico 9). A maioria das narrativas fez uso somente de bases de dados externas, que foram extraídas e estruturadas pela equipe da G&N. Outras utilizaram também bases de dados produzidas e organizadas pela própria equipe, em parceria com um grupo de movimento social político e estudantil e um laboratório de uma universidade federal do país.

Gráfico 9- Nível de participação da equipe quanto à extração e/ou organização dos dados



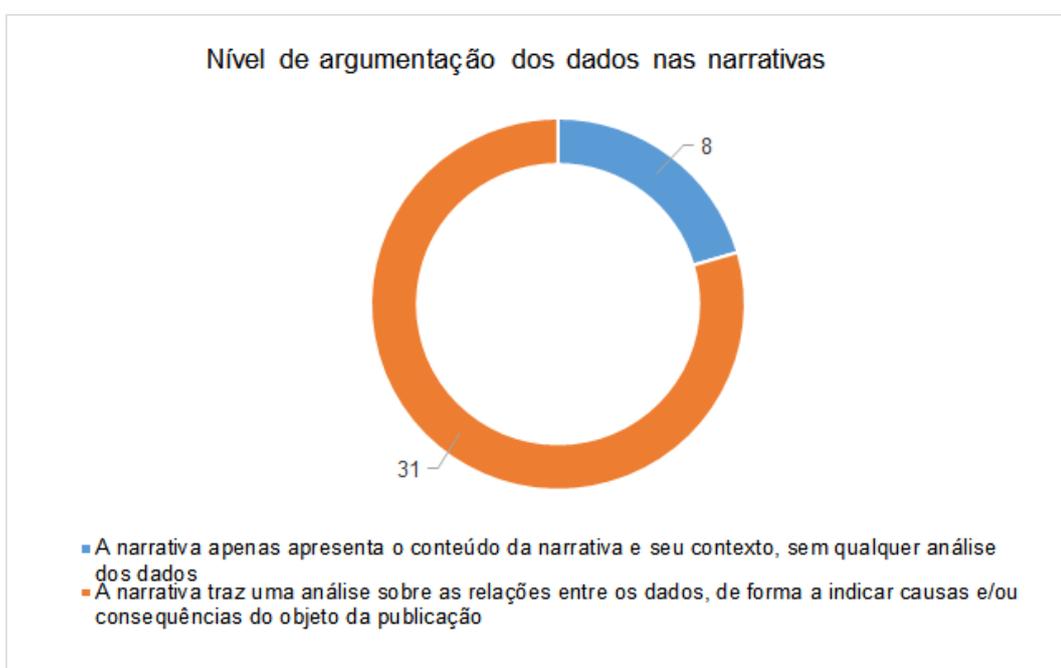
Fonte: Autora

É possível apreender, portanto, onde o trabalho da equipe da G&N está mais concentrado e suscitar algumas questões quanto a isso. Em algumas narrativas, como na edição sobre mulheres encarceradas, as repórteres atestam a dificuldade para encontrar dados sobre os assuntos, principalmente dados consistentes e reunidos em um só lugar. Estas falas analisadas juntamente ao gráfico apontam duas coisas: a primeira delas, o baixo interesse de órgãos públicos, principalmente, em produzir, sistematizar e/ou disponibilizar informações referentes à questões de igualdade de gênero no Brasil, em especial. Entretanto, apesar de tal dificuldade, são os dados de órgãos e entidades públicas que se constituem como principais fontes para guiar as narrativas da revista.

O segundo ponto perceptível é a baixa produção da equipe em relação aos próprios dados sobre as temáticas abordadas, seja em virtude do foco editorial da revista, da dificuldade para produzi-los ou de outra questão. A razão disto acontecer não foi possível identificar com rigor apenas com a observação direta. Todavia, mesmo com tal limitação, a G&N se mostra hábil em realizar o cruzamento de diferentes bases de dados, gerando, assim, novas informações sobre as temáticas e contribuindo ainda mais para os debates referentes à questões de gênero, suas problemáticas e possíveis soluções de melhoria.

Ademais, em grande parte das narrativas analisadas havia algum tipo de análise (Gráfico 10), a fim de compreender melhor os números em relação à realidade e contexto social, econômico e outros que envolvem as problemáticas abordadas, mostrando o significado, causas e implicações destes à sociedade, como já apontara Mancini e Vasconcellos (2016), na dimensão interpretativa. Outras, porém, apenas apresentaram o conteúdo da narrativa (incluindo os dados), com ou sem contextualização, e sem qualquer análise.

Gráfico 10- Nível de argumentação dos dados na narrativa



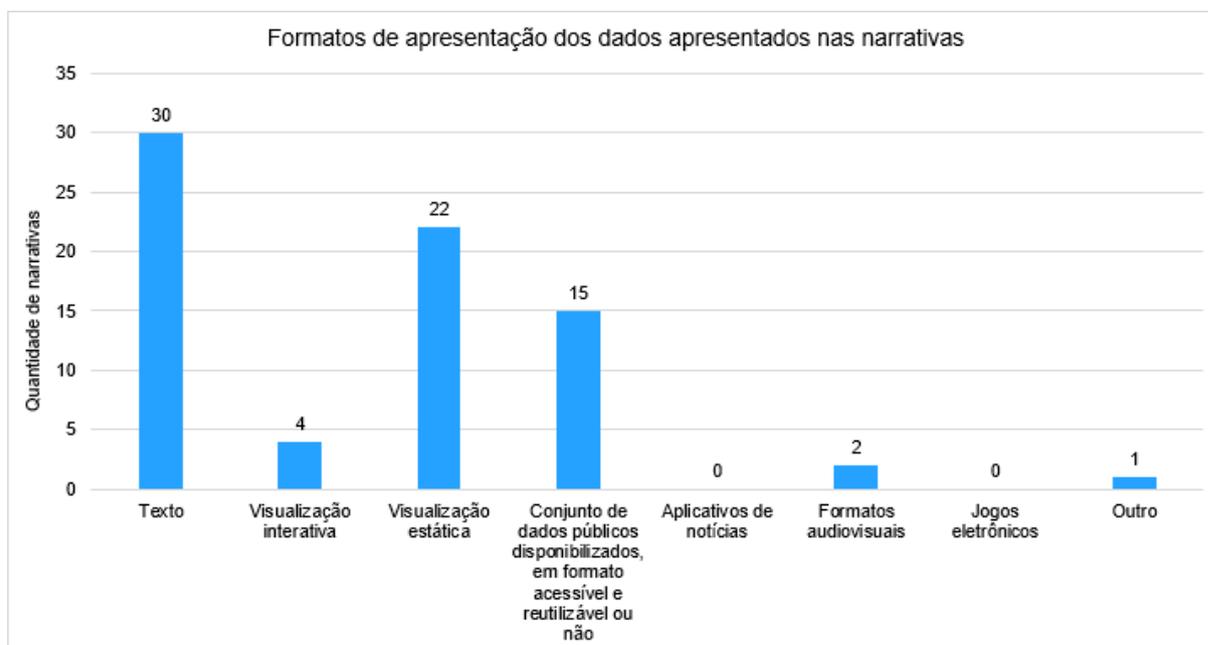
Fonte: Autora

Entre as narrativas que apresentaram análise dos dados, 12 continham análises feitas pelos próprios jornalistas, com base em suas pesquisas, conhecimentos, observações e vivências, e 29 continham análises feitas por entrevistados, geralmente autoridades no assunto, como pesquisadores, professores, responsáveis por órgãos e instituições, políticos, ativistas em causas de gênero, cientistas sociais, e também pessoas que vivenciam a situação apontada na reportagem. A soma de ambos os casos supera o total de 31 narrativas com análise porque em diversas matérias foi possível encontrar avaliações, comentários e críticas feitas por ambos os grupos: jornalistas e entrevistados.

Por fim, contemplando a dimensão comunicativa (MANCINI e VASCONCELLOS, 2016), apreenderam-se diversas informações quanto ao trato da

Gênero e Número com os dados, demonstrando como a revista faz uso dos mesmos para guiar as narrativas. Percebeu-se, por exemplo, o uso de dados sob diferentes formatos, sendo texto e visualizações estáticas os mais explorados (Gráfico 11).

Gráfico 11- Formatos de apresentação dos dados apresentados nas narrativas



Fonte: Autora

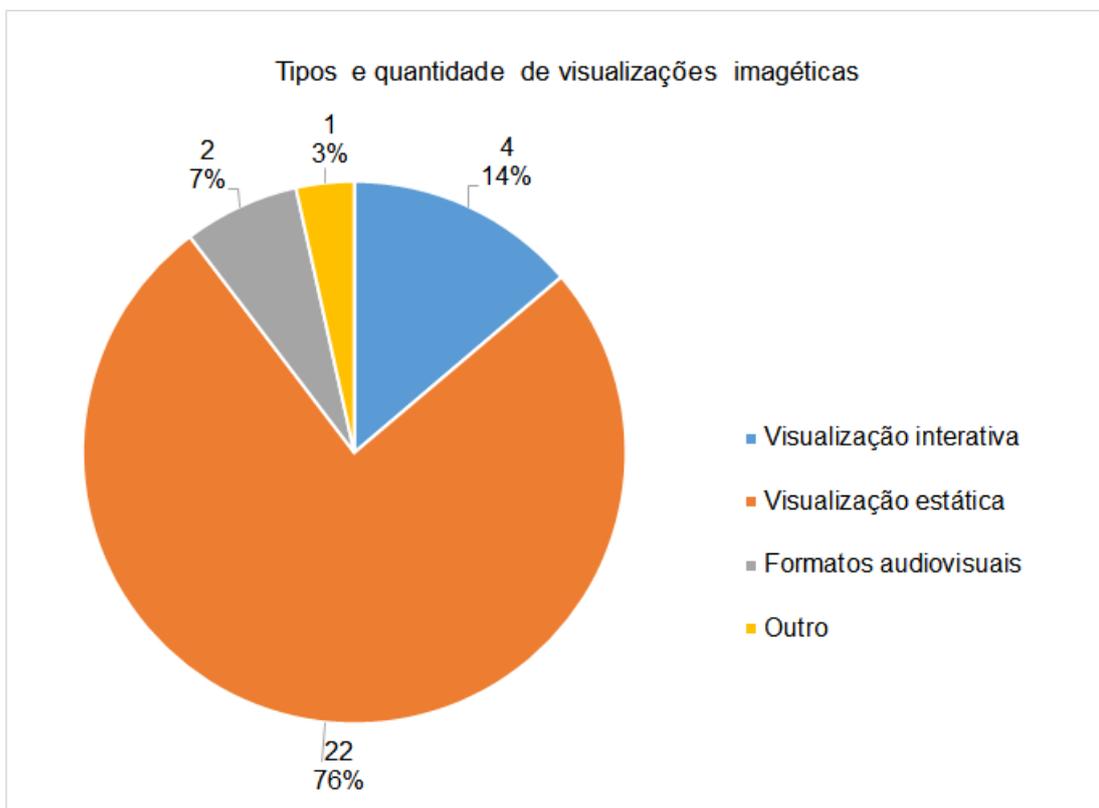
O formato ‘texto’ indica a dissolução dos dados ao longo do texto verbal, ao passo que os formatos ‘visualização estática’ e ‘interativas’ contemplam, respectivamente, gráficos e infográficos estáticos e interativos. Neste último, é concedido ao usuário total autoridade sobre o consumo das informações, escolhendo o que deseja ver, adicionando camadas de informação e explorando os dados de diferentes formas. Isto só é possível por meio das funcionalidades que a web proporciona ao jornalismo (CANAVILHAS, 2014).

Quanto aos formatos audiovisuais, estes abrangeram documentários e videorreportagens. No campo ‘outros’ figurou o formato “gif animado” (*Graphics Interchange Format*). A G&N também disponibiliza algumas as bases de dados consultadas e/ou levantadas durante o processo de apuração e construção dos conteúdos, não só no decorrer do texto, como também na seção “Dados abertos”. E quando não são disponibilizadas, encontra-se grande parte delas de forma rápida na internet. Em ambas as situações, foi possível acessá-las, visualizá-las, fazer o

download e, caso quisesse, processá-las, já que parte delas estavam em formatos reutilizáveis.

O amplo uso de formatos visuais pela revista demonstra a tendência do consumo de informações gráficas e, neste caso, objetiva facilitar a compreensão das temáticas de gênero, ainda pouco disseminadas e nem sempre fáceis de serem entendidas e retidas na memória. Ademais, são materiais atrativos visualmente, despertando interesse e engajamento dos usuários. Entre as 39 narrativas analisadas, 29 ( $\cong 74,3\%$ ) apresentaram visualizações imagéticas, em distintos formatos (Gráfico 12).

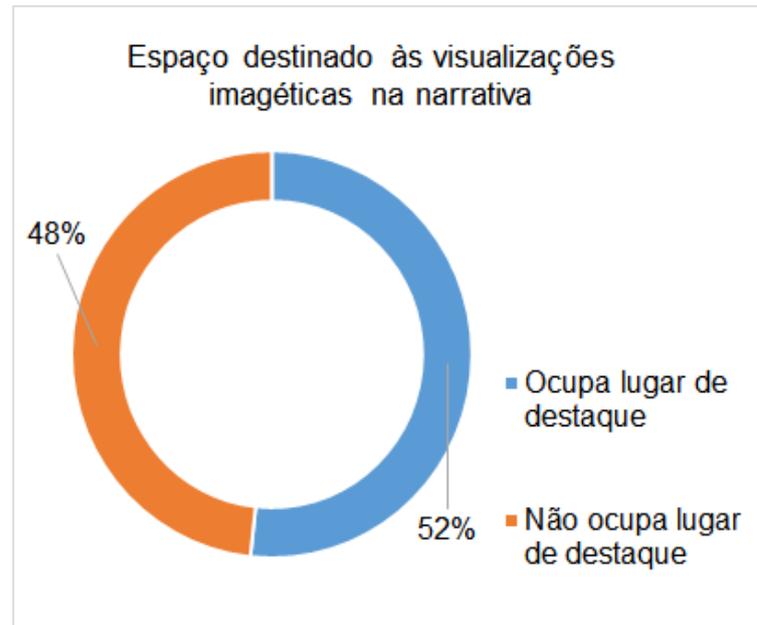
Gráfico 12- Tipos e quantidade de visualizações imagéticas



Fonte: Autora

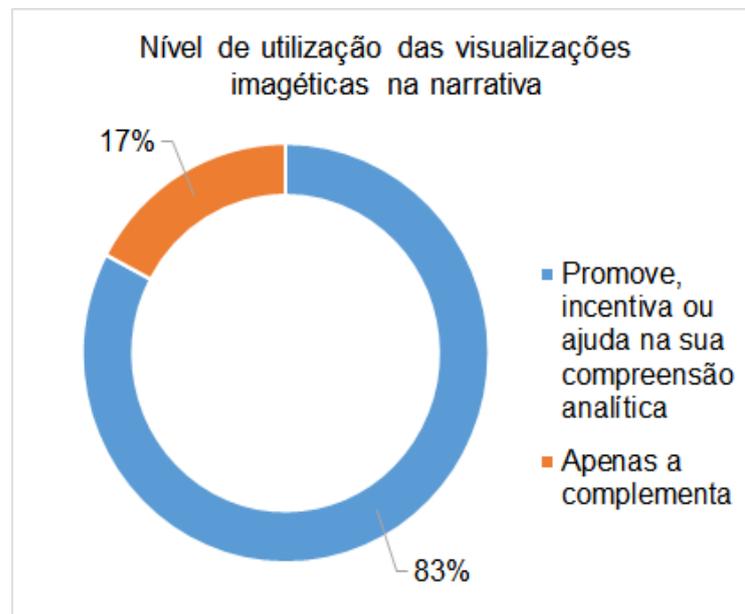
Entre este total de visualizações imagéticas, avaliou-se ainda a maneira como foram utilizadas nas narrativas, se ocuparam lugar de destaque ou não (Gráfico 13) e também seus níveis de aprimoramento e utilização (Gráfico 14).

Gráfico 13- Espaço destinado às visualizações imagéticas na narrativa



Fonte: Autora

Gráfico 14- Nível de utilização das visualizações imagéticas na narrativa



Fonte: Autora

Tais dados indicam que, embora os formatos visuais sejam bastantes utilizados pela revista *Gênero e Número*, nem sempre eles são a parte principal das narrativas. Quando figuram como central são, em sua maioria, o único componente, a exemplo dos gráficos estáticos da seção “Dados de bolso” (Gráfico 15) e dos documentários (Gráfico 16). No entanto, funcionam, predominantemente, não apenas como complemento das narrativas, mas sim com a função de promover, incentivar ou ajudar

na compreensão analítica das informações sobre gênero, tendo em vista o complexo contexto das temáticas e sua compreensão, como dito anteriormente. Para tanto, 83% de tais narrativas imagéticas contém legendas que buscam nortear o usuário acerca de como fazer a leitura dos dados.

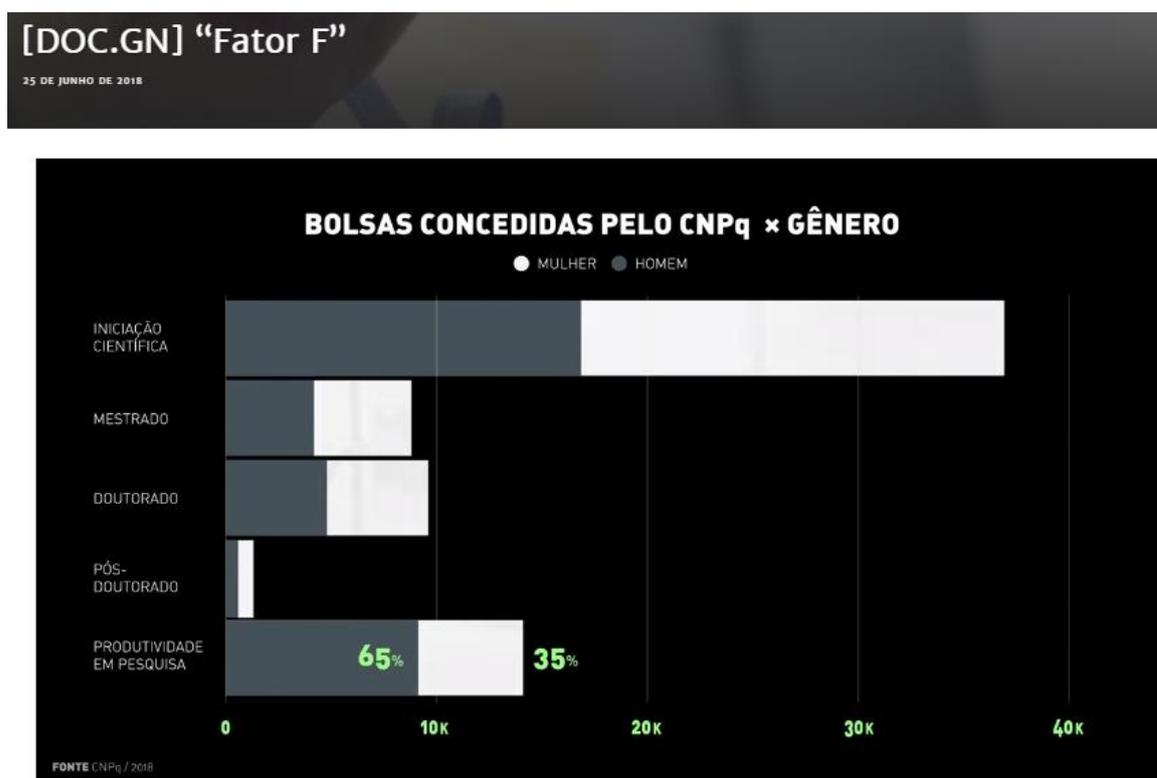
Gráfico 15- Dado de bolso sobre raça na ciência brasileira entre bolsistas do CNPq.



Fonte: Captura de tela<sup>69</sup>

<sup>69</sup> Dados de bolso sobre raça na ciência brasileira entre bolsistas do CNPq. Disponível em <http://www.generonumero.media/9739-2/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

Gráfico 16- Gráfico animado que compõe o documentário “Fator F”.



Fonte: Captura de tela<sup>70</sup>

Tendo em vista os resultados obtidos na pesquisa, observou-se que, embora a revista digital Gênero e Número ainda tenha um contexto recente de atuação, opera de forma positiva no campo do Jornalismo Guiado por Dados, alicerçada sob seus conceitos, classificações, técnicas e tecnologias para extração, análise e visualização de dados, que puderam ser identificadas, em sua maioria, com a observação direta. Embora tenha pontos a aprimorar e incorporar quanto à algumas técnicas de JGD, a revista se mostra em conformidade com o que os autores mencionados ao longo do trabalho afirmam sobre esta área do jornalismo.

Ao tratar sobre gênero, investiga minuciosamente as temáticas, enriquecendo-as com dados que comprovam a gritante desigualdade de gênero em diversos âmbitos sociais, políticos, entre outros. Além disso, publiciza tais dados de forma didática e leva análises sobre eles à sociedade, de modo a suscitar reflexões, debates e ações a fim de melhorar os índices de desigualdade de gênero existentes.

<sup>70</sup> Documentário “Fator F”, produzido pela revista Gênero e Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/doc-gn-fator-f/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

Percebeu-se também, o trabalho, atenção e empatia da equipe em relação aos assuntos, para escolher, aplicar e apresentar os dados da forma mais adequada e didática ao conteúdo das narrativas (como textos, gráficos, infográficos e mapas estáticos e interativos, documentários, videorreportagens, links redirecionadores a bancos de dados, por exemplo). Desse modo, os leitores além de terem acesso ao conteúdo das narrativas, também podem conferir as informações ditas ali através das bases de dados disponibilizadas, tanto as externas (maioria) como as produzidas pela própria equipe.

É importante pontuar também que tais narrativas, embora sejam guiadas por dados, não se constituem em informações “cruas”, resumidas à números e sem qualquer empatia à temática. A G&N se mostra atenta quanto à sensibilidade e ao mesmo tempo rigor que o assunto requer, e o faz trazendo também entrevistas e depoimentos de pessoas que vivenciam os problemas levantados nas reportagens, como mulheres encarceradas, mulheres cientistas com filhos, pessoas que tiveram seus direitos reprodutivos e de uso do nome social negados ou violados, por exemplo.

Com isso, a revista segue a efervescência do debate de gênero conforme eles ocorrem nas esferas sociais, políticas, educacionais e midiáticas, e dos dados, cada dia mais pesquisados e utilizados por diferentes áreas. Assim, dá visibilidade a dados e evidências sobre equidade ou desigualdades de gênero, gerando debates entre a população e buscando impactar e promover mudanças na esfera pública, através dos governos e ONGS, por exemplo.

A pesquisa também seria subsidiada pelo método de entrevista semiestruturada, em consonância com o que afirmam Gerhardt et al. (2009) e Gil (2008), a ser realizada com uma das responsáveis pelo conteúdo da G&N. O objetivo era apreender a existência ou não de impacto das narrativas da revista na esfera pública quanto à debates, mudanças e novas leis, por exemplo. No entanto, após diversas tentativas de contato com a revista via e-mail, Facebook e Instagram (não há telefone disponível em nenhuma das redes sociais e no site), não obtivemos retorno e, conseqüentemente, não foi possível identificar com firmeza qual o real efeito do trabalho realizado pela G&N na esfera pública.

Em suma, podemos considerar a revista digital Gênero e Número como um exemplo de plataforma que trabalha com Jornalismo Guiado por Dados, ao fazer uso de seus conceitos e técnicas e práticas para tratar de temas relevante ao debate sobre equidade de gênero. Como visto anteriormente, é possível também categorizar as

narrativas da revista de acordo com as categorias e dimensões propostas por Crucianelli (2013), Bertocchi (2013) e Mancini e Vasconcellos (2016), indicando que ela pertence, de fato, a tal campo ascendente do jornalismo, e identificando quais são os mecanismos mais utilizados para uso de dados e onde pode ser aprimorada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o uso de dados pela revista digital *Gênero e Número* trouxe, como resultados, uma série de desdobramentos sobre a relação entre o Jornalismo Guiado por dados e o debate de gênero, além de perspectivas sobre o rearranjo nas rotinas de produção, no modo de fazer jornalismo e no consumo. Encontramos um tipo de cobertura que difere das tradicionais, em virtude da ampla aplicação de dados para construção dos materiais jornalísticos. Assim, trata-se de um campo com inovações, que se encontra em expansão, de incorporação de novas linguagens, formatos e tecnologias.

No caso deste trabalho, a *Gênero e Número* é a primeira revista da América Latina orientada por dados voltada ao debate de gênero. Pela natureza complexa dessa vertente do jornalismo e o atual crescimento do JGD dentro das redações, as teorias estudadas contribuíram no aspecto teórico-conceitual e para escolha da metodologia para investigar tais dados.

Iniciamos o desenvolvimento desta pesquisa levantando duas questões a respeito do Jornalismo Guiado por Dados sobre gênero: quais seriam as principais características dos dados utilizados pelas narrativas da G&N; e qual a real contribuição destas para promoção de ações, debates, políticas públicas, etc, que visem a equidade de gênero. Embasados nestes questionamentos, buscamos caracterizar os tipos de dados mediante a disponibilidade ao público e o formato de armazenamento, e de que maneira eles são apresentados nas narrativas, analisando-os como bases das reconfigurações no campo do jornalismo, proporcionadas pelas tecnologias digitais e a web.

Os resultados da observação da amostra selecionada da revista apontam que as narrativas da revista digital *Gênero e Número* podem ser, de fato, enquadradas como pertencentes ao JGD, tendo em vista o uso de dados como norteadores para construção dos conteúdos e as técnicas e prováveis tecnologias utilizadas para extraí-los, processá-los e analisá-los. Consideramos que, apesar de a revista ainda não explorar alguns tipos de dados mais difíceis de serem encontrados e de ter pouca produção de dados próprios, as narrativas são bem construídas, apresentam contextualização e análises dos dados e os expõe de diversas formas, aplicando a cada reportagem e assunto a melhor forma de serem compreendidas e suscitarem

reflexão nos leitores, diante de temáticas tão profundas e por vezes de complicada compreensão.

Há, neste ponto, a percepção do aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo ambiente digital ao jornalismo, viabilizando, por exemplo, o uso de visualizações interativas, que proporcionam maior autonomia de consumo ao usuário, e da disponibilização de bases de dados utilizadas, para que este possa verificar as informações ou mesmo utilizá-las, cruzá-las com outras e produzir novas, como faz a própria revista.

Os repórteres também ganham novas atribuições. Passam a ser também analistas de dados e designer, em algumas situações. No caso da G&N, as funções são bem distribuídas e a equipe é composta por profissionais de diversas áreas, não sobrecarregando os trabalhos e possibilitando a boa qualidade e apresentação das informações.

Dessa forma, o trabalho realizado pela equipe é um caso relevante dentro da área do Jornalismo Guiado por Dados e também do debate de gênero, visto as contribuições que traz à discussão, buscando, produzindo, analisando e publicizando dados, suas contextualizações e implicações à sociedade, especialmente à, ainda existente, desigualdade entre gêneros em diversos setores sociais. Além disso, a revista faz e promove um debate isento de estereótipos de gênero, com quebra de padrões sociais.

Apesar de não ser uma modalidade essencialmente nova, o JGD está em expansão diante criação e disponibilização de dados atualmente, e da criação de novas tecnologias que permitem seu processamento. Assim, tal prática está em constante evolução e ampliação nas redações, também em função do interesse do público em estar informado, de forma compreensível e crítica, a respeito dos mais variados assuntos do cotidiano, entre eles o de gênero.

O trabalho feito pela Gênero e Número é de grande relevância num país onde a qualidade do debate de gênero precisa melhorar, onde diversos dados importantes ainda não têm visibilidade e discursos radicais têm se sobreposto à informação verificada e de qualidade<sup>71</sup>. Para desenvolver planos, ações e políticas públicas que objetivem diminuir ou mesmo erradicar as desigualdades entre gêneros no Brasil é

---

<sup>71</sup> Como também aponta a própria revista na seção 'Sobre'. Disponível em <http://www.generonumero.media/institucional/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

necessário ter indicadores que as comprovem e evidenciem, e que sirvam de guias para a realização de tais ações.

Assim, a revista pode ser definida como uma iniciativa comprometida com preceitos fundamentais do jornalismo. O campo comunicacional constitui-se, então, como um agente social e espaço de luta política para garantir não só equidade de direitos, espaços, etc, entre os gêneros, como também de informações. Os contornos — já imprecisos — de uma profissão que tem questionado seu futuro, ganha então um vetor potencial para seu fortalecimento.

Caracterizar os dados e as narrativas da revista digital *Gênero e Número* e compreender as técnicas utilizadas pelo *Jornalismo Guiado por Dados* auxiliam os jornalistas em sua profissão, haja vista a crescente procura do mercado de trabalho por profissionais que detenham conhecimentos e que saibam lidar e analisar dados. Dessa forma, é possível apontar duas grandes contribuições desta pesquisa: a primeira delas é compreender a utilização dos dados para o debate promovido pelo jornalismo sobre questões de gênero, identificando suas características, potencialidades, contribuições e implicações não só para a área do jornalismo como para esferas sociais como a gestão pública, o direito e a política. E também servir de base teórica para futuras pesquisas e análises sobre o *Jornalismo Guiado por Dados* e/ou o debate de gênero, incluindo para os profissionais da área que queiram se qualificar neste campo e desejam saber como.

Concluimos que o real questionamento a ser feito e pesquisado não se limita às características das narrativas produzidas pela revista digital *Gênero e Número*, mas sim à efetividade da contribuição social de políticas públicas que esta, mediante o uso de dados, traz para o debate sobre gênero e que — por questões temporais e pela não realização da entrevista —, não pode ser melhor apreendida neste momento. Esperamos que esta pesquisa tenha continuidade num possível mestrado e que tais pontos possam ser melhor captados, analisados e discutidos dentro da esfera do jornalismo.

A partir desta pesquisa, vimos que o *Jornalismo Guiado por Dados* é uma vertente em contínua expansão e que pode gerar futuras pesquisas relacionadas não só ao campo do jornalismo como a tantos outros. Diante do constante desenvolvimento da web e de ferramentas digitais que possibilitem novas técnicas de apuração e visualização de dados, há, portanto, necessidade de atualização permanente sobre a área.

## REFERÊNCIAS

- AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **Mídia impressa e educação dos corpos femininos**. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 109-123.
- AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **Mulheres em pauta: Gênero e violência na agência midiática**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.
- BARBOSA, Suzana. **Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais**. In: CANAVILHAS, João (org.). *Notícias e mobilidade: Jornalismo na era dos dispositivos móveis*. Livros LabCom, Universidade da Beira Interior, Covilhã: 2013, p. 33-54.
- BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD): Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2007.
- BARBOSA, S. A.; TORRES, Vitor. **O paradigma ‘Jornalismo Digital em Base de Dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos**. *Galáxia*, nº 25, p. 152-164. São Paulo: jun. 2013.
- BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). **História da virilidade**. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.189-220.
- BERTOCCHI, Daniella. **Dos dados aos formatos: Um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital**. Tese (Doutorado em Ciências da Computação) – Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Pierre Bourdieu. Tradução Maria Helena Kühner. – 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres**. Estudos e Pesquisas- Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em 02 de junho de 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação (LAI)**, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em 26 de abril de 2019.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2006.

CADORE, Nathália Boni. **As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990**. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis.

CHARBONNEAUX, Juliette; GKOUSKOU-GIANNAKOU, Pergia. **O Jornalismo de “Dados”, Uma prática de investigação?** Um olhar sobre os casos alemão e grego. Tradução: Fábio Pereira. *Brazilian Journalism Research*, vol. 11, nº 2, 2015.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Labcom, 2014.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2006.

CARVALHO, Juliano Maurício de; LOURENÇO, André Luís. **Jornalismo de dados e as contribuições da Lei de Acesso à Informação**. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v. 7, n. 20, p. 84-102, jan./jun. 2017.

CERQUEIRA, Carla Braga. **A imprensa e a perspectiva de gênero: quando elas são notícias no Dia Internacional da Mulher**. *Observatorio Journal*, n.5, 2008, p. 139-164.

CERVO, A. L. *et al.* **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUCIANELLI, Sandra. **Herramientas Digitales para Periodistas**. 2 ed. Austin: Centro Knight para el Periodismo en las Américas de la Universidad de Texas, 2013. Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/books/HDPP.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2019.

D'ANGELO, Helo. **Quem foi Mary Wollstonecraft, autora de um dos documentos fundadores do feminismo**. *Revista Cult*, 5 set. 2017. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/mary-wollstonecraft-220-anos-de-morte/>. Acesso em 06 de maio de 2019.

DOSSIÊ TEORIA QUEER. **Revista Cult**, Editora Bregantini, São Paulo, n. 193, p. 32-54 ago., 2014.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória, ES, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* **Estrutura do projeto de pesquisa**. In: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (orgs.). *Métodos de pesquisa*. 1ª ed, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009, p. 65-88.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, São Paulo, 6ª ed, 2008. Acesso em 30 de maio de 2019.

GRAY *et al* (orgs.). **Manual de Periodismo de Datos 1.0**. Tradução: Nación Data. Sebastopol: O'Reilly Media, 2012. Disponível em <http://interactivos.lanacion.com.ar/manual-data/index.html>. Acesso em 24 de maio de 2019.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEÓN, Magdalena. **El empoderamiento de las mujeres**: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, n.13, 2001, p. 94-106.

LIMA JÚNIOR, Walter Teixeira. **Big Data, Jornalismo Computacional e Data Journalism**: estrutura, pensamento e prática profissional na Web de dados. *Estudos em Comunicação*, n.12, p. 207-222, dez. 2012.

LIMA, Soraia. **Jornalismo de Dados no Brasil**: Tendências e Desafios. *In*: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (orgs.). *Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações*. São Paulo: Uva Limão, 2016, p. 279-299.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. **Jornalismo de Dados**: conceito e categorias. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. Unisinos, vol. 18 nº 1, janeiro/abril 2016, p. 69-82.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. *Revista de Estudios Sociales*, n. 56, abril, 2016, p. 80-90.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RODRIGUES, Carla. **Tornar-se mulher, devir feminista**. *Revista Cult*, ed. especial, n. 10, ano 22, 2019, p. 38-41.

RODRIGUES, Rosângela de Melo. **Pluralidade de gêneros e Mecanismos de atuação do biopoder nas sociedades de controle do século XXI**. *In*: LEITE, Salomão Glauber (org). *Questões de Gênero e Sexualidades: Direitos Humanos e Acesso à Cidadania*. João Pessoa: IFPB, 2017, p. 23-45.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo, 1975.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria útil para Análise Histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel digital**: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador, 2013.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. **A Pesquisa científica**. *In*: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (orgs.). *Métodos de pesquisa*. 1ª ed, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 31-42.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. **As três ondas do movimentos feminista e suas repercussões no Direito brasileiro**. In: Poder, cidadania e desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara (org.). BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Giselle Guimarães; ARAÚJO, Florivald Dutra de. (coord.) – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. Tradução Mirna Pinsky. 2. ed. 2ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

TESSAROLO, Pedro Henrique; MAGALHÃES, Willian Barbosa. **A era do Big Data no conteúdo digital: Os dados estruturados e não estruturados**. Trabalho apresentado na XVII Semana de Informática de Paranavaí, Paranavaí-PR, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias dos Jornalismo: Porque as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

TRÄSEL, Marcelo. **Jornalismo guiado por dados: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker**. Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. 11, nº 1, janeiro a junho de 2014, 2014b, p. 291-304.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2014a.

TRE Espírito Santo. **82 anos da conquista do voto feminino no Brasil**. 2014. Disponível em <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em 25 de março de 2019.

YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 2ª ed. Bookman, Porto Alegre: 2001.



## APÊNDICE

### APÊNDICE A- FICHA DE OBSERVAÇÃO

**Data da observação:**

**Horário da observação:**

**Narrativa/Edição analisada:**

**URL do caso analisado:**

#### **Parte 1- Classificação dos dados utilizados na narrativa segundo a disponibilidade ao público**

1. Qual a disponibilidade dos dados utilizados para a construção da narrativa?

Abertos

Fechados

Não informado e não passível de identificação

#### **Parte 2- Classificação dos dados segundo o formato de armazenamento**

2. Como estão armazenados os dados utilizados na construção da narrativa?

Estruturados

Não estruturados

Semiestruturados

Não informado e não passível de identificação

#### **Parte 3- Dimensões dos dados**

3.1 Dimensão investigativa

3. Qual o nível de participação da equipe quanto à extração e/ou organização dos dados?

Extração e estruturação do material bruto de alguma base de dados

Produção e organização do próprio dado

( ) A narrativa não especifica nem permite identificar se os dados foram produzidos e organizados pela equipe ou extraídos de uma base de dados externa

### 3.2 Dimensão interpretativa

4. Qual o nível de argumentação dos dados na narrativa?

( ) A narrativa apenas apresenta o conteúdo da narrativa e seu contexto, sem qualquer análise

( ) A narrativa traz uma análise sobre as relações entre os dados, de forma a indicar causas e/ou consequências do objeto da publicação

5. Em caso de haver análise, quem foi o autor?

( ) O próprio jornalista

( ) Entrevistados

### 3.3 Dimensão comunicativa

6. Em quais formatos os dados são apresentados na narrativa?

( ) Texto

( ) Visualização interativa

( ) Visualização estática

( ) Conjunto de dados públicos disponibilizados e em formato acessível e reutilizável

( ) Aplicativos de notícias

( ) Formatos audiovisuais

( ) Jogos eletrônicos

( ) Outro: \_\_\_\_\_

7. Caso exista visualização (imagética) na narrativa, qual espaço lhe foi destinado?

( ) Ocupa lugar de destaque na narrativa

( ) Não ocupa lugar de destaque

8. Qual o nível de utilização da visualização (imagética) na narrativa?

( ) Promove, incentiva ou ajuda na sua compreensão analítica

( ) Apenas a complementa

9. Existem legendas nas visualizações imagéticas, buscando nortear o usuário sobre como fazer a leitura dos dados?

Sim

Não

---

#### OBSERVAÇÕES GERAIS

(Caso o avaliador da ficha sinta necessidade, pode acrescentar observações ao final da aplicação para o que considerar relevante a uma melhor compreensão do objeto de observação)